

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO (UNFV)  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA (PPGSP)  
CENTRO DE CIÊNCIAS DO HOMEM (CCH)

PAOLLA CORRÊA AZEREDO

**(DES)CONTINUIDADE DA PESCA ARTESANAL NAS MARGENS DO RIO  
PARAÍBA DO SUL:**

memória e identidade da comunidade Goiabal em Campos dos Goytacazes (RJ)

Campos dos Goytacazes, RJ

2023

PAOLLA CORRÊA AZEREDO

**(DES)CONTINUIDADE DA PESCA ARTESANAL NAS MARGENS DO RIO  
PARAÍBA DO SUL:**

memória e identidade da comunidade Goiabal em Campos dos Goytacazes (RJ)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro como requisito final para a obtenção do título de Mestre em Sociologia Política.

Orientador (a): Prof. Dr. Geraldo Márcio  
Timóteo

Coorientador (a): Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Caterine  
Reginensi

Campos dos Goytacazes, RJ

2023

**FICHA CATALOGRÁFICA**

UENF - Bibliotecas

Elaborada com os dados fornecidos pela autora.

A993

Azeredo, Paolla Corrêa.

(Des)continuidade da pesca artesanal nas margens do Rio Paraíba do Sul : memória e identidade da comunidade Goiabal em Campos dos Goytacazes (RJ) / Paolla Corrêa Azeredo. - Campos dos Goytacazes, RJ, 2023.

109 f. : il.

Bibliografia: 106 - 109.

Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências do Homem, 2023.

Orientador: Geraldo Marcio Timoteo.

Coorientadora: Caterine Reginensi.

1. Memória. 2. Identidade. 3. Pesca Artesanal. 4. Goiabal. 5. Conflito socioambiental. I. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. II. Título.

CDD - 320

PAOLLA CORRÊA AZEREDO

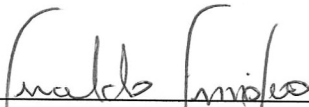
**(DES)CONTINUIDADE DA PESCA ARTESANAL NAS MARGENS DO RIO  
PARAÍBA DO SUL:**

memória e identidade da comunidade Goiabal em Campos dos Goytacazes (RJ)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política no Centro de Ciências do Homem na Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro como requisito final para obtenção do título de Mestre em Sociologia Política.

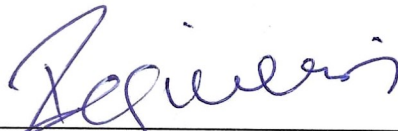
Aprovado em: 27 / 02 / 2023.

BANCA EXAMINADORA



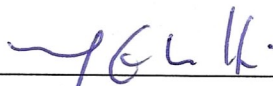
---

Prof. Dr. Geraldo Márcio Timóteo (Doutor em Sociologia - UFMG)  
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro  
(Orientador)



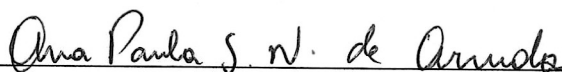
---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Catherine Reginensi (Doutora em Sociologia - Université de Paris VIII)  
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro  
(Coorientadora)



---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Eugênia Ferreira Totti (Doutora em Ecologia e Recursos Naturais - Uenf)  
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro



---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Paula Serpa Nogueira de Arruda (Doutora em Sociologia Política - Uenf)  
Universidade Cândido Mendes



## **AGRADECIMENTOS**

A Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (Uenf), pela oportunidade da formação acadêmica de qualidade, pela infraestrutura e subsídio necessários para obtenção do título de bacharela em ciências sociais, no ano de 2019.

Ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política (PPGSP) da Uenf, onde concluo o curso de mestrado, aos seus funcionários e ao seu corpo docente, em especial a coordenadora do programa, Wania Mesquita, ao Geraldo Timóteo pelo acolhimento na orientação e a Caterine Reginensi pelo estímulo e generosidade na coorientação. Agradeço também aos colegas de curso que, direta ou indiretamente, contribuíram no enriquecimento desta jornada.

A Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj) pela concessão da bolsa de estudos que possibilitou-me a realização integral do curso, da pesquisa proposta e a construção da dissertação apresentada.

A Unidade Experimental de Som e Imagem (Uesi) da Uenf, especialmente a coordenadora Lilian Sagio, pelo período de direcionamento da minha formação junto a antropologia visual, pelos ensinamentos de sua aplicação em pesquisas sociais empíricas e pela disposição de equipamentos que auxiliaram no desenvolvimento desta dissertação.

Aos pescadores artesanais remanescentes e demais moradores da comunidade Goiabal, que possibilitaram minha reinserção no campo e a continuidade das minhas visitas. Que, mesmo frente aos receios, pacientemente me receberam e tornaram possível a construção deste trabalho.

A minha família, pela compreensão frente às ausências durante esse processo e pelo carinho. Em especial, a Julia Dias, sobretudo pelo companheirismo incondicional na jornada da vida e pelas gentis leituras e contribuições neste trabalho.

## RESUMO

Esta dissertação apresenta o desenvolvimento da pesquisa intitulada *(Des)continuidade da pesca artesanal nas margens do Rio Paraíba do Sul: memória e identidade da comunidade Goiabal em Campos dos Goytacazes (RJ)*, que teve como escopo inicial a investigação acerca do processo de apagamento e resistência da identidade produtiva da pesca artesanal na comunidade do Goiabal, situada no bairro Matadouro. Os objetivos específicos desdobram-se em: mapeamento dos indivíduos e grupos que mantêm a atividade da pesca artesanal no trecho da Goiabal; investigar e descrever a atual ocupação profissional dos pescadores remanescentes; descrever os processos históricos de destituição da identidade produtiva da pesca artesanal no Goiabal; investigar a organização social dos pescadores; analisar as estratégias acionadas por esses moradores para permanecerem no território investigado; perscrutar a relação destes sujeitos com a infraestrutura da água. A fim de melhor responder o objetivo central, a instância empírica da investigação foi ampliada aos demais moradores da comunidade. Parto das bases teóricas metodológicas das ciências sociais, com ênfase à pesquisa qualitativa substantiada pelo estudo de caso. Valendo-me de técnicas como bola de neve, observação direta e participante, caderno de campo e utilização de recursos audiovisuais. No texto apresento o percurso teórico da pesquisa, localizo a realidade empírica investigada na temática do conflito socioambiental, trago a trajetória da pesquisa e a perspectiva de sujeitos que se auto reconhecem como pescadores artesanais remanescentes e demais moradores que ocupam aquele trecho da margem urbana. A investigação evidenciou a contínua realidade de conflitos e injustiça socioambiental que, sobremaneira, contribui ao processo de marginalização da comunidade e do bairro. Tendo em vista, por exemplo, os projetos de desterritorialização e reassentamento, que para além das implicações e alterações territoriais culminam na retirada dos modos de vida e trabalho dos seus moradores, de maneira que, o ofício da pesca artesanal passa a ser sobreposto pelas atividades informais. Demonstrou, assim, um efetivo processo de apagamento da identidade produtiva da pesca artesanal na comunidade, onde a memória coletiva constitui um elemento substancial de resistência e manutenção deste grupo social específico, bem como de legitimação da permanência no território estudado. A autodiferenciação estabelecida entre os moradores da Goiabal, com ênfase aos pescadores artesanais, frente aos demais habitantes do bairro Matadouro e a constante vigília e interdição do avanço do crime organizado no território da Goiabal, são aspectos preponderantes no conjunto de táticas e estratégias locais de (re)existência e manutenção de seus modos de vida.

**Palavras-chave:** Memória. Identidade. Pesca Artesanal. Goiabal. Conflito Socioambiental.

## ABSTRACT

This dissertation presents the development of the research entitled *(Dis)continuity of artisanal fishing on the banks of Paraíba do Sul River: memory and identity of the Goiabal community in Campos dos Goytacazes (RJ)*, which had as its initial scope the investigation about the process of erasure and resistance of the productive identity of the artisanal fishing in the community of Goiabal, located in the Matadouro neighborhood. The specific objectives unfold in: mapping of individuals and groups that maintain the artisanal fishing activity in the Goiabal stretch; investigate and describe the current professional occupation of the remaining fishermen; describe the historical processes of destitution of the productive identity of artisanal fishing in Goiabal; investigate the social organization of fishermen; to analyze the strategies used by these residents to remain in the investigated territory; investigate the relationship of these subjects with the water infrastructure. In order to better respond to the central objective, the empirical instance of the investigation was extended to the other residents of the community. I start from the theoretical and methodological bases of the social sciences, with emphasis on qualitative research substantiated by the case study. Making use of techniques such as snowballing, direct and participant observation, field notebook and use of audiovisual resources. In the text, I present the theoretical path of the research, locate the empirical reality investigated in the theme of socio-environmental conflict, bring the research trajectory and the perspective of subjects who recognize themselves as remaining artisanal fishermen and other residents who occupy that stretch of the urban margin. The investigation showed the continuous reality of conflicts and socio-environmental injustice that, above all, contribute to the process of marginalization of the community and the neighborhood. Bearing in mind, for example, the deterritorialization and resettlement projects, which, in addition to the implications and territorial changes, culminate in the removal of the ways of life and work of its residents, so that the craft of artisanal fishing is replaced by activities informal. Thus, it demonstrated an effective process of erasing the productive identity of artisanal fishing in the community, where collective memory constitutes a substantial element of resistance and maintenance of this specific social group, as well as legitimizing the permanence in the territory studied. The self-differentiation established among the residents of Goiabal, with emphasis on artisanal fishermen, compared to the other inhabitants of the Matadouro neighborhood and the constant vigil and interdiction of the advance of organized crime in the territory of Goiabal, are preponderant aspects in the set of local tactics and strategies of (re)existence and maintenance of their ways of life.

**Keywords:** Memory. Identity. Artisanal Fishing. Guava. Socioenvironmental Conflict.

## LISTA DE FIGURAS

Fig. 1: Interlocutora assinalando o antigo nível do rio Paraíba do Sul em relação à altura do alicerce de sua casa .....	19
Fig. 2: Muro dos fundos da casa da interlocutora onde era a passagem do leito rio .....	19
Fig. 3: Representação do Google Maps® demarcando a área da comunidade Goiabal, que estende-se entre os círculos vermelhos .....	44
Fig. 4: Últimas casas antes da rua de acesso à Reserva Curumim .....	45
Fig. 5: Reserva Curumim e areal Anastácia no horizonte da imagem .....	45
Fig. 6: Saída do areal Anastácia, início do trecho final da Goiabal .....	45
Fig. 7: Retirada de areia no areal Anastácia .....	45
Fig. 8: Rua já sem resquícios de calçamento .....	45
Fig. 9: Quintal no trecho final da comunidade .....	45
Fig. 10: Curral após quintais .....	45
Fig. 11: Trecho final da comunidade e casas com lona na frente .....	45
Fig. 12: Últimas casas e saída da Goiabal na Avenida Alberto Lamego .....	45
Fig. 13: Representação da fachada do centro de umbanda Xangô Menino Campos .....	57
Fig. 14: O ponto da rua onde situa-se o centro Xangô .....	57
Fig. 15: Construção da casa de um cômodo em terreno de demolição .....	62
Fig. 16: Lateral da casa de um cômodo e dinâmica doméstica .....	62
Fig. 17: Lateral da casa de um cômodo .....	62
Fig. 18: Casa de um cômodo .....	62
Fig. 19: Escombros de demolição de casas nas margens do rio Paraíba do Sul .....	62
Fig. 20: A rua em trecho com mais terra e a divisão/muro com chapa de ferro entre as casas .....	62
Fig. 21: A rua com trecho de calçamento mais visível, o gradeado da Uenf, a divisão de madeira entre casas .....	62
Fig. 22: Muro feito com materiais alternados, madeira e ferro .....	64
Fig. 23: Muro e cera de divisão entre terrenos feita de tábuas .....	64
Fig. 24: Portão em chapa de ferro .....	64
Fig. 25: Muro de alvenaria com cobertura de chapisco e portão em madeira .....	64
Fig. 26: Muro de alvenaria sem cobertura e portão de madeira .....	64
Fig. 27: Reocupação de terreno com escombros e construção de muro de tábuas .....	64
Fig. 28: Muro de madeira/tábuas. ....	64
Fig. 29: Fogueira em tijolo comum feita na frente de casa .....	67

Fig. 30: Fogueira em tijolo maciço feita no quintal .....	67
Fig. 31: Acúmulo de telhas junto ao gradeado da Uenf .....	67
Fig. 32: Acúmulo de tábuas junto ao gradeado da Uenf .....	67
Fig. 33: Acúmulo de telhas e tábuas junto ao gradeado da Uenf .....	67
Fig. 34: Acúmulo de madeiras, tábuas e caibros no portão de um interlocutor .....	67
Fig. 35: Caibros e tábuas na extensão da rua da comunidade .....	68
Fig. 36: Caibros empilhados na entrada da casa do interlocutor .....	68
Fig. 37: Urubus e cachorros alimentando-se entre os caibros e tábuas .....	68
Fig. 38: Acúmulo de materiais de escombros junto ao gradeado da Uenf .....	68
Fig. 39: Acúmulo de papelão e demais materiais reciclados junto ao gradeado da Uenf .....	68
Fig. 40: Acúmulo de papelão junto ao gradeado da Uenf .....	68
Fig. 41: Quintal de interlocutora onde passava o leito do rio .....	69
Fig. 42: Vista do rio Paraíba do Sul a partir do quintal .....	69
Fig. 43: Trecho do rio assoreado, vista do quintal de outra interlocutora .....	70
Fig. 44: Porcos bebendo água em estreito trecho do rio .....	70
Fig. 45: Porcos andando e se alimentando entre escombros .....	70
Fig. 46: Outro grupo de porcos entre escombros .....	70
Fig. 47: Início de reocupação de terreno com escombros .....	70
Fig. 48: Escombros de demolição as margens do rio Paraíba .....	70
Fig. 49: Quintal de interlocutora onde ainda passa o leito do rio .....	70
Fig. 50: Interlocutora abrindo portão de acesso a parte mais baixa do quintal .....	70
Fig. 51: Faixa esbranquiçada na água do leito atrás do quintal da interlocutora .....	70
Fig. 52: Área de preparo de mudas .....	73
Fig. 53: Descida no quintal de pescador com acesso a outros 2 quintais .....	73
Fig. 54: Bambuzal e árvores frutíferas .....	73
Fig. 55: Coqueiros e árvores frutíferas .....	73
Fig. 56: Mudas já desenvolvidas quase prontas para o plantio .....	73
Fig. 57: Reboque do interlocutor após recicle de resíduo orgânicos .....	75
Fig. 58: Interlocutor guardando reboque para separação de resíduos .....	75
Fig. 59: Interlocutora separa resíduo orgânico para lavagem dos porcos .....	75
Fig. 60: Porcos presos em terreno específico para criação .....	75
Fig. 61 Interlocutor varrendo a frente da casa .....	76
Fig. 62. Área de lazer deste junto ao gradeado da Uenf .....	76
Fig. 63: Interlocutora organizando peças artesanais em barro .....	78

Fig. 64: Peças de barro terminando de secar na rua .....	78
Fig. 65: Ateliê em tábuas construído junto ao gradeado da Uenf .....	78
Fig. 66: Parte interna do ateliê feito pela interlocutora .....	78
Fig. 67 Foto de acervo pessoal, com registro durante a pesquisa, em 2022 .....	79
Fig. 68: Trecho em frente ao antigo Areal Ribeiro .....	80
Fig. 69: Rua de calçamento e calçada em frente ao centro Xangô .....	80
Fig. 70: Trecho próximo a antiga Capela Bom Pastor .....	80
Fig. 71: Vista de dentro da Uenf para a calçada da comunidade .....	80
Fig. 72 Representação de trecho de calçada e da abertura feita no gradeado que cerca a Uenf .....	81
Fig. 73: Cômodo de tábuas e madeira para armazenamento de carroça e ferramentas .....	82
Fig. 74: Construção em madeira para residência .....	82
Fig. 75: Cômodo de tábuas e madeira para lavar e secar roupa .....	82
Fig. 76: Casas de alvenaria e madeira em lados opostos .....	82
Fig. 77: A rua com uma sequência de construções de tábua/madeira .....	82
Fig. 78: Curral construído de tábuas e madeiras de demolição .....	82
Fig. 79: Cercado de tábuas dividindo residência e área de lazer .....	82
Fig. 80: Cômodo construído com tábuas e lona .....	82
Fig. 81: Área de lazer e descanso .....	82

## LISTA DE SIGLAS

Cepop	Centro de Eventos Populares Osório Peixoto
CCH	Centro de Ciências do Homem
Cooperplan	Cooperativa Mista Plantadores de Cana Estado do Rio de Janeiro LTDA
Cras	Centro de Referência Assistência Social
Corbion-Purac	Empresa Holandesa de Laticínios
ETE	Estação de Tratamento de Esgoto
ETE-JBM	Escola Técnica Estadual João Barcelos Martins
Degase	Departamento Geral de Ações Socioeducativas
Ibama	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
PMCG	Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes
RGP	Registro Geral da Pesca
TCP	Terceiro Comando Puro
TG	Tira Gosto
Uenf	Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>14</b>
<b>PREÂMBULO</b> .....	<b>19</b>
<b>CAPÍTULO 1 - APONTAMENTOS TEÓRICOS DA PESQUISA: ecologia política latino-americana frente às estruturas e agências contemporâneas</b> .....	<b>22</b>
<b>1.1 Racionalidade moderna e racionalidade ambiental</b> .....	<b>22</b>
<b>1.2 Boaventura e a crítica à primazia ocidental constituída a partir das margens: o espaço como possibilidade</b> .....	<b>24</b>
<b>1.3 Biopoder e conflitos socioambientais: de onde vem o poder de nomear, classificar e destinar os seres e ambientes?</b> .....	<b>26</b>
<b>1.4 A Goiabal frente ao contexto bibliográfico</b> .....	<b>28</b>
<b>CAPÍTULO 2 – - PERCURSO METODOLÓGICO: aspectos substanciais ao desenvolvimento do trabalho dissertativo</b> .....	<b>33</b>
<b>2.1 O desenho de pesquisa</b> .....	<b>33</b>
<b>2.2 Contextualização do processo de direcionamento aos dados primários</b> .....	<b>34</b>
<b>2.3 Entrevistas e divisão das temáticas abordadas</b> .....	<b>36</b>
<b>2.4 A coleta de dados primários</b> .....	<b>37</b>
<b>2.5 As imagens na pesquisa social empírica</b> .....	<b>38</b>
<b>CAPÍTULO 3 – NAS MARGENS DO RIO PARAÍBA DO SUL: o território da Goiabal e a descontinuidade da pesca artesanal</b> .....	<b>40</b>
<b>3.1 O bairro, a comunidade e a pesca</b> .....	<b>40</b>
<b>3.2 Onde estão as fronteiras? Relação entre as narrativas e imaginários</b> .....	<b>47</b>
3.2.1 Moradores iniciantes .....	48
3.2.2 Moradores de uma década .....	48
3.2.3 Moradores antigos .....	48
<b>3.3 As dualidades do território: o que difere a comunidade da favela?</b> .....	<b>50</b>
<b>3.4 O conseqüente uso dos pronomes e as fronteiras do reconhecimento</b> .....	<b>54</b>
<b>3.5 Andanças e esquivanças: (re)inserção no campo e diálogos conquistados</b> .....	<b>56</b>
<b>3.6 Os pescadores, a pesca e o rio Paraíba do Sul</b> .....	<b>58</b>
<b>3.7 As casas e os quintais</b> .....	<b>61</b>
<b>3.8 O trabalho, a (in)formalidade e o comércio local</b> .....	<b>74</b>
<b>3.9 A calçada: entre a moradia, o lazer e as atividades domésticas</b> .....	<b>79</b>



<b>3.10 Venda e ocupação das áreas de remoção.....</b>	<b>84</b>
<b>3.11 Dinâmicas comunitárias e infra estruturas locais .....</b>	<b>87</b>
<b>CAPÍTULO 4 – INTERSEÇÕES SOCIOANTROPOLÓGICAS FRENTE AO CAMPO EM ANÁLISE: aspectos sócio-identitários e político-culturais em escala local .....</b>	<b>89</b>
<b>4.1 A concepção relacional da ideia de identidade.....</b>	<b>89</b>
<b>4.2 Mediação de fronteiras e dinâmicas locais de pertencimento.....</b>	<b>90</b>
<b>4.3 A infraestrutura da água frente às relações locais .....</b>	<b>92</b>
<b>4.4 As crianças da Portelinha: o campo e outras relações.....</b>	<b>93</b>
<b>4.5 Relação de saúde e doença: a estruturação dos ambientes em relações coloniais, o espaço, a saúde e a doença .....</b>	<b>98</b>
<b>4.6 O ‘nós’ e o ‘outro’: margens do império e outras possibilidades .....</b>	<b>100</b>
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>102</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>106</b>

## INTRODUÇÃO

O texto dissertativo apresentado a seguir é o resultado final da pesquisa realizada no âmbito do mestrado em Sociologia Política da Uenf tendo sido propiciada, pela experiência junto a comunidade do Goiabal, em Campos dos Goytacazes, ao longo dos últimos anos. Ao que tange especificamente a este estudo, realizado entre o ano de 2021 e 2022, apresento os principais aspectos teórico metodológicos que compuseram a estruturação deste trabalho empírico, o delineamento dos objetivos a serem alcançados, as etapas que constituíram esse processo, bem como os resultados obtidos a partir da análise dos dados primários cotejados pelo referencial teórico estabelecido ao estudo.

O espaço empírico da investigação, a comunidade Goiabal, apresenta-se enquanto parte inicial dos processos de territorialidade que compõem o bairro Matadouro. Oriunda de ocupações que se destacam na extensão do dique de contenção às margens do rio Paraíba do Sul, o Goiabal tem sua conformação inicial fundamentada nos trabalhadores de usinas de cana-de-açúcar e pescadores da região norte fluminense. O bairro Matadouro, por sua vez, constitui-se a partir do século XIX com a instalação e dinâmicas do antigo *Matadouro Municipal* situado próximo a uma das saídas da cidade em uma área que, outrora, abrigava majoritariamente fazendas de plantação de cana e criação de gado.

Nesse sentido, a bibliografia da ecologia política latino-americana junto às análises sociológicas, e também antropológicas, do cotidiano, das memórias, do silêncio, do território e das fronteiras das identidades nos permite uma reflexão mais ampla quanto às experiências daqueles que vivenciam os conflitos socioambientais de maneira contínua nas margens urbanas contemporâneas. O desenvolvimento desta dissertação teve, então, enquanto premissa básica a articulação do tema dos conflitos socioambientais a partir da perspectiva dos grupos em maior desvantagem e situação de vulnerabilidade. Empreendendo, para tal, uma pesquisa qualitativa substanciada pelo estudo de caso, valendo-me do método etnográfico, das técnicas da observação direta e participante, além de entrevistas semi-estruturadas junto a utilização de recursos audiovisuais.

Busquei, assim, fundamentação na ecologia política latino-americana, tendo em vista que, nesse nexos conceitual prioriza-se a investigação e análise dos processos que constituem os conflitos socioambientais e seus impactos a partir da perspectiva dos sujeitos afetados enfatizando a relação de poder na manutenção desses processos. Dito isto, o estudo apresentado buscou evidenciar, a partir de um conjunto de relações e situações, as implicações que as dinâmicas de dissenso quanto ao uso e apropriação do solo tem, de maneira direta, na identidade

produtiva e modos de vida cotidiano de uma comunidade à margem do rio Paraíba do Sul. Considerando, nesse sentido, que a constituição do habitante da cidade de Campos dos Goytacazes, perpassa, invariavelmente, pelos consequentes desdobramentos socioambientais relativo às relações coloniais que a originou, somada a relação com o Rio Paraíba do Sul que constitui-se, na contemporaneidade, como o rio que perpassa as regiões mais industrializado do país (ALVES *et al.*, 2013).

Nesse sentido, o texto exposto é o desdobramento final do trabalho de pesquisa que teve como objetivo principal investigar se há um efetivo processo de descontinuidade da identidade produtiva da pesca artesanal na comunidade Goiabal, em Campos dos Goytacazes, RJ. De modo que, os objetivos específicos constituíram-se em: 1) mapeamento dos indivíduos e grupos que mantêm a atividade da pesca artesanal no trecho que confere a comunidade Goiabal; 2) investigação e descrição da atual ocupação profissional dos pescadores remanescentes; 3) descrição dos processos históricos de destituição da identidade produtiva da pesca artesanal no Goiabal; 4) investigação da conformação da organização social dos pescadores; 5) análise das estratégias acionadas por esses moradores para permanecerem no território investigado e 6) Investigar a relação destes sujeitos com a infraestrutura da água.

Para tais desdobramentos, organizei a realização das entrevistas a partir de tópicos temáticos. O primeiro tópico pensado em relação a “trajetória do interlocutor”, sendo o objetivo primário o de traçar uma construção contextualizada do perfil destes interlocutores. Que, em processo final de análise dos dados primários possibilitou apontar um perfil do grupo que compõem os pescadores artesanais remanescentes da comunidade Goiabal e atuais moradores. Tendo em vista, nesse sentido, o pressuposto do autoconhecimento que tange aos pescadores artesanais. O segundo tópico, deu-se em desdobramento do primeiro, em “memória e pesca artesanal” buscamos investigar a relação de trabalho do interlocutor com a atividade pesqueira bem como sua experiência cotidiana e forma de organização. Tópico que expandiu-se frente aos demais moradores contemplados pela pesquisa.

No tópico três, nomeado de “relação comunitária”, a condução das perguntas foi, em primeira instância, com a finalidade de investigar as narrativas sobre as relações sociais e as mudanças na comunidade, com ênfase nas últimas duas décadas. Observando, nesse sentido, os elementos pertinentes à infraestrutura e aos desdobramentos político-econômicos na pesca artesanal. O quarto e último tópico das entrevistas descrito como “relação de abastecimento e consumo de água” dispôs de perguntas pertinentes à relação dos interlocutores e da comunidade com o serviço de abastecimento de água tratada bem como à relação de consumo e saúde destes

sujeitos e seus familiares em relação ao bem comum da água, a partir das quais foram articuladas perguntas voltadas à pandemia de COVID-19.

Importante ressaltar, também, a principal via de indagação que compõem o processo de articulação da pesquisa de mestrado apresentada, frente a qual desenvolvi e organizei os tópicos temáticos, apresentados acima, que foram substanciais na etapa das entrevistas. A pesquisa foi então articulada diante da questão de, se há, na percepção dos sujeitos locais, um efetivo processo de descontinuidade da atividade da pesca artesanal na comunidade Goiabal? E como lidam, os pescadores artesanais remanescentes, com o processo de destituição da identidade produtiva da pesca e com os demais moradores que compõem a dinâmica socioespacial da comunidade? Analisando para além do pagamento de tal identidade produtiva, as estratégias de resistência para permanência no território junto a atividade pesqueira.

Constituiu-se assim, enquanto instância empírica da investigação, em primeiro momento de definição objetiva da pesquisa, os moradores que se auto reconhecem enquanto pescadores artesanais remanescentes da comunidade do Goiabal, no bairro Matadouro, localizado no município de Campos dos Goytacazes, na região norte do Estado do Rio de Janeiro. No entanto, considerando o contínuo processo de mudança vivenciado pelo território em que situa-se o recorte espacial empírico proposto ao estudo, fez-se necessário a ampliação do escopo da pesquisa direcionando-a aos demais moradores da comunidade. Esta necessidade de alteração, a saber: ampliar a abrangência da instância empírica da pesquisa, a fim de responder ao objetivo geral, foi observada no decorrer da etapa que conferiu ao trabalho de campo e esta posteriormente descrita no tópico do texto que concerne à metodologia do trabalho.

Faz-se importante ressaltar, para situar esta construção textual, que o processo analítico dos dados primários obtidos em campo, bem como a delimitação do campo empírico frente a temática proposta dá-se, então, observando as relações de vulnerabilidade (ACSELRAD, 2004) que compõem a vida cotidiana (MARTINS, 2013) dos sujeitos abrangidos enquanto interlocutores. Parto assim de uma perspectiva da macro sociologia para pautar os elementos que constituem os desdobramentos das estruturas sociais nas agências em escala local, pautando por fim o processo de resistência dos sujeitos pela permanência na comunidade, analisando as estratégias e táticas (CERTEAU, 2012) empreendidas por estes interlocutores na defesa de um território pesqueiro. Nesse sentido, ao tratar da temática dos conflitos socioambientais a partir da perspectiva de sujeitos que compõem as margens urbanas contemporânea e o leito do rio Paraíba do Sul — que pode ser caracterizado, concisamente, pela grande distância entre sua nascente e foz, bem como pelo altíssimo nível de industrialização — busquei observar a

dissonância entre o tempo histórico social vivenciado na comunidade investigada e as mudanças que o período moderno trás, pensando como esse processo altera os ritmos e sentidos de vida daquele território.

Nesta dissertação tive, como um dos objetivos apresentar o caminho teórico que me fez pensar no recorte empírico proposto à investigação. Trazendo no primeiro capítulo as principais interseções bibliográficas que geraram as reflexões em torno das quais construí o arcabouço teórico a partir do qual interpretei a realidade empírica observada. E que me motivaram na construção do trabalho em torno dos conflitos socioambientais a partir da perspectiva dos mais atingidos nas relações de poder que envolvem e mantém tais conflitos. Pautando assim contribuições sociológicas que são referência em análises quanto às construções do mundo moderno e as possibilidades construtivas de experiências práticas, a partir das múltiplas realidades, racionalidades e especificidades possíveis.

No segundo capítulo busquei apresentar o caminho que subsidiou a construção da pesquisa, a revisão das reflexões, revisão da hipótese, abrangência da investigação frente ao objetivo geral proposto ao estudo, perpassando a importância teórica das categorias analíticas a serem acionadas. Os tópicos que o compõem os caminhos da estruturação metodológica da pesquisa de mestrado apresentada, os aspectos relativos a sua aplicação, observando percalços encontrados na execução da pesquisa, além da escolha e mediação quanto a utilização do recurso audiovisual.

O capítulo três trata especificamente da apresentação analítica dos dados primários articulados frente à vivência no decorrer do período que conferiu a etapa do trabalho de campo, a saber: dois meses e meio durante o segundo semestre de 2022. O conjunto dos tópicos que compõem o capítulo visam trazer um panorama quanto à configuração socioterritorial da Goiabal atualmente. O capítulo contou com parte dos registros imagéticos realizados durante o trabalho de campo. A escolha de intercalar as imagens aos aspectos textuais parte da possibilidade de fluidez e condução visual do leitor nas situações descritas à investigação.

No quarto capítulo apresento um esforço de interseção e interdisciplinaridade bibliográfica, onde viso uma construção pautada na análise ampla a partir dos dados primários focalizados e analiticamente descritos no capítulo anterior. Recorro a uma bibliografia alternativa no campo de discussão da antropologia e sociologia ambiental, de modo que as proposições conceituais formuladas pelos autores de apoio aos tópicos parte de uma sugestiva desconstrução dos conceitos gerais trazidos por teorias anteriores.

Por fim, na conclusão apresento uma síntese dos principais dados primários obtidos com o desenvolvimento da pesquisa empreendida. A exposição destes não acompanha uma ordem

de importância em minha análise, mas compõem, no entanto, os aspectos de mais relevância contidos na narrativa apresentada na perspectiva dos moradores da comunidade do Goiabal quanto ao processo de descontinuidade da atividade local da pesca artesanal e demais modos de vida local.

## PREÂMBULO

A beirada do rio era aqui, óh, a berada da água do rio ela vinha aí oh (Fig. 1 e 2). O rio era aqui, óh, lá na altura do portão. Pra debaixo daquelas árvores lá, oh, é onde era o rio. Olha lá a altura daquele alicerce, olha. Ali, o alicerce era assim mesmo por causa da água, mais alto, entende?! Que assim quando a enchente vim, não vá até lá [dentro da casa]. Aí depois que secou, nessa parte aqui a água só vem na enchente, a água mesmo aqui é só na enchente e pra lá, quando ainda tem boi que a água carrega tudo quando vem enchente. (02 set. 2022).

Fig. 1 e 2 – Interlocutora assinalando o antigo nível do rio Paraíba do Sul em relação à altura do alicerce de sua casa/ Muro dos fundos da casa da interlocutora onde era a passagem do leito do rio



Fonte: Acervo da pesquisa (2022).

A experiência de residir em Campos dos Goytacazes e, por vezes, morar próximo ao curso do rio Paraíba do Sul somada a vivência de cursar o ensino médio na Escola Técnica Estadual João Barcelos Martins (ETE JBM) ampliou minha proximidade com o bairro Matadouro, com a Portelinha e a comunidade Goiabal, os quais conhecia desde a infância. O bairro Matadouro está em paralelo à Avenida Alberto Lamego, onde situa-se a escola técnica, o conjunto habitacional do Matadouro, popularmente conhecido como Portelinha, que situa-se na esquina paralela a ETE JBM. A quadra esportiva da escola técnica tem suas extremidades junto à quadra da Escola Municipal Francisco de Assis, situada no bairro Matadouro, o que gerava o contato frequente com as crianças residentes do bairro e do conjunto, que observavam a dinâmica da escola técnica pelo muro e com quem convivemos na Av. Alberto Lamego. Na via de acesso de maior referência à Goiabal situava-se, por sua vez, uma pensão que abrigava estudantes da Uenf e servia refeições também para os que não eram moradores, na qual eu almoçava diariamente, por intermédio da relação de familiares que conheciam a proprietária do local. Fez-se, assim, o interesse em investigar as relações sociais daquele entorno ao ingressar no curso de bacharel em ciências sociais na Uenf, no ano de 2013.

Dito isto, a construção da questão a ser investigada na pesquisa de dissertação se deu como desdobramento de experiências anteriores de pesquisa. Em pesquisa exploratória realizada no ano de 2017, que teve como escopo o diagnóstico acerca da disponibilidade dos

eixos de serviços que compõem o saneamento básico na comunidade Goiabal, evidenciou-se a oferta parcial e instável de saneamento na comunidade — com ênfase na ausência de tratamento sanitário e abastecimento regular de água potável. Esta, por sua vez, desdobrou-se na pesquisa que foi articulada para meu trabalho monográfico, apresentado em 2019, intitulado *Justiça Socioambiental e Memórias da Pesca Artesanal: Impactos da Poluição e Assoreamento do Rio Paraíba do Sul em Campos dos Goytacazes–RJ*. Nesta pesquisa qualitativa realizada com auxílio de recursos audiovisuais, investiguei a representação da perspectiva de pescadores artesanais da comunidade Goiabal quanto aos processos de aviltamento do rio Paraíba do Sul naquele trecho. Ocasão na qual conheci, por intermédio de um antigo funcionário terceirizado do CCH-Uenf, que também reside na comunidade, uma das primeiras famílias de pescadores a habitar a Goiabal. Este primeiro interlocutor, por sua vez, acessei com interlúdio da minha orientadora à época.

A análise realizada na monografia demonstrou um caso de injustiça socioambiental patente e institucionalizado, que se traduz na ausência de serviços básicos à comunidade e em um movimento hostil quanto ao leito e as margens do rio Paraíba do Sul, que incidindo diretamente em processos de vulnerabilização (ACSELRAD, 2006) que favorecem a supressão da pesca artesanal e a subalternização do grupo social que a compõe. E que, sobremaneira, contribui para o processo de marginalização da comunidade e do bairro. Tendo em vista, por exemplo, os projetos de desterritorialização e reassentamento, que para além das implicações e alterações territoriais no cotidiano dos sujeitos culminam na retirada de seus modos de vida e trabalho, de maneira que, o ofício da pesca artesanal passa a ser sobreposto pelas atividades informais.

Vê-se assim que a forma de ocupação do território da Goiabal segue a lógica que permeia a fixação da cidade, valendo-se dos rendimentos cotidianos proporcionados pela proximidade com o rio que era, e ainda é, usado como fonte de abastecimento de água e alimentos, de irrigação, meio de descarte de dejetos sanitários e urbano, meio de locomoção, drenagem e geração de renda. E como observado em pesquisa de campo anterior, a pesca e a agricultura de subsistência eram, até duas décadas atrás, as principais atividades do local, (AZEREDO, 2019, no prelo). A agricultura foi destacada também enquanto atividade coletiva, praticada nas ilhas situadas ao longo do Paraíba, estas, porém, em processo de desmoroamento e desaparecimento frente ao contínuo processo de assoreamento e a exploração de areia, feita em grande escala, para construção civil. Somada a outras narrativas, sobre demais pescadores residentes do bairro Guarus, residentes da margem esquerda do rio Paraíba do Sul, que também mantêm o processo de resistência para permanecer na margem do rio; todos os citados



apresentavam a mesma prática voltada aos quintais com plantio diversificado para subsistência, formou-se o cenário indagativo que resultou na pesquisa de mestrado apresentada no texto que segue.

## CAPÍTULO 1 - APONTAMENTOS TEÓRICOS DA PESQUISA: ecologia política latino-americana frente às estruturas e agências contemporâneas

### 1.1 Racionalidade moderna e racionalidade ambiental

Objetivo aqui apresentar um panorama quanto às construções weberianas quanto ao conceito de racionalidade no que tange seu recorte à relação e as implicações culturais na dinâmica ocidental moderna e capitalista, em que vincula-se, de forma independente, a racionalização como processo e, nesse sentido, o aspecto do “desencantamento do mundo” para além do caráter religioso, (WEBER, 2020, p. 92). Busco tecer um paralelo exploratório entre a noção de racionalidade em Weber (2020), considerando seu caráter empiricamente mutável e a proposição da racionalidade ambiental cunhada por Leff (2012) a fim de pensar sobre as racionalidades que permeiam a conformação do campo de pesquisa apresentado anteriormente. Deste modo, frente às delimitações do estilo textual proposto, não é minha intenção pormenorizar o conceito de racionalidade e racionalização em Weber<sup>1</sup>.

Na leitura empreendida do sociólogo Max Weber o aspecto da racionalidade apresenta-se enquanto elemento chave para compreensão da obra, teoria e parecer crítico do autor quanto à construção e desenvolvimento das dinâmicas que compõem as sociedades modernas (WEBER, 2020). Em *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo* o autor deixa explícito o caráter histórico, diverso e “[...] abrangente de um mundo de contradições” que é pertencente ao conceito de “racionalismo” (WEBER, 2020, p. 69), analisa assim, a conformação e desenvolvimento do capitalismo moderno sob moldes eurocêntricos, substancialmente fundamentado em uma ética do protestantismo ascético que, com sua expansão pode ser traduzida em uma doutrina econômica ocidental e, posteriormente no racionalismo moderno.

Weber (2020) mostra que, diante da valoração religiosa do trabalho profissional como vocação vis-à-vis a sua utilidade à comunidade, a compreensão e aceitação de suas categorias na estratificação social do trabalho, somada ao princípio da acumulação, apresenta-se uma visível comprovação da regeneração e autenticidade dos parâmetros religiosos do ser humano que corroboram a formação do que o autor denominou enquanto “espírito” do capitalismo. Weber (2020, p. 159) situa, nesse contexto, que a questão da distribuição desigual de bens neste mundo estaria sob domínio da “Providência Divina”, assim aponta no sentido constitutivo de

---

<sup>1</sup> Cf. SELL, C. Racionalidade e Racionalização em Max Weber. **RBCS**, [s. l.], v. 27, n. 79, jun. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/dfHssfC47pSqrtW5Fgzwb9f/?lang=pt>. Acesso em: 17 maio 2023.

PIERUCCI, A. **O desencantamento do mundo: todos os passos do conceito em Max Weber**. Ed. 34. São Paulo, SP: Editora da USP, 2003.

tal espírito, do capitalismo e cultura moderna, o proceder racional da vida fundada nessa ideia de vocação profissional que advém da ascese cristã, que destarte dominou a moralidade intramundana e edificou o universo da ordem econômica moderna.

O autor aponta a importância concedida a racionalização do agir vocacional, permeado por resoluções divinas, sendo o sentimentalismo um déficit para tal racionalização. Weber (2020, p. 51) demonstra enquanto paralelo construtivo deste fenômeno, o senso e a conduta do tradicionalismo, enquanto um oponente com o qual o novo estilo de vida e suas normas éticas, que traduzam-se em novo “espírito” do capitalismo moderno, tinham que enfrentar com os moldes da valorização racional do capital enquanto a organização racional capitalista do trabalho ainda não era vigente e dominante ao agir econômico e social, colidindo com o anseio do trabalho em vista da manutenção da vida e seus costumes.

É sabido em que vias tal disputa nos conduziu, ao nosso sistema econômico hegemônico e aos parâmetros que sustentam as sociedades contemporâneas. Vivenciamos dinâmicas sob racionalidade da mesma conduta ética e econômica apontada por Weber (2020) em sua análise de evolução do capitalismo moderno. A racionalidade que consubstancia a construção econômica-social contemporânea traz-nos constantes aspectos de crise que são evidenciadas em diferentes graus e esferas da vida pública e privada. A crise ambiental, compreendida — e questionada — mundialmente a partir de 1960, vem sendo enfrentada pelas esferas públicas sob moldes da força hegemônica. Articulou-se o discurso do desenvolvimento sustentável, sustentabilidade econômica, agroverde, economia verde, etc., que, em suma, seguem os mesmos princípios éticos e racionais da acumulação de capital, conversão de recursos naturais em findável matéria-prima e divisão desproporcional dos ônus ambientais, que traduz o quão ramificado está o discurso capitalista moderno a fim de sua manutenção.

Nesse sentido, Enrique Leff (2012, p. 19) traz-nos o conceito da racionalidade ambiental enquanto proposta de contestação e alternativa à racionalidade moderna capitalista, apresentando enquanto vocação desta nova racionalidade o aspecto anti-totalitário e crítico a fim de questionar os conhecimentos estabelecidos e a cristalização da ciência moderna frente ao diálogo de saberes, (LEFF, 2012, p. 74). O campo da ecologia política, trava discussões e busca pautar a importância de articularmos os movimentos políticos, acadêmicos, ambientalistas, econômicos e sociais em prol de uma nova racionalidade que preza pela diversidade cultural e epistemológica a fim de consolidar em termos produtivos a ecotecnologia, sustentada em uma política da diferença e uma ética da alteridade, (LEFF, 2012, p. 79-80), apontando que cada comunidade e região tem suas lógicas e tecnologias próprias de

manejo dos recursos naturais e organização social, devendo ser respeitadas e conciliadas à ótica da gestão pública.

A luz das contribuições leffianas (2012), compreendo que a crise ambiental instaurada mundialmente traduz-se em uma crise moral e civilizatória, de modo que, expande-se a todas as instâncias e instituições das sociedades contemporâneas. Leff (2012) dirá que está em jogo, na arena pública das racionalidades e interesses, a apropriação social da natureza junto a construção de um futuro verdadeiramente sustentável, e que para tal, necessita de equidade de gênero e étnica junto a resoluções democráticas que transcendam as resoluções interdisciplinares, abrindo-se para um encontro de identidades moldadas por racionalidades e imaginários distintos que formam os desejos e sentidos que movem os sujeitos e suas composições de mundos e modos de vida, na interlocução do real e simbólico.

Nesse sentido o conceito de racionalidade ambiental de Leff (2012) propõe que sejam ultrapassadas as barreiras da relação teórica entre conceitos e processos materiais; uma racionalidade crítica que aborda o condicionamento, econômico e produtivo, ao capital, que infere na produção de conhecimento, tornando este último também uma mercadoria. Trata-se de uma racionalidade que visa interceder na hegemonia da ética protestante e o espírito do capitalismo moderno propondo-o não como dualidade, mas como parte inerente ao mundo vivenciado. Visa assim o reconhecimento da diversidade ontológica do real, de modo que, o pensamento dialético apresenta-se na negação frente a afirmações normativas presentes na racionalidade socialmente construída, abrindo-se à diversidade de processos e a complexidade das suas inter-relações. O propósito de Leff (2012) é que, a racionalidade ambiental constitua-se na articulação entre quatro esferas de racionalidade, sendo estas: substantiva, teórica, instrumental e cultural ultrapassando um axioma lógico, apresentando-se como consequência de uma conformação de interesses e práticas sociais que organizam normas materiais distintas.

## **1.2 Boaventura e a crítica à primazia ocidental constituída a partir das margens: o espaço como possibilidade**

Ao construir uma hipótese sobre o maior grau de ocorrência e intensidade dos conflitos entre o processo de globalização hegemônica e a contrapartida das proposições alternativas Boaventura (2002) salienta a presença do Brasil neste contexto, anunciando a necessidade de propormos um novo e diferente modelo de racionalidade. Este deve ser capaz de superar o que o autor chama de razão indolente, propondo então o modelo de razão cosmopolita, a partir de três principais pontos de partida, a saber: uma forma de compreensão do mundo que ultrapasse

a ocidental, compreensão esta que relaciona-se a concepção de tempo e temporalidade, além da concentração do tempo presente e da extensão do futuro (SANTOS, 2002, p. 239).

Na crítica a totalidade posta como ordem e as relações de poder que perpassam o fim do colonialismo, Boaventura de Souza Santos (2002) chama-nos atenção às suas consequências, a exemplo da recusa de toda e qualquer forma de percepção do mundo que não seja ocidental e a limitação na compreensão de si, em que nada existe sem o todo ou amparo das dicotomias hierárquicas. Junto ao fato de que “[...] a multiplicidade de mundos é reduzida ao mundo terreno e a multiplicidade de tempos é reduzida ao tempo linear” (SANTOS, 2002, p. 242-3) exemplificadas pelas ideias de desenvolvimento e progresso, o que ocorre segundo Weber através do processo de secularização e laicização.

Boaventura (2002) ao apontar o paradoxo vivenciado pelas sociedades contemporâneas, que têm de lidar com problemas modernos sem, porém, soluções modernas, salienta sobre o que considera poder ser uma resposta propositiva e alternativa ao processo de globalização neoliberal, defendendo, assim, a idéia de justiça social global, que equivale a uma justiça cognitiva global ou, apenas, justiça cognitiva. Esta, por sua vez, possibilitada por meio da reinvenção do presente ampliado pela sociologia das ausências e pela sociologia das emergências e sendo tornada coerente a partir do que o autor chama de trabalho de tradução, que tem capacidade de revelar e denunciar a dimensão do contínuo desperdício de experiências sociais reais, tornando palpável e inteligível as experiências existentes sem solapar suas identidades, de maneira a propiciar uma conformação favorável às práticas transformadoras (SANTOS, 2002, p. 273-4).

Ao pensar a construção de epistemologias do Sul, Boaventura (2002) está propondo que observemos e creditemos outras histórias e formas de contá-las. É que a representação do mundo possa ser feita pelos povos e pessoas, cada qual ao seu modo, apostando no conhecimento do outro como a única forma que temos de nos matarmos menos, sendo a aposta no interconhecimento, na justiça cognitiva, a única forma de superação à tirania colonial que foi capaz de ultrapassar o período colonial. Superar as lacunas que o sistema vigente carrega só é possível, nesta perspectiva, se assumirmos outras vias de atuação, permitindo credibilidade a uma pluralidade de vozes. Ideia que podemos articular em consonância com as análises e proposições de Gottdiener (2010), frente ao protagonismo empregado em sua teoria da produção social do espaço urbano à dimensão da vida cotidiana nas sociedades modernas, e seu essencial papel nas transformações socioespaciais.

Nesse sentido, Gottdiener (2010) no transcorrer de seu estudo das cidades contemporâneas traz-nos que o espaço contém e está contido em relações sociais. Deste modo,

o autor chama atenção para o fato de que é importante pautamos que tudo aquilo o que concebemos enquanto real é historicamente constituído a partir de uma representação mental do que é o urbano, sendo a cidade, nesse contexto, a expressão material dessa forma de representação (GOTTDIENER, 2010, p. 127). O que faz-se, assim, interessante a construção da pesquisa apresentada é a compreensão de que há processos dialéticos entre o espaço e as relações sociais, a partir dos quais o autor busca revelar em sua análise o papel do Estado no processo de construção, consolidação e manutenção das cidades. Concepção junto a qual podemos pensar sobre a articulação lefebvriana quanto ao direito à cidade, como concebê-la e o que significa a ela ter direito.

Gottdiener (2010, p. 14) está então preocupado em discutir sobre o fenômeno do crescimento socioespacial, contemplando a transição das cidades compactas às regiões em constante expansão, frente às quais faz uso do termo desconcentração para definir esse crescimento, considerado pelo autor como amorfo. Deste modo, Gottdiener (2010) busca contemplar a organização social enquanto produtora, mantenedora e reprodutora de padrões de uso da terra. O autor visa assim valorizar as relações socioculturais em suas dialéticas relações com o espaço, valendo-se de uma visão da vida cotidiana e da escala local. O empenho do autor em ultrapassar as explicações econômicas sobre a conformação dos espaços urbanos converge, assim, com minha busca atual pela caracterização da comunidade Goiabal para além da identidade produtiva da pesca.

### **1.3 Biopoder e conflitos socioambientais:** de onde vem o poder de nomear, classificar e destinar os seres e ambientes?

Neste tópico eu apresento um excuro crítico elaborado a partir das articulações analíticas e proposições conceituais formuladas por Michel Foucault no texto intitulado *Aula de 17 de Março de 1976*, que compõem o curso e obra *Em Defesa da Sociedade*. O biopoder e a biopolítica, operacionalizada junto ao mecanismo do racismo de estado, são aqui pensadas tendo em vista o campo empírico proposto ao trabalho dissertativo. Essas questões são analisadas e articuladas a partir de pesquisa qualitativa direcionada aos conflitos socioambientais vivenciados por uma comunidade situada às margens do rio Paraíba do Sul, no município de Campos dos Goytacazes, na região Norte Fluminense do estado do Rio de Janeiro. Sendo os moradores que se (auto)reconhecem como pescadores artesanais remanescentes da comunidade Goiabal, a instância empírica inicial da investigação, que como

dito, ampliou-se aos demais moradores. Reflete-se então sobre as dinâmicas de dissenso quanto ao uso e apropriação do solo.

Pensar os aspectos do biopoder e biopolítica, nas ciências sociais, nos permite a interseção de temas que atravessam os sujeitos contemporâneos objetiva e subjetivamente em sua vida cotidiana. Refletindo sobre a subalternização e invisibilidade que acometem grupos sociais específicos, enquanto aparelhos e mecanismos de dominação, exploração e epistemicídios, objetivamente planejados, a partir de uma lógica política específica, a biopolítica. Investigar os sistemas e mecanismos que pressupõe a aplicação do biopoder mostram-se enquanto promissores às pesquisas sociais, tendo em vista que estes geram distintos regimes, disciplinares, de segurança, de prevenção, de inclusão exclusiva, de regulação e de exceção, por exemplo. Se a biopolítica emerge frente ao cenário em que a população torna-se um problema político, um problema biológico e então, um problema de poder, (FOUCAULT, 1976, p. 293), esta mesma concepção respalda a biossegurança, frente aos seus aparatos regulatórios, bem como, excludentes.

Em complementar contrapartida, a ecologia política, e o viés latino-americano, a partir do qual penso a pesquisa em andamento, apontam, nas afirmações de Enrique Leff (2012) às possibilidades de um prognóstico favorável às futuras gerações e ambientes, desde que sejamos capazes de constituir, assumir e manter uma política da diferença frente a uma ética da autoridade, (LEFF, 2012, p. 79-80). Ao pensar nas relações de poder, suas desigualdades e implicações nas normas vigentes de uso e apropriação do solo, a ecologia política nos chama atenção a ‘quem’ tem o poder de classificar, determinar e validar a gestão dos ambientes e suas propriedades, e, como isso incide ininterruptamente sobre os direitos constitucionais de determinadas populações e seus modos de vida, materiais e simbólicos.

As populações que estão à margem da sociedade, seja em sentido literal ou figurativo, materializam-se, nesse sentido, nos principais alvos da biopolítica. Sexualidade, gênero, fecundidade, reprodução, longevidade, crenças e modos de vida são exemplos que transpõem o tempo e o lugar histórico no contexto dos processos que compõem os mecanismos disciplinares e reguladores (FOUCAULT, 1976, p. 290). Segundo o autor a maior manifestação biopolítica é a desqualificação progressiva da morte junto a maiores intervenções do Estado nos mecanismos regulamentadores, a morte deixa de ser uma “passagem de poder” e torna-se o “limite do poder”, passando ao seu domínio não mais a morte em si, mas a mortalidade, enquanto estatística geral e global, (FOUCAULT, 1976, p. 294-6). Assim, a formação de corpos dóceis está intimamente associada à formação da massa com equilíbrio global, fruto do fetichismo da dominação patriarcal eurocêntrica.

Nesse contexto, em que apresentam-se as normas, capazes de incidir, concomitantemente, sobre o corpo e a população, forjando a sociedade de normalização (FOUCAULT, 1976, p. 301-2), podemos pensar o caso das populações tradicionais, de ribeirinhos e pescadores artesanais, que têm seus territórios progressivamente afetado pelos interesses públicos e corporativos. Estes últimos, com mais poder e capacidade de ação frente às instâncias deliberativas, passam a regulamentar os ambientes e as possibilidades de vida das populações que o compõem. A mediação e a elaboração do consenso, podem assim ser vistas como técnicas para forjar a sensação de paz e normalidades, quando na verdade, encontramos em constante guerra, há mais de 500 anos, contra os povos originários, modos de vida tradicionais e toda diversidade que ultrapasse o molde normativo da racionalidade capitalista moderna, em que propostas como as trazidas por Boaventura (2002) e Leff (2012) — pautadas no dois primeiros tópicos deste capítulo — apresentam-se como possibilidades alternativas.

#### **1.4 A Goiabal frente ao contexto bibliográfico**

Situada na extensão da Rua Adão Pereira Nunes, o Goiabal é uma das comunidades que integram o bairro Matadouro, este que, por sua vez, traz este nome desde o século XIX em função da ocupação feita por trabalhadores do antigo *Matadouro Municipal*, edificado na localidade. De constituição populacional anterior à elevação da Vila de São Salvador à categoria de cidade de Campos dos Goytacazes, em 1835, a comunidade foi formada por trabalhadores do Matadouro, das antigas fazendas de cana-de-açúcar e gado, bem como por pescadores artesanais da região.

A construção da Uenf, na década de 1990, apresentou-se enquanto uma grande mudança à localidade, considerando sua edificação em território que, outrora, compunham a comunidade Goiabal, encontrava-se, naquele momento, em disputa judicial. Representou também a possibilidade de emprego, considerando que muitos moradores da Goiabal são, ainda hoje, funcionários terceirizados da instituição. Anterior a esta implementação, houve a consolidação da empresa holandesa de laticínios, Corbion-Purac, em bairro fronteiro com o Matadouro, que apesar de fazer contínuo escoamento de resíduos no rio Paraíba do Sul, afirmava-se também enquanto promessa ao desenvolvimento local.

A constituição progressiva de novos condomínios residenciais fechados no entorno do bairro foi, gradativamente, alterando o seu cenário habitacional e relacional. Os empreendimentos de pequeno, médio e grande porte passaram a ser destaque. Esta área que outrora abrigava uma região isolada e periférica da cidade incorporou-se ao centro urbano,



substanciando sua valorização imobiliária e comercial junto ao rearranjo cultural e socioeconômico da micropolítica<sup>2</sup> local. No cenário das transformações aparecem ainda as ações dos empreendimentos familiares de extração de areias, a estação de tratamento de água e esgoto e o processo de realocação dos moradores da Goiabal para conjuntos habitacionais.

O despejo progressivo de esgoto sanitário, oriundo dos empreendimentos públicos e privados, bem como de resíduos caracterizados por cor escura e fétida, que são destinados ao rio Paraíba do Sul, incidem diretamente sobre as relações cotidianas de produção material e simbólica dos moradores deste bairro e comunidade, com ênfase aos pescadores artesanais. Estes territórios ocupados, historicamente, por pessoas, majoritariamente, negras e pardas, vêm enfrentando, progressivamente, as vicissitudes próprias das cidades contemporâneas junto a uma sobreposição de danos ambientais movido pelas ações de interesse de diferentes setores.

A relação narrada pelos pescadores artesanais sobre o ofício da pesca e sua conexão com o rio Paraíba do Sul permanece fundamentada em lógicas que antecedem as normas do capitalismo moderno. A sinergia que demonstram ter com seus quintais, plantações, com as criações<sup>3</sup> e mesmo com o pescado, que lhe são, em última instância, fonte de renda e subsistência, traduzem uma relação que ultrapassa o trabalho, que compõe uma cosmovisão e uma micropolítica específica. Traduzidos na luta pelo reflorestamento das margens e monitoramento dos antigos pontos de reprodução e desova dos peixes, ambos afetados pelos processos de assoreamento e poluição, a partir de lógicas, técnicas e tecnologias próprias.

Com a depredação dos ambientes, frente às diferentes geografias produzidas pelo Antropoceno, podemos acompanhar a progressiva degradação de modos de vida específicos, que não condizem com as normas propostas para os tempos e possibilidades atuais, previstos pelo relógio do desenvolvimento, comumente simbolizado por uma flecha, sempre pra sempre. O desafio parece estar em superar o seguinte pressuposto e seu mecanismo de funcionamento: o poder que determina e regula a implementação de um empreendimento nocivo em um dado leito do rio, em vias de desenvolvimento, é o mesmo que condena a população que o margeia à insalubridade, à espoliação e a morte.

As interseções teóricas aqui articuladas possibilitam refletir sobre como as relações de poder que incidem sobre nós, individual e coletivamente, são forjadas, mantidas e reproduzidas. As instituições sociais modernas e os processos da modernidade, em certo grau, aprisionaram as subjetividades dos sujeitos políticos junto a um tempo linear, que podemos pensar, por

---

<sup>2</sup> C.f. Michel Foucault (1971)

<sup>3</sup> Termo utilizado para designar o cuidado, não doméstico, de diferentes tipos de animais.

exemplo, a partir de mecanismos de desencaixe como as fichas simbólicas e o conjunto de sistemas peritos, apresentados por Giddens (1991, p. 25-30), pautado em uma história determinista e hierarquizada, que põe os “vencidos” em níveis mais baixos de estratificação da realidade social e não social - ontológica (ARCHER, 2016, p. 77).

Produzimos o desenvolvimento dentro de materialidades com importância forjada eurocentricamente. Se considerarmos, por exemplo, os processos entre extrativismo e neoextrativismo contemporâneo, que lançam luz às crises no projeto hegemônico de modernidade, vemos que quem paga o maior preço são sempre os ambientes. A depredação dos ambientes, por sua vez, sempre estará associada a desastres humanos. Construir uma política ampla, porém, não totalizante, comprometida com a pluralidade epistemológica frente a uma ação descentralizada em virtude do glocal – pensamento global com ações locais (LEFF, 2012), é a alternativa de intervenção à norma vigente.

Como podemos observar, a exemplo do campo temático em análise, o racismo, que aparece enquanto mecanismo de poder sobre o corpo social, põe-se como condição à legitimação para alterar e tirar a vida, individual e coletiva, na sociedade de normalização, onde a eliminação de um suposto perigo biológico é a justificativa para matar, frente a prerrogativa de fortalecimento próprio da espécie, (FOUCAULT, 1971, p. 304-9). A soberania do *fazer morrer* abre espaço ao poder de *fazer viver e deixar morrer*, frente à capacidade de ir além da organização da vida, mas de poder fabricar algo vivo, no limite, vírus com potência ecumênica de destruição, que, segundo Foucault, ultrapassam toda soberania humana (FOUCAULT, 1971, p. 303).

A ecologia política latino-americana chama atenção, nesse contexto, a vulnerabilidade imposta a determinados territórios, considerando que estes o são a partir da conjunção entre natureza, cultura e relações de poder. Conjectura em que podemos articular a autora Grada Kilomba, que em *Memórias da Plantação – episódios de racismo cotidiano* traz-nos a sua concepção e definição de racismo a partir da perspectiva da constante manutenção da vigência de uma norma branca, frente a qual o processo de discriminação trabalha na construção de diferenças frente ao poder de definição, conciliado aos valores hierarquicococos que se conjecturam em um cenário de preconceito, processos esses conduzidos pelas históricas relações de poder (KILOMBA, 2020, p. 75-6). A autora ressalta, nesse sentido, que o racismo tangencia-se não pela recusa às diversidades existentes, mas sim pela desigualdade imposta entre estas, por questões de poder, frente a qual destaca três formas de racismo, a saber, *racismo estrutural*, *racismo institucional* e *racismo cotidiano* (KILOMBA, 2020, p. 76-8, grifo da autora).

A este cenário vincula-se, no contexto empírico anteriormente apresentado, o racismo ambiental e a conformação de um duplo padrão de mobilidade (ACSELRAD, 2006 b, p. 121), frente aos quais os setores públicos e privados têm o poder de alocação discriminada das fontes de riscos ambientais ao passo que sujeitos de baixa renda, geralmente, não brancos tem uma restrição quanto a localização de suas moradias (IBGE, 2010). Esses dois padrões, distintos, de mobilidade se cruzam, não por acaso, em maior grau nos países menos desenvolvidos, com realidades históricas agrárias, em estados receptores de lixo tóxico e em áreas próximas às margens de rios e lagoas (ACSELRAD, 2006b). Para refletir analiticamente sobre este conjunto, pareceu-me pertinente as contribuições foucaultianas quanto ao poder de administração da vida.

Ao pontuar especificidades do racismo moderno, que vai além da consonância entre teorias biológicas e o discurso de poder, em suas novas técnicas e tecnologias de poder que forjam o mecanismo por meio do qual se outorga e efetiva o biopoder e a biopolítica, Foucault (1976, p. 307-10), visibiliza a extensão do direito de poder sobre a vida do outro. Nesse contexto as disputas de estado apresentam-se em arenas específicas, na qual uma forma já venceu outras, em que as esferas e as instituições públicas não são efetivamente representativas. Sendo este, portanto, o âmbito em que se dão as disputas ecológicas distributivas contemporâneas, que representam, para além de distintos interesses, forças e apropriações econômica-culturais dos territórios, projetos sócio-políticos conflitantes, incidindo diretamente sobre a produção do espaço urbano.

Importante ressaltar por fim que, como pautado por Souza (2017) em *A elite do atraso – da escravidão à lava jato*, somos um dos países no mundo que mais mata sua população pobre e negra, igualmente, somos um dos países com a distribuição de renda mais desigual. As estruturas de poder permanecem colonizando diariamente o processo de conhecimento e desvalorizando os múltiplos saberes. A população não branca segue em desvantagem no processo de absorção do mercado de trabalho, sendo um dos fatores o déficit educacional forjado historicamente (SOUZA, 2017, p. 63). Sob esta população marginalizada, recaem, majoritariamente, dois sentimentos da sociedade civil, com ênfase à classe média: a pena e o ódio, que igualmente conduzem as primeiras a constantes humilhações (SOUZA, 2017), que levam-as a processos de evitação e experiências de exclusão social, como as relações cotidianas experienciadas por jovens da periferia carioca e fluminense, outrora descritas por Hélio Silva e Cláudia Milito (1995), em que explicita-se, entre outras, a relação existente entre cor/raça e os processos de segregação (sócio)espacial. Sendo estes, exemplos razoáveis dos aspectos que nos levam a vivenciar uma nova pobreza, que percorre todos os âmbitos da vida cotidiana da

população brasileira. Concebida por José de Souza Martins (2014, p. 10) enquanto pobreza de esperança, de maneira que, segundo o autor, a nossa sociedade contemporânea amarga a restrição do tempo da vida social ao agora, ao sobreviver. Recaindo sobre essas singularidades a escolha do campo empírico, escopo deste pesquisa dissertativa.

## **CAPÍTULO 2 – PERCURSO METODOLÓGICO:** aspectos substanciais ao desenvolvimento do trabalho dissertativo

### **2.1 O desenho de pesquisa**

A escolha do campo e recorte de pesquisa deu-se, em grande parte, pelo interesse de análise da configuração socioespacial da comunidade Goiabal em relação às constantes mudanças ocorridas no território, de modo que, os pescadores artesanais aparecem, posteriormente, como instância empírica frente ao seu tempo de residência e relação com a comunidade, o que altera-se com o andamento do trabalho, que passa abranger os moradores de modo geral. Dito isto, esta dissertação constitui-se sob as bases metodológicas das ciências sociais, com ênfase na pesquisa qualitativa e etnográfica, em que lanço mão das técnicas da observação sistemática direta e indireta (LAKATOS, 1996), junto a utilização de recursos audiovisuais enquanto técnica de campo, estratégia metodológica, expressão do processo de pesquisa e forma de análise, (BARBOSA; CUNHA, 2006). O estudo de grupos sociais que compõem as margens da cidade se apresenta aqui, tal qual nos propõe José de Souza Martins (2013), como uma escolha metodológica, bem como a observação da vida cotidiana (MARTINS, 2014). Deste modo, a primeira etapa do processo de pesquisa consistiu-se na delimitação do recorte empírico, na definição e adensamento da pesquisa bibliográfica.

A segunda etapa foi fundamentada nas visitas ao campo e mapeamento dos pescadores artesanais remanescentes. Além da identificação dos demais moradores da comunidade que se dispuseram a colaborar com a pesquisa, seguida pela elaboração, aplicação, transcrição e análise de entrevistas semi-estruturadas. Analisei os conteúdos dos relatos narrados, tendo enquanto aparato a história oral, visto que, “[...] a história de vida apareceu como um instrumento privilegiado para avaliar os momentos de mudança, os momentos de transformação.” (POLLAK, 1992, p. 12). Recorri às proposições de Michael Pollak (1992) para fundamentar os procedimentos analíticos desta etapa, com ênfase a observação dos tipos de estilo em que foram construídas as narrativas dos interlocutores(as), a exemplo, do estilo cronológico, temático e factual, além do uso dos pronomes pessoais, (POLLAK, 1992, p. 13). Neste momento houve também a separação dos moradores da Goiabal em três grupos, de modo que a constituição destes três grupos pode ser pensada como categorias, elaboradas a partir dos dados primários. Os interlocutores foram então, para o processo de análise, divididos a partir de suas narrativas que indicavam se estes eram moradores iniciantes (meses ou poucos anos), moradores de uma década ou moradores antigos (com mais de duas décadas), aspectos apresentados adiante, no capítulo três.

Por fim, à terceira parte deste estudo reservou-se a decupagem e análise do material audiovisual obtido em campo, associado às anotações do caderno de campo, material fotográfico e audiovisual cotejado com o aporte teórico da pesquisa. Considero basilar ao desenvolvimento e etapa analítica do projeto o uso da imagem nas ciências sociais, considerando-as, além da possibilidade metodológica e de representação da vida social, enquanto categoria epistemológica, (BARBOSA;CUNHA, 2006, p. 60).

O trabalho apresentado que, como dito, sustenta-se nos pilares teórico-metodológicos das ciências sociais teve sua construção fundamentada na proposta da condução da pesquisa a partir do viés qualitativo (MINAYO, 2022). Compreender, porém, por meio de bibliografias que tragam discussões como Mariza Peirano (2014), em que o trabalho etnográfico inicia-se em limiares que, por vezes, não alcançamos objetivamente, repercutiu na percepção de que a dificuldade de encontro com aqueles com quem fui retomar contato e os posteriores desencontros com estes que eram, até o momento, meus principais interlocutores, apresentava-se como parte de um desdobramento teórico metodológico que volta-se às construções etnográficas. Dali surgiram perguntas que me levavam a questionar sobre a atualidade da comunidade em que estes sujeitos se inserem e os indícios de dados primários em relação à descontinuidade da pesca artesanal local.

Saliento, por fim, ainda quanto a perspectiva da etnografia para além da prerrogativa metodológica, as contribuições trazidas por Cardoso de Oliveira (2000) sobre o caráter epistemológico da construção e o estudo etnográfico, ressaltando o equívoco de considerar tal forma reduzida ao método. Desta maneira, a inspiração etnográfica que conduziu o desenvolvimento deste trabalho, que inscreve-se no âmbito da sociologia política, apresentou-se enquanto caminho promissor, para não dizer, fundamental, para alcançar as dinâmicas comunitárias e os moradores que estão além do grupo de pescadores artesanais, estes, por sua vez, já caracterizados por um grupo organizado da sociedade civil e com os quais já tinha algum contato, de maneira que não estranham-se, verdadeiramente, ao serem procurados por alunos e/ou pesquisadores da Uenf.

## **2.2 Contextualização do processo de direcionamento aos dados primários**

O aporte teórico-metodológico apresentado por Paugam (2015) referente às formas de objetivação da pesquisa, ou seja, de definição do objetivo frente ao objeto, demonstrou-se relevante ao desenvolvimento deste trabalho. Com os questionamentos críticos quanto aos limites inerentes ao processo de objetivação, da necessidade prévia das escolhas metodológicas,

e, o cuidado com a dimensão das especificidades do objeto, (PAUGAM, 2015, p. 53), o autor apresenta-nos, de maneira breve, sua perspectiva de como conduzir-se em prol do alcance de critérios de delimitação de nosso objeto, sua inserção numa problemática sociológica e a determinação da natureza metodológica a ser empregada.

Assim, o conjunto de elementos que compuseram a construção metodológica desta pesquisa perpassam também as contribuições de Laperriere (2015), obtidas a partir das leituras empreendidas, que auxiliaram-me no processo de rompimento com as certezas preliminares quanto ao fenômeno que busquei investigar, a saber, a descontinuidade da pesca artesanal na comunidade Goiabal e, posteriormente a atual conformação social da comunidade. De maneira que, a compreensão e contextualização histórica e socioespacial no qual inserem, o campo empírico e os interlocutores, faz-se assim indispensável na articulação do trabalho, (LAPERRIERE, 2015, p. 417) a fim prevenir-se de um possível isolamento de fatos, na etapa que confere a análise de dados, sendo necessário escrutinar, por exemplo, os aspectos socioeconômicos, políticos e territoriais, que integram o recorte empírico.

Nesse contexto, a técnica da “bola de neve”, *snowball* ou mesmo, *snowball sampling*, foi a norteadora no desenvolvimento da etapa do campo, com ênfase a fase que compreendeu as entrevistas. Na bola de neve apresenta-se como técnica de amostragem não probabilística, e cujos moradores alcançados pela pesquisa o são por meio de sujeitos conhecidos, levando gradativamente ao crescimento do grupo de interlocutores, há uma seleção dos moradores abrangidos na pesquisa, acarretando assim em resultados não generalizados, mas capazes de demonstrar um esboço das relações que compõem o recorte proposto ao estudo desenvolvido, (BALDIN; MUNHOZ, 2011).

Dito isto, destaca-se que a etapa do trabalho de campo foi subsidiada pela visita periódica à comunidade Goiabal, durante um período de dois meses e meio. Tendo sido o primeiro mês direcionado, especificamente, a reaproximação com os pescadores artesanais com quem tive maior interlocução na monografia e com a dimensão socioespacial da comunidade. Posteriormente, dediquei-me à visita aos interlocutores que se dispuseram, efetivamente, a colaborar com a pesquisa. Nos dias que intercalava um encontro e outro, ia à comunidade mesmo que fosse “apenas” de passagem. Durante este período foram realizadas um total de dez entrevistas semi-estruturadas, tendo sido quatro entrevistas registradas com recurso audiovisual, na ocasião, um aparelho de telefone celular. Frente ao total de entrevistas, quatro foram realizadas com os pescadores remanescentes. Obtive assim um registro de, aproximadamente, uma hora e meia de gravação. Este, por sua vez, substanciou o período da

análise de dados primários, junto ao caderno de campo e os demais materiais fotográficos e gravações feitas ao longo do território da Goiabal.

### **2.3 Entrevistas e divisão das temáticas abordadas**

Foram quatro aspectos gerais que direcionaram a condução das entrevistas semiestruturadas aos interlocutores, sendo estes: as características particulares do sujeito entrevistado, a sua relação com a pesca artesanal e/ou profissional, qualquer que fosse, suas perspectivas quanto à relação comunitária e a relação com a água. A escolha destes elementos para compor a etapa que confere a aplicação das entrevistas na condução do trabalho de campo teve, em última instância, a finalidade de atender a demanda apresentada nos objetivos geral e específicos desta pesquisa, a saber: análise do processo de (des)continuidade da atividade local da pesca artesanal na comunidade Goiabal, em Campos dos Goytacazes, RJ e, para tal, a realização do 1) mapeamento dos indivíduos e grupos que mantêm a atividade da pesca artesanal no trecho que confere a comunidade Goiabal; 2) investigação e descrição da atual ocupação profissional dos pescadores remanescentes; 3) descrição dos processos históricos de destituição da identidade produtiva da pesca artesanal no Goiabal; 4) investigação da conformação da organização social dos pescadores; 5) análise das estratégias acionadas por esses moradores para permanecerem no território investigado e 6) Investigar a relação destes sujeitos com a infraestrutura da água.

A partir dos aspectos objetivados acima substanciais à entrevista foi possível obter em consonância com os dados secundários, um panorama quanto ao processo de (des)continuidade da pesca artesanal na comunidade Goiabal e o grau de relação com os conflitos socioambientais pertinentes ao uso e a apropriação do bem comum da água do Rio Paraíba do Sul. Contemplando, neste sentido, a busca por uma compreensão mais concreta quanto a esta população, dos pescadores artesanais remanescentes, sua forma de ocupação territorial e modos de uso dos recursos naturais ali situados. Tendo sido incorporado ao escopo do estudo, e conseqüentemente, ao decorrer desta etapa de campo as especificidades da (re)ocupação dos lugares de ruínas, marcados pelos escombros deixadas pelo processo das remoções residenciais ocorridas em virtude das políticas públicas de habitação que transferiu moradores de áreas consideradas de risco, como a comunidade da Goiabal, para conjuntos habitacionais — processo sobre o qual Arruda (2014) articulou suas análises, com ênfase às especificidades vivenciadas a partir da implementação do programa “Morar Feliz” pela Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes (PMCG), RJ.



Observo, nesse sentido, que a contínua alteração na dinâmica do cotidiano dos moradores da comunidade Goiabal e, fundamentalmente, dos pescadores artesanais remanescentes em virtude dos processos de remoção e realocação acima mencionados, mas também pelas consequências dos conflitos socioambientais e das mudanças climáticas agravados nas últimas décadas, demonstraram-se enquanto resultados de pesquisa mas, também, como elementos de percalços, reavaliação e adaptação desta pesquisa dissertativa com ênfase a etapa que conferiu ao trabalho de campo e a coleta de dados primários.

#### **2.4 A coleta de dados primários**

O processo de inserção no campo empírico, proposto ao recorte desta pesquisa, demonstrou a necessidade de novas articulações e formas de me inserir no espaço frente às territorialidades que o compõem. A chegada a campo, durante a monografia, como citado anteriormente, deu-se junto a minha orientadora, à época. Os trabalhos de campo, por vezes, eram realizados com auxílio de uma pós-graduanda da Uenf, à época, a quem eu recorria, principalmente, para captação audiovisual do campo. Este cenário destoa dos primeiros contatos e desdobramentos da etapa que conferiu ao trabalho de campo realizado agora, durante o mestrado, no qual estive, nos quais estive com menor auxílio. Considero, assim, que a dificuldade de recepção e primeiros contatos com os interlocutores possa ter se dado em virtude dessa ausência, da presença e apresentação de outros pesquisadores, aparentemente, mais velhos e/ou experientes.

Nesse decorrer foram aproximadamente um pouco mais de um mês para compreender que a periodicidade no encontro com os pescadores iria, inevitavelmente, diferir da vivenciada na pesquisa monográfica. Encontrar, dialogar, acompanhar e/ou entrevistar os moradores que se reconhecem enquanto pescadores artesanais remanescentes da comunidade foi uma tarefa que conciliou flexibilidade e insistência. Com o passar das semanas, no processo de aglutinar e concatenar narrativas e informações dos pescadores e seus familiares, entendi que frente a nova configuração socioeconômica vivenciada pelos pescadores artesanais da Goiabal, seria limitado o contato que conseguiria ter com tais interlocutores, uma vez que suas dinâmicas cotidianas já não são majoritariamente voltadas ao quintal, a pesca e a comunidade. Tendo em vista a disponibilidade exigida pelo regime de trabalho informal, potencializado pela dinâmica de bicos e biscates, a partir da qual os pescadores têm feito parte considerável da renda familiar doméstica.

Frente a este cenário, deu-se a ideia de ampliar o escopo da pesquisa, de modo que busquei abranger moradores que residam em pontos distintos da comunidade, contemplando os três locais de acesso a Goiabal, alternando gênero e faixa etária, buscando, assim, contemplar um possível esboço daquela realidade social a fim de compreender as novas dinâmicas estabelecidas no território para além das que compõem o cotidiano dos pescadores autodeclarados, tendo em vista a alteração das dinâmicas econômicas daquele território. Assim, a proposta de observar de maneira direta e diária o cotidiano de uma comunidade em situação de vulnerabilidades socioambientais e de relação próxima com o crime organizado pôs-se como uma tarefa delicada, apesar da proximidade com o bairro. A desconfiança com minha presença rotineira, evidenciados a partir de alguns olhares e resistência ao diálogo, fez-se explícita com o transcorrer da etapa de entrevistas e das distintas conversas, quando em tom mais baixo os moradores buscavam mudar o assunto, quando apenas não responderam ou induziram ao fim da conversa. Ou mesmo, quando, após os diálogos, era possível desvelar discordâncias ou descontinuidades frente a algum relato obtido.

Dito isso, ressalto a dificuldade na utilização de equipamentos de captação audiovisual ou mesmo de áudio. Tendo sido o caderno de campo e os registros fotográficos e audiovisuais, feitos da paisagem da comunidade, fundamentais no processo de registro e análise de dados primários. O motivo da preocupação e a recusa dos interlocutores de serem filmados ou de qualquer forma de serem registrados em tempo real, fazem-me levantar uma série de situações hipotéticas, sendo preponderante a ideia de que há uma seletividade por parte destes moradores frente a disposição de determinados dados e relatos pessoais em virtude da possível veiculação do material, tendo em vista as relações de poder que incidem sobre o território, havendo, nesse sentido, um receio frente ao poder público em relação às dinâmicas habitacionais da comunidade.

## **2.5 As imagens na pesquisa social empírica**

Em conformidade aos detalhes obtidos no período de observação direta empreendida na comunidade, é interessante pontuar a misancene (FRANCE, 1998) observada junto aos moradores da Goiabal ao apresentar-me em campo empunhando a câmera e ao sinalizar e pedir permissão, ao me aproximar de um morador ou transeunte, para prosseguir com uma gravação audiovisual. Os interlocutores demonstraram uma tímida vontade de participação e registro que era, no entanto, seguida por breves justificativas para não permanecerem no ângulo principal das lentes. Os pescadores, por sua vez, ainda que mais receptivos ao registro audiovisual, foram

os que menos puderam ser registrados devido a baixa disponibilidade, em função da atual necessidade de realização de trabalhos informais exercidos, significativamente, fora da comunidade. Nesse sentido, põe-se a ideia de trabalhar, mais enfaticamente, com registros fotográficos. Assim, no que diz respeito às dimensões socioantropológicas da proposição do uso de imagens na pesquisa social empírica e etnográfica, considerando aqui os contextos urbanos, temos enquanto pressuposto as articulações feitas por José de Souza Martins (2016) frente a fotografia como uma forma de construção dinâmica e compartilhada com a cidade e os que ali interagem. Observo assim que se por um lado os interlocutores procuravam, sempre que possível, sair do ângulo principal das gravações, por outro, havia sempre um algo ou alguma situação prontamente direcionado por eles como alvo de registro imagético.

A utilização das imagens na construção deste estudo de caso deu-se como possibilidade de ver e analisar, para além de registrar a realidade empírica observada. Ou seja, o registro imagético conferiu-se como elemento importante e significativo na etapa analítica dos dados primários, possibilitando retomar aquilo que em primeiro contato não se fez perceptível, tanto ao que refere-se ao ambiente físico como às expressões dos indivíduos. Considerando, porém, que de maneira geral a face dos interlocutores não aparecerá no decorrer do texto, acompanhando a escolha feita de sigilo dos seus respectivos nomes.

A apresentação das imagens de campo a partir da sua disposição em pranchas segue a escolha de uma forma específica de associação da fotografia na pesquisa, considerando as contribuições metodológicas de Gregory Bateson frente a associação de informações textuais e visuais (*apud* NUNES, 1998). Observando, nesse sentido, as contribuições trazidas pelo trabalho etnográfico de Nicole Rigon (2021) no qual articulou a imagem junto a escrita etnográfica. Considerando por fim, que, tal qual aponta Clarice Peixoto (2015, p. 8) “[...] a imagem é capaz de melhor acompanhar e fixar, sob um outro ângulo, às manifestações simbólicas”, movimento este que permite, também, que aqueles que estejam fazendo a leitura dos trabalhos possam se transpor no tempo-espço posto pelas laudas textuais, desvelando detalhes sobre o campo a partir de sua própria observação.

## **CAPÍTULO 3 – NAS MARGENS DO RIO PARAÍBA DO SUL: o território da Goiabal e a descontinuidade da pesca artesanal**

### **3.1 O bairro, a comunidade e a pesca**

Atualmente, o bairro Matadouro é composto, no imaginário e reconhecimento social, principalmente pela comunidade Goiabal e Portelinha. Desde a sua primeira configuração, este espaço tem como particularidade a ocupação por pessoas majoritariamente negras (considerada aqui quanto a soma da população que se autodeclaram nas categorias preta e parda) que compõem a base do sistema de estratificação social, observando os dados de pesquisa do censo de 2010 do IBGE<sup>4</sup> no qual a influência da cor ou raça na vida dos sujeitos é notável, principalmente, no que refere-se ao contexto do trabalho, justiça, política, convívio social e escolaridade. Ressalto, nesse contexto, que a relação de ocupação deste território, bem como da cidade, permeiam as possibilidades econômicas advindas da proximidade com o rio Paraíba do Sul. Demais dados, primários e secundários, apontam que a pesca e a agricultura de subsistência eram, até os anos 2000, elementos significativos e substanciais nas atividades do local (FARIA; POHLMANN, 2016).

A Goiabal, está ao longo de uma rua de calçamento irregular e com expressivos espaçamentos entre os paralelepípedos o que gera constantes trepidações na locomoção, destoando da pavimentação do bairro Matadouro, sendo esta dividida em duas territorialidades com explícita demarcação diante dos escombros deixados pelos processos de remoção, mencionadas anteriormente no capítulo 2, e postas adiante neste capítulo. É perceptível a reconstrução de casas, de alvenaria e madeira, sobre os escombros presentes na extensão comunitária. A reocupação é realizada por pessoas do Matadouro, da Portelinha e da Beira Rio, mas também por outros moradores, vindos além deste município e outros estados, como por exemplo, Espírito Santo (ES) e Minas Gerais (MG). Há também, os terrenos que foram cedidos, vendidos e/ou alugados para habitação e atividades profissionais, a exemplo da reciclagem. Tendo sido este o caso da Capela Bom Pastor, que foi, como demonstram os dados primários, ocupada e vendida pelo tráfico, apesar deste último não ter domínio explícito sobre o território da comunidade Goiabal. Identifico, nesse contexto, como área de residência e lógica organizacional da pesca artesanal o trecho que está na direção da parte de trás do curral da Uenf, situado mais ao fim da comunidade, este último ponto, por sua vez pode ser especificado por sua saída na direção do Centro de Eventos Populares Osório Peixoto (Cepop). Este último

---

<sup>4</sup> IBGE | censo 2010 | resultados | notícias | IBGE divulga resultados de estudo sobre cor ou raça. Acesso em: 9 fev. 2023.

trecho da comunidade é marcado pela rua de barro vermelho, com casas ainda situadas no nível mais abaixo da rua, com significativa presença de mata ciliar e circulação de animais, como cabra, bode, porco, cavalos, galinhas, patos e etc. Neste trecho encontram-se moradores mais antigos da comunidade que se impuseram contra o processo de remoção e realocação. Concomitante ao contexto de conflitos socioambientais, os processos de remoção e realocação vivenciados pelos moradores da comunidade Goiabal, principalmente, entre os anos de 2009 e 2016 em virtude da implementação das políticas públicas municipais de transferência de moradores de áreas de risco para conjuntos habitacionais trouxeram um rearranjo social, político, econômico e territorial para conformação local. Desde então, destaca-se a intensificação de novos processos de ocupação e reocupação das áreas de remoção e das demais passíveis edificação.

Nesse contexto, os pescadores, interlocutores iniciais, narram sobre alteração nas dinâmicas da pesca, principalmente nos últimos 10-15 anos, concomitantemente à incorporação de "bicos e biscates"<sup>5</sup> para complementação da renda familiar. Estes sinalizam que a realidade permeia outros pescadores nascidos na Goiabal e demais pescadores de Guarus<sup>6</sup>, que também mantêm o processo de resistência para permanecer na margem do rio; todos os sujeitos citados apresentam a prática voltada aos quintais com plantio diversificado para subsistência. A agricultura foi destacada também enquanto atividade coletiva, outrora, praticada nas ilhas situadas ao longo do Paraíba, estas porém, em processo de desmoronamento e desaparecimento devido ao assoreamento e extrações (explorações) feitas pelos areais.

Malgrado a expansão industrial e a produção pesqueira em larga escala, a pesca artesanal ainda apresenta expressivo rendimento econômico ao setor financeiro, distinguindo-se da modalidade empresarial, por questões que variam entre a baixa possibilidade de estoques à questões de infraestrutura, (CASTRO *et al.*, 2017). Em contraponto a sua rentabilidade em escala nacional a atividade pesqueira, marítima e continental, preserva-se nos estados brasileiros - em maior ou menor grau - como parte substancial das relações de vida, cotidiano de trabalho e cosmologia de diferentes grupos, organizados em associações, cooperativas ou círculos familiares e de amizade, atuando em formas não hegemônicas de produção. Nesse sentido, Diegues (1983) traz-nos que até a década de 1930 a atividade pesqueira ocorria, no Brasil, dentro dos quadros da pequena produção mercantil, ou seja, com exceção dos grandes centros urbanos a produção pesqueira era oriunda das pequenas comunidades litorâneas, que a

---

<sup>5</sup> Atividades informais remuneradas, geralmente associadas a edificação (mestre ou ajudante de obras), pintura, carpintaria e instalação elétrica residencial.

<sup>6</sup> Antigo distrito do município, habitado majoritariamente por negros, situado ao Norte da cidade, na margem esquerda a jusante do rio Paraíba do Sul, onde parte da população ainda trabalha na lavoura de cana-de-açúcar.

praticavam juntos agricultura.

O conceito de pesca artesanal, por sua vez, não apresenta consenso à sua definição, as análises e classificações variam a partir dos contrapontos que a atividade apresenta frente a pesca em larga escala, ou pela forma como apresenta baixa produtividade e rentabilidade econômica, ou devido ao periódico aspecto de subsistência (SILVA, 2014, p. 9). A respeito da comunidade da Goiabal, trato enquanto pesca artesanal a atividade exercida a partir dos quintais de moradores que se reconhecem como pescadores remanescentes, observando que, conforme Diegues (1983) a organização da pesca brasileira ocorre junto às atividades de subsistência, passando por considerável alteração a partir da década de 1960, com a captura de sardinha, sobretudo na região leste e sul.

Assim, para pensar a descontinuidade da pesca local em relação a conformação comunitária, recorro às contribuições de Pollak (1989) em que a construção identitária se dá socialmente por meio da oralidade, que (re)constitui e mantém, dentro de determinados círculos familiares, culturais, religiosos e comunitários, memórias subterrâneas formadoras de identidades sociais, (POLLAK, 1989), para além das construções nacionais ou representações mantidas por meio da memória coletiva, (HALBWACHS, 2006). Nesse sentido, a constituição da identidade de um grupo ou indivíduo está permeada pelas particularidades relacionais a que estes, em âmbito individual ou coletivo, tiveram acesso e experiência em situações cotidianas, (CUCHE, 1999). Considerando que a problemática da questão ambiental não se apresenta de maneira linear à toda sociedade, a distribuição não democrática dos riscos ambientais, por exemplo, é percebida em diferentes territórios e, a partir desses, em diferentes níveis. As formas de uso do território, estão, deste modo, submetidas à como se dão as interações e racionalidades sociais, como se relacionam os atores e seus interesses nas diferentes esferas da estratificação. Quanto a relação indivíduo-natureza, corroboro às considerações feitas por Milton Santos, em que:

A dialética somente se realiza a partir da natureza valorada pela sociedade; é aí que começa a dialética. A sociedade não atua sobre a natureza em si. O entendimento dessa ação é o nosso trabalho e parte do valor que é dado àquele pedaço de natureza - valor atual ou valor futuro.[...] O que há na realidade é relação sociedade e sociedade enquanto território, sociedade enquanto espaço. O território não pode ser uma categoria de análise, tem de ser considerado território usado. (SANTOS, 1999, p. 18).

Dito isto, no cenário dos marcos de mudança, ao que tange os usos desse território, apontados pelos interlocutores durante a pesquisa monográfica (AZEREDO, 2019), os principais são: a 6ª Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) - ETE Paraíba, liderada pela concessionária Águas do Paraíba, abastecedora de água da região, que atende 26 bairros do município, implementada em 2011 no bairro Matadouro e que despeja diariamente no rio

Paraíba do Sul litros, ainda não quantificados, de resíduos caracterizados por água escura e fétida; a construção do conjunto habitacional Matadouro, popularmente denominado Portelinha, inaugurado em 2007; o conjunto habitacional Novo Jockey, construído em 2011 no bairro do Jôquei-Club, para onde foram realocados moradores<sup>7</sup> que habitavam as margens do rio e antiga linha férrea federal, destas ações ainda há escombros na comunidade; a implementação, estima-se de seis décadas, da empresa holandesa de laticínios, Corbion-Purac, na margem rio Paraíba do Sul em bairro fronteiro com o Matadouro - que também faz descarte contínuo de resíduos químicos no rio; além da intensa fixação de areais na margem a jusante do rio e sua atividade de exploração no decorrer do leito que agem de maneira nefasta no ecossistema de água doce, causando desbarrancamentos, assoreamento. Somam-se, crimes ambientais como, Cataguases (MG) e Resende (RJ), em 2003 e 2009, marcados respectivamente, pelo rompimento de barragem e vazamento de toneladas de produtos químicos além do contínuo despejo direto de esgoto sanitário efetuado por condomínios de classe alta em trecho do leito poucos metros após o limite da comunidade Goiabal a jusante do rio Paraíba do Sul.

Posto o cenário em que se contextualiza e articula a pesquisa de mestrado exposta a partir deste texto dissertativo e, principalmente o recorte empírico proposto, é necessário ressaltar, por vias de compreensão quanto a minha re-inserção no campo, que retornei a comunidade Goiabal no fim do mês de junho de 2022. Isso ocorreu após um longo período de distanciamento, não só da Goiabal em si, devido ao tempo de conclusão e afastamento em relação à pesquisa anterior, mas, também, pelo distanciamento social imposto em decorrência da pandemia de Covid-19. Na primeira visita de campo tive a oportunidade de me encontrar com um dos interlocutores da pesquisa de monografia, com o qual dialoguei por um período de tempo. O encontro foi, no entanto, pontual distinguindo-se dos encontros realizados no período monográfico, em que a disponibilidade destes interlocutores era maior. Nas visitas seguintes o cenário parecia se repetir, em relação a ele e demais pescadores, o que exigiu entrevistas concisas.

Com o passar dos dias frente aos encontros ou mesmo aos desencontros, passei a buscar maior interlocução com o sogro de um desses pescadores artesanais remanescentes, senhor que estava sempre a posto a beira da calçada, comunicando-me sobre o paradeiro de algum dos pescadores a quem eu ia na ocasião procurar. Esta interlocução que começou então com pontuais informações sobre terceiros desdobrou-se em ponto de partida para a observação do aspecto da diferenciação feita em relação aos moradores e articulada por eles mesmos e que,

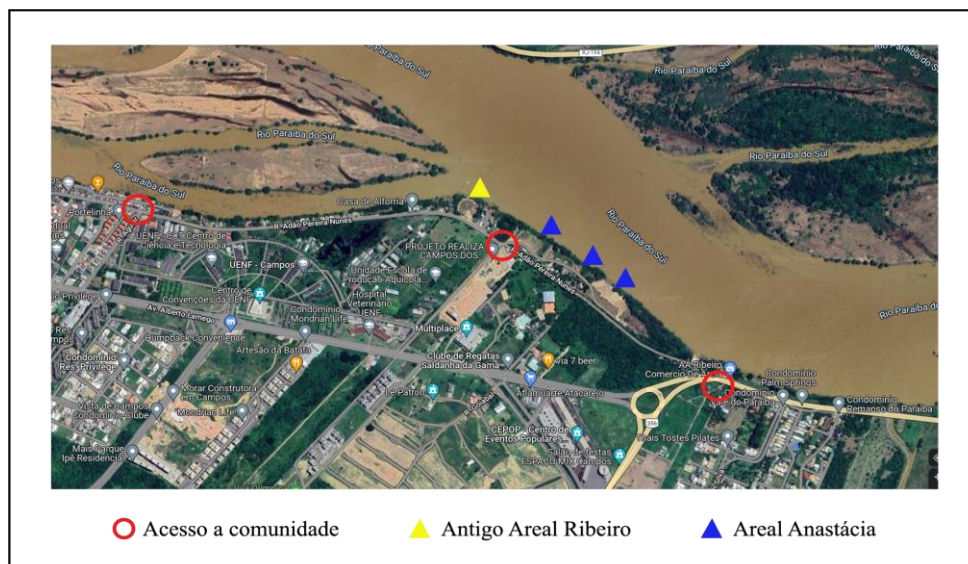
---

<sup>7</sup> Os conjuntos habitacionais compõem as obras realizadas pelo programa habitacional “Morar Feliz” implementado pela Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes (PMCG) .

não por acaso, segue a conformação espacial do território usado (SANTOS, 1999).

Faz-se assim, relevante a ênfase a observação de que o acesso à comunidade Goiabal, por via terrestre, se dá por três ruas específicas (Fig. 3). A via que eu identifiquei como principal acesso, devido ao maior fluxo de pessoas, carros, caminhões e bicicletas é a R. Aguiar que liga a Av. Alberto Lamego a rua Adão Pereira Nunes, tendo como ponto de referência para entrada na comunidade Goiabal o conjunto habitacional da portelinha, o Cras do Matadouro e a Uenf; a segunda via de acesso a comunidade que situo neste estudo é, geralmente, identificada considerando sua proximidade com área limite do campus Leonel Brizola e que tem como referência ser paralela ao atual empreendimento residencial Reserva Curumim Club<sup>8</sup>. Por fim, a terceira via de acesso é a Avenida Presidente Kennedy, após a rotatória para saída da cidade em direção ao município de São João da Barra, tendo como referência os condomínios residenciais e mais a frente o Cepop. Sendo este último trecho marcado por uma rua estreita de chão batido, com partes preenchidas por cascalhos de demolição que visam nivelar o chão frente aos desníveis feitos pelos cursos das águas pluviais acumuladas e pelos carros, sinalizada neste texto como “trecho final da comunidade” devido ao menor fluxo.

Fig. 3 – Representação do Google Maps® demarcando a área da comunidade Goiabal, que estende-se entre os círculos vermelhos



Fonte: Google Maps® (2022).

Há nesse último trecho, citado acima, um aspecto que remete uma experiência rural devido à mata ciliar mais densa, o som dos animais e a presença de uma quantidade

<sup>8</sup> O Reserva Curumim Condomínio Clube é um empreendimento imobiliário, caracterizado por um conjunto de cinco prédios de nove andares, implementado enquanto projeto da Realiza Construtora na Avenida Alberto Lamego, estende-se ao longo do quarteirão vizinho à Uenf até a comunidade Goiabal.



significativamente menor de casas, postas, geralmente, à direita da margem do rio. Uma vez que a margem neste trecho encontra-se consideravelmente assoreada devido a maior presença de pontos de extração de areia pelos areais, incluindo o único situado na comunidade que ainda encontra-se em funcionamento, o areal Anastácia, que por sua vez, funciona como um marcador que divide estes dois lados da comunidade ditos, localmente, como “lá pra cima” e “lá pra baixo”, que é o equivalente a sinalizamos a montante e a jusante do rio, respectivamente. Ali, em frente ao areal Anastácia situa-se a parte de trás do Residencial Curumim, uma das maiores mudanças no território da comunidade desde minha última visita em 2019.

Nesse sentido, a sequência de imagens postas a seguir (Prancha 1) teve como intuito principal representar a distinção que ocorre na rua Adão Pereira Nunes junto do território da comunidade Goiabal. Busquei então indicar, com ênfase, o trecho final da comunidade onde o calçamento torna-se menos visível e a rua passa a ser caracterizada pelo chão de terra batido, em direção aos dois pontos de entrada e saída menos utilizados, a saber: a rua ao lado do atual empreendimento Reserva Curumim e o ponto de acesso a Avenida Alberto Lamego, já próxima ao trevo de saída da cidade, em frente ao Cepop.

Prancha 1	
1) Fig. 4 – Últimas casas antes da rua de acesso à Reserva Curumim. À esquerda da imagem, o gradeado envolve a parte de trás do curral da Uenf	1 2
2) Fig. 5 – Reserva Curumim e areal Anastácia no horizonte da imagem	3 4
3) Fig. 6 – Saída do areal Anastácia, início do trecho final da Goiabal	5 6 7
4) Fig. 7 – Retirada de areia no areal Anastácia	
5) Fig. 8 – Rua já sem resquícios de calçamento	
6) Fig. 9 – Quintal no trecho final da comunidade	
7) Fig. 10 – Curral após quintais	
8) Fig. 11 – Trecho final da comunidade e casas com lona na frente	8 9
9) Fig. 12 – Últimas casas e saída da Goiabal na Avenida Alberto Lamego	



Fonte: Acervo da pesquisa (2022).

Destaco, por fim que a infraestrutura dos areas — ainda muito presente naquela margem do rio — e condomínios aparecem, nesse contexto, como elementos de sinalização e

demarcação socioterritorial da comunidade, observando-se assim que a localização em que se encontram as dinâmicas e residências dos pescadores artesanais compõem trecho específico da comunidade, logo após um dos areais mais antigos da comunidade, o Ribeiro, que hoje tem aquela unidade desativada. Trecho este caracterizado também pelo afastamento em relação aos lugares de domínio do tráfico de drogas do bairro Matadouro, pela arborização mais intensa, pela diminuição e desaparecimento das construções junto ao gradeado da Uenf, pelo maior espaçamento entre as casas, mas também pela rua mais terrosa e com menos movimento e transeuntes, sendo marcante a passagem dos caminhões do areal Anastácia — que situa a continuidade deste trecho que, por sua vez, compõe o fim da Goiabal. A tríade composta pelo início do areal Anastácia, o residencial Curumim e o limite da Uenf, marcado pela área de trás dos currais da Uenf, sinaliza o início da parte final da comunidade, onde em poucos metros a rua é de terra, barro e cascalho, na qual passa-se apenas um automóvel por vez, tendo como paisagem, na maior parte do trajeto o rio Paraíba do Sul e uma mata ciliar.

### **3.2 Onde estão as fronteiras? Relação entre as narrativas e imaginários**

Ao longo do segundo mês de trabalho de campo pude perceber que havia uma distinção na maneira como as histórias de vida eram contadas. E, principalmente, como era narrada a chegada, acomodação e vivência cotidiana na comunidade Goiabal. De maneira semelhante, dá-se a diferenciação na relação de incômodo ou importância frente aos conflitos socioambientais que fazem parte daquela realidade territorial. As narrativas sobre a forma como se relacionam e com quem se relacionam, na comunidade, apresentavam-se também como uma possível variável analítica ao trabalho dissertativo.

No decorrer dos diálogos e entrevistas, pude observar que a forma e o conteúdo narrativo variam de acordo com a faixa etária, com o tempo de residência na comunidade, bem como, frente ao gênero de quem está narrando. Observei, nesse mesmo sentido, a distinção entre as relações temporais em que se ancoram as histórias e memórias, sendo um aspecto importante, a maneira como fazem as distinções entre si, os moradores, ao longo de suas falas. Nesse sentido, as memórias coletivas (HALBWACHS, 2006), individuais e subterrâneas (POLLAK, 1992) que embasaram a narrativa dos interlocutores em relação a comunidade Goiabal variam também de acordo com sua ocupação profissional.

Diante destes aspectos considerei pertinente a separação dos interlocutores em três grupos distintos. A constituição destes três grupos pode ser pensada como categorias, elaboradas a partir dos dados primários obtidos nas entrevistas realizadas com moradores autônomos, aposentados e pescadores. Estas categorias foram articuladas para pensar, analisar

e compreender como se dão as formas de habitação da comunidade Goiabal, considerando nesse contexto, que a grande maioria das residências são edificadas à margem do Rio Paraíba do Sul, na extensão do dique de contenção para períodos de cheia do rio, ao passo que, reserva-se apenas às construções improvisadas o lado e extensão que cerca a Uenf. Constitui-se assim a categoria analítica requerida frente às especificidades dos sujeitos entrevistados. A saber:

### 3.2.1 Moradores iniciantes

Este grupo de moradores encaram sua chegada e instalação na comunidade Goiabal como em um lugar que pudessem habitar de maneira autônoma, ou seja, sem ter o espaço ou o imóvel cedido por familiares e terceiros, com alcance do tão narrado “[...] lugar que é meu, sem ocupação”. Estes buscam, com veemência, pautar o momento em que compraram os seus terrenos e iniciaram a construção de suas casas. Este aspecto, recorrente nas falas desses moradores, implicitamente traduz a preocupação com as burocracias e ações do poder público municipal em relação ao processo de ocupação, remoção e desapropriação.

### 3.2.2 Moradores de uma década

Os moradores nesse contexto demonstram um tom de insatisfação com as contestações quanto ao processo de chegada e instalação de residência na comunidade Goiabal. Estes interlocutores eram, com frequência, de outro município ou estado. Em relação a infraestrutura local e as relações comunitárias apresentam queixas com variações específicas, corriqueiramente associadas às ausências de aparatos públicos essenciais ao cotidiano, como acesso efetivo ao saneamento básico.

### 3.2.3 Moradores antigos

Nesta última categorização de moradores é recorrente a narrativa guiada em tom de zelo pelo que se ainda tem, do tempo que se foi e luto pelo que a comunidade já não é. A construção social e relação comunitária expressa por este grupo de pessoas apresenta uma narração que se ancora em cronologias, fatos e momentos que servem assim de constructo para demarcações de fronteiras, em relação ao que é concebido enquanto “nós”, “eles” e “o pessoal daqui”. Importante ressaltar que, esta diferenciação foi estabelecida, com ênfase, nas falas dos moradores mais antigos da comunidade, sendo estes, àqueles indivíduos que ali residiam



previamente aos processos de remoção e realocação ocorridos em virtude da implementação de programas habitacionais e que tem mais de dez anos de residência no Goiabal.

Ressalto, por fim, que a percepção da possibilidade de elaboração de categorias que conduzem a diferenciação dos moradores a partir de três grupos distintos dentro de uma mesma comunidade, evidenciou-se no decorrer do segundo mês de visita ao campo. Em que passei a observar as especificidades da narrativa de cada interlocutor que, com o tempo e atenção aos conteúdos, indicavam constantemente as diferenças nos modos de vida, habitação e identificação. O que, posteriormente, evidenciou também uma distinta cronologia de ocupação da comunidade.

Os aspectos mencionados acima, por sua vez, correlacionam-se aos discursos de legitimidade das formas de ocupação comunitária. Estes que também demonstram diferenças na sua forma de construção e de habitar. Desta maneira, podemos considerar, por exemplo, as estratégias empreendidas pelos moradores de se auto reconhecem como pescadores artesanais remanescentes, estão, como demonstram Certeau (1994) envoltas em um respaldo de estrutura prévia, uma vez que, como afirma o autor:

Chamo de *estratégia* o cálculo (ou a manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado. A estratégia postula um lugar suscetível de ser circunscrito como algo próprio e ser a base de onde se podem gerir as relações com uma exterioridade de alvos ou ameaças (os clientes ou os concorrentes, os inimigos, o campo em torno da cidade, os objetivos e objetos da pesquisa etc.). (CERTEAU, 1998, p. 99).

Diferentemente, frente aos moradores que chegaram após o período de remoções, realizando a contínua atividade de reocupação das áreas de demolição, podemos observar que há uma tática que consiste em afirmar, de forma pontual, a relação de compra e venda dos terrenos. Esta, por sua vez, apresenta-se sem maiores explicações, o que remete a uma necessidade de improvisação de um discurso ainda não pronto. Em relação a ideia de tática, Michel de Certeau (1998) diz-nos que:

[...] Chamo de tática a ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio. Então nenhuma delimitação de fora lhe fornece a condição de autonomia. A tática não tem lugar senão o do outro. E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como o organiza uma lei de uma força estranha. Não tem meio para si manter em si mesma, à distância, numa posição recuada, de previsão e de convocação própria: a tática é movimento “dentro do campo de visão do inimigo”, como dizia Von Büllow, e no espaço por ele controlado. (CERTEAU, 1998, p. 100).

Nesse sentido, deu-se a partir da análise das entrevistas semiestruturadas e das anotações feitas em caderno de campo a possibilidade de compreender as particularidades daquela

ocupação territorial. Assim, com o bloco de perguntas quanto à relação comunitária e habitacional foi possível verificar os aspectos descritos acima. Do mesmo modo, pude perceber que os pescadores artesanais, quando indagados sobre questões pertinentes à identidade produtiva, tendiam a iniciar, conduzir e complementar as suas falas através do pronome pessoal oblíquo “nós”. Ainda em relação aos mesmos interlocutores, observei que ao construírem narrativas que eram compostas por acontecimentos que envolviam outros moradores da Goiabal, que não fossem os pescadores ou seus antigos familiares, recorriam ao termo “o pessoal daqui”. Em contrapartida, ao referir-se aos moradores da Portelinha e/ou Tira Gosto eles utilizavam o pronome “eles”, indicando um maior distanciamento.

### **3.3 As dualidades do território: o que difere a comunidade da favela?**

Considerando as explicações anteriores ao que tange o reconhecimento e dinâmica comunitária na comunidade Goiabal que apresenta-se, não raro, frente às diferenciações entre moradores e territórios usados (SANTOS, 1999), trago neste tópico algumas narrativas que a definem, as quais foram primordiais para compreensão destes aspectos distintivos. Pois com o tempo e desenvolvimento da etapa que conferiu ao trabalho de campo foi perceptível a diferenciação feita pelos moradores da Goiabal quanto ao que consideram ser uma comunidade e uma favela. Concomitantemente, apresentavam o que entendiam enquanto marca das distinções, os pontos negativos e positivos de cada uma dessas formas de habitação, reservando-se à favela o tumulto, a vida agitada e a iminência da violência e ilegalidade. A comunidade, em contrapartida, é apresentada enquanto um local calmo, onde pode-se transitar e criar às crianças livremente. Nesse sentido, uma moradora de longa data, põe-se a explicar, com ênfase, tais diferenciações. Argumentava que:

As pessoas dizem que aqui é uma favela, mas aqui não é favela, não. Diferente, aqui é uma comunidade como muitas outras por aí, com gente de todo jeito, igual em todo lugar. É assim. E por isso muitos tiveram aí em sua resistência para não sair daqui e a gente entende, né. Porque as pessoas têm direito de defender o seu igual. Porque dizem que aqui é área de risco, mas que risco? Mais do que todos? O problema mesmo é só quando sobe as águas do rio, mas aí a gente já está preparado, está com as casas mais altas, né, mais cá na rua. Mas isso é assim desde a época em que morávamos ali na reta da Cooperplan [rua ao lado do conjunto habitacional da Portelinha], tinha vez que a gente precisava andar com sacolas de plástico nos pés. [...] Mas aqui é um lugar bom, tranquilo. (31 ago. 2022).

Dando sequência ao processo de diferenciação feito pelos moradores, uma jovem recém chegada na Goiabal, com cerca de quatro a cinco meses, a época da entrevista, dizia, buscando ser o mais detalhada possível:

Olha, aqui é bom, entendeu, apesar de morar muito perto do Paraíba, mas aqui é uma comunhão que é boa. Aqui é longe das coisas ruins, entendeu, das coisas que, sabe, leva as crianças pra vida errada, entendeu?! E aqui é, tipo assim, liberal, né. Aí eu vim morar aqui, passando um pouco, tipo assim de dificuldade, viu, eu vim morar aqui fiz um combinho pra mim aqui. Ai eu sai de dentro da favela, entendeu, aí vim pra cá. E tô começando fazendo um combinho pra mim, aí tô começando assim com meu combinho, de um cômmodo só. Aí tô morando aqui, vim morar aqui e tô muito feliz de morar aqui. Mesmo no combinho, com meus 4 filhos. [...] Então eu tô gostando porque lá onde eu vivia é muito, muito, muito agitado mesmo. Aqui não, cê vê, aqui é tudo no trabalho e cada um na sua casa. (2 set. 2022).

Ainda em relação a Goiabal, um morador dos tempos antecedentes ao período das remoções e demolições busca enfatizar as qualidades da comunidade apesar dos inesquecíveis desastres e conflitos socioambientais que fazem-se constantemente notórios frente às suas consequências devastadoras. Dizia ele:

Tenho 60 anos aqui, nadava todo esse pedaço de ponta a outra nas ilhas, eu e minhas irmãs. Mesmo tendo acabado com tudo aí, depois que veio essa Águas do Paraíba, aqui é muito bom, não tem conforto nenhum, mas em matéria de sossego é bom. Você vê, aqui não tem tráfico e não tem nada dessas coisas que na favela manda fazer, você pode andar normalmente aí na comunidade. (19 ago. 2022).

Observa-se que a ausência do tráfico de drogas na Goiabal, aparece na fala do interlocutor como um ganho conquistado pela comunidade, que continuamente inibem as tentativas de alocação e proximidade dos trabalhadores do tráfico. A última frase da citação acima somada a aspectos evidenciado nas andanças em campo conduzem ao entendimento de que, uma variável relevante no processo de distinção entre a ideia que se tem, na Goiabal, de comunidade e de favela é a possibilidade de livre mobilidade no território, seja dos moradores ou demais transeuntes. No itinerário feito de bicicleta junto a um dos pescadores artesanais remanescentes da Goiabal, no qual fomos até o centro da cidade, na área fronteira com o bairro da Lapa, era recorrente, ao atravessarmos o bairro Matadouro, a necessidade de fazermos zigzag ou desvios. O ato dava-se pela impossibilidade de pedalarmos na reta, ininterrupta, que compõe a rua. A interferência na locomoção era acarretada pela presença significativa de descartes de demolição, caçambas de metal com lixo e quebra-molas irregulares feitos, geralmente, de cimento ou cascalhos de pedra e tijolo, no meio da rua Adão Pereira Nunes. Foram observadas, na ocasião, aproximadamente cinco intervenções feitas espaçadamente em toda sua extensão, que caracteriza-se por uma longa pista asfaltada até o bairro da Lapa, sendo apenas o trecho que compõe a Goiabal ainda de calçamento e/ou chão batido.

Essas formas de intervenções, popularmente conhecidas como ‘barricadas’, realizadas na rua, como as que foram descritas acima, são habitualmente executadas em função das necessidades e ordenamentos dos chefes e das dinâmicas que compõem o cenário do tráfico de

drogas do bairro. Tratando-se do bairro Matadouro, o crime local é coordenado pela organização carioca comumente chamada de TCP, o Terceiro Comando Puro, que de acordo com os dados primários, tenta há anos instalar uma boca<sup>9</sup> no trecho que confere a comunidade Goiabal, a intenção está sempre repudiada pelos moradores com muito diálogo e paciência, como contam os interlocutores. Por ora, os moradores da Goiabal parecem ter êxito. No entanto, evidenciou-se no desdobrar-se das idas a campo que há uma relação de domínio de algumas construções e terrenos por pessoas associadas ao tráfico, os quais estão sendo vendidos. A exemplo, do curioso caso da Capela Bom Pastor, que foi recentemente vendida para dois rapazes, transação feita pelo tráfico, constam os relatos. De modo que, quando indaguei um pescador sobre os novos moradores ele respondeu:

Olha, vou te falar um conselho: rapaz, você num mexe com isso não. Isso aí é coisa de gente grande lá de dentro deles lá. [Aponta em sentido a Portelinha]. Eu num sei quem são esse pessoal que chegou aí não, mas sei que quem vendeu foi eles lá. Então é como eu digo: cada um na sua. Eu se fosse você não ia vê isso de falar com eles não porque o tráfico sabe como é. (9 set. 2022).

Diferente do que é de praxe, a fala foi conduzida em tom baixo, quase sussurrando e fazendo um característico movimento que comprime os lábios no canto da boca ao finalizar as frases. O pescador conclui, então, afirmando que “Eles lá não gostam de muita pergunta, não”. Este mesmo pescador, em uma interlocução ocorrida semanas antes, queixava-se das dificuldades de acesso ao recebimento de auxílios governamentais. Ao relatar a perda do auxílio emergencial, em sua última etapa de concessão e a impossibilidade de ser contemplado pelo atual auxílio Brasil, ambos fornecidos pelo governo federal, pontuou enfaticamente sua insatisfação frente aos critérios e burocracias que contemplam, segundo a fala do interlocutor, “vagabundo” em detrimento do trabalhador em momento de dificuldade. Observo, nesse sentido, que o termo vagabundo é frequentemente utilizado pelos pescadores ao fazerem menção aos moradores da Portelinha e TG. Dizia ele:

Rapaz, vê se tem como, vê se você consegue sustentar uma casa com três pessoas com salário de mil reais?! Desde o sapato até o remédio, pagando tudo. Hoje você vê o cara ali só sentado, bebendo e fumando e aí tem direito, não é querer falar da vida das pessoas não, mas não tá certo, né. É só olhar lá. Qualquer horário, o dia inteiro. [Fala apontando em direção a Portelinha e TG]. Hoje em dia só se ganha alguma coisa do governo se você for vagabundo, trabalhador não tem nada. Trabalhador em momento de dificuldade tem que dar seu jeito. Como dizem aí: se vira. (29 jul. 2022).

---

<sup>9</sup> Nome utilizado para classificar os pontos fixos de venda de drogas ilícitas.



Interessante frizar a observação de que o termo “vagabundo” quando utilizado pelo interlocutor acima, com frequência, é para referir-se a alguns moradores da Portelinha e da Tira Gosto, não tendo sido observado tal termo em relação a nenhum morador da Goiabal, independente das relações de trabalho e consumo de drogas ilícitas. Em maior grau, o termo refere-se aos moradores que são, de alguma forma, associados ao tráfico de drogas instalado no bairro. Termo que, em última instância, põe-se como um demarcador de diferença socioterritorial. Desta maneira, ainda frente a concepção que se tem sobre favela, uma outra moradora que reside na comunidade Goiabal há pouco mais de uma década, diz, em tom mais baixo e cauteloso, destoando do decorrer de sua narrativa:

Minha filha, assim, vamos botar, de onde que eu vim não tinha, assim, esse tipo de coisa, assim favela e essas coisas assim como aqui eu não estava acostumada, entendeu?! Porque assim, às vezes tem as linguagens de um jeito, assim, as coisinhas são diferentes do meu [jeito]. Mas eu aprendi a conviver com todo mundo. Só assim, eu não ando lá pra dentro, não vou pra lá. [Aponta em direção a Portelinha] Eu fico só na minha. É da minha casa pro meu trabalho, do meu trabalho pra minha casa, entendeu?! Se tem lá um ou outro que não trabalha, que não faz nada, aí é com eles. Aqui o pessoal faz um bico, faz uma faxina, tem também o pessoal que não faz nada. Mas a vizinhança aqui é cada um na sua e acabou. Então tá cada um pensando assim no seu dinheirinho, então quando tira um pra ajudar, porque assim, eu moro sozinha com o meu filho, então eu não faço serviço pesado aí você dá um dinheirinho a um e ele vai lá e faz, dá ao outro e ele vai lá e faz. Não cobram muito e aí assim vão ajudando um ao outro. E aí eu respeito todo mundo, todo mundo me respeita, me conhece e é assim. (2 set. 2022).

Na época da entrevista que substancia a citação acima eu já era capaz de distinguir, no decorrer das narrativas, quando o interlocutor estava referindo-se a um morador da comunidade Goiabal ou da Portelinha e adjacências. Com frequência, gesticular é um recurso utilizado na comunicação, de modo que, ao erguerem os braços na altura dos ombros, bem esticados e utilizarem o indicador para mirar o destino ou balançarem as mãos em sentido anti horário enquanto dizem, enfáticos: “eles lá”, entendendo que estão fazendo alusão, principalmente, aos moradores da Portelinha. A quem, com frequência, se referem devido a proximidade.

Dito isto, é pertinente observar o contexto em que estão inseridas as narrativas sobre o cotidiano da comunidade. As pessoas que residem na Goiabal, com quem tive a oportunidade de ter contato ao longo da pesquisa, não raramente, falam do que compreendem de sua realidade e do cotidiano da comunidade a partir daquelas características que as diferem, em seu contexto habitacional, dos moradores da Portelinha e TG, por exemplo. Ambas são corriqueiras nos discursos.

### 3.4 O conseqüente uso dos pronomes e as fronteiras do reconhecimento

Observa-se então, nesse contexto, que aquilo que os aproxima, aos olhos dos que veem de fora, o território e os modos de vida, é exatamente o que os afasta frente ao olhar dos residentes locais. O território, que é aparentemente o mesmo, é ao contrário, repleto de subdivisões, como exposto em tópicos anteriores. A ideia que se tem de território na comunidade Goiabal está restrita ao trecho que confere as primeiras instalações da comunidade, não estendendo-se além às fronteiras estabelecidas no imaginário social.

A utilização dos pronomes feitos pelos moradores da Goiabal em decorrência da substituição de substantivos ao indicar, direta ou indiretamente, pessoas no decorrer de seus discursos, nos conduz a uma possibilidade analítica. Isto, por sua vez, perpassa a ideia de identidade e auto reconhecimento, estendendo-se às concepções comunitárias que são capacitadas e capacitam umas às outras ao estabelecimento de fronteiras. Sejam fronteiras ao que tange o território ou aos modos de vida específicos a cada grupo de pessoas identificados. Sendo as três formas citadas abaixo as mais recorrentes ao longo das narrativas.

*i) Nós:* utilizado, com frequência, pelos pescadores remanescentes para referir-se aos seus familiares, aos moradores mais antigos da comunidade — aqueles que antecedem o período das remoções, bem como para referir-se a categoria dos pescadores artesanais, com ênfase aos que ainda residem no bairro Matadouro.

*ii) Eles:* Quando dito junto aos relatos narrados pelos pescadores artesanais, observa-se que buscam referir-se aos moradores da Portelinha e da Tira Gosto associados ao tráfico de drogas.. Não raro, o relato vem seguido de alguma crítica, generalizada, ao modo de vida destes habitantes dessas comunidades. Na fala de moradores mais recentes, ainda que de décadas, refere-se aos moradores do bairro Matadouro de modo geral.

*iii) O pessoal daqui:* moradores que chegaram a poucos meses ou anos na comunidade Goiabal. Que, de modo geral, fizeram aquisição (compra) dos terrenos por intermédio de conhecidos que residem ou conhecem demais residentes da comunidade.

Em relação à dualidade entre comunidade e favela, exposta pelos moradores dentre as entrevistas e conversas em campo, percebi que esta se dá, talvez, em virtude da ausência das infraestruturas que dinamizam e compõem as atividades diretas que ocorrem no tráfico de

drogas a varejo. Desta forma, o tráfico de drogas apresenta-se enquanto um fator demarcador das fronteiras estabelecidas na comunidade Goiabal, de maneira que na utilização de pronomes e na construção das narrativas expressam-se as distâncias e proximidades estabelecidas entre os moradores.

Frente a observação dos modos de identificação em relação aos grupos e/ou comunidades, o ‘nós’, o ‘eles’ e o ‘pessoal daqui’ apresentam-se concomitantemente os distintos modos de narrar as memórias e acontecimentos. Estes últimos, que, por vezes, são os mesmos. Expressam-se, nesse sentido, os três tipos de estilos, apresentados por Michel Pollak (1992, p. 13), que conduzem a narrativa dos interlocutores, a saber: o cronológico, o factual e o temático. Vemos, com frequência, a utilização dos dois últimos em detrimento do estilo cronológico. Considerando, no entanto, “[...] que estou dando aqui uma caracterização extrema, pois todos os relatos longos são constituídos por uma mistura de estilos, embora haja um predomínio em cada caso.” (POLLAK, 1992, p. 14).

Destaco assim, que, entre as falas dos moradores mais antigos, a exemplo dos pescadores artesanais, não foi tão rara a construção das narrativas em torno de um estilo cronológico, que de acordo com Pollak (1992, p. 13) indica um maior grau de socialização política bem como de acesso mínimo escolaridade. No caso destes interlocutores, a correlação com a socialização política pode estar atrelada à experiência junto à associação de pescadores a qual fazem parte — situada no bairro Parque Prazeres, localizado na margem esquerda do rio. E ao processo, vivenciado por alguns, de escolarização dos filhos, que por intermédio das mães ou tias que trabalhavam como terceirizadas no setor de serviços gerais da Escola Técnica Estadual João Barcelos Martins conseguiram matrículas anuais. Bem como esta mesma dinâmica em relação à Uenf trouxe a ambientação que motivou duas filhas de pescadores a ingressar na universidade. Realidade restrita ao núcleo familiar de dois pescadores.

A construção temática dos relatos, marcada pela vida pública ativa, foi a menos recorrente. Tendo sido assim, o estilo factual o mais observado. Frente às narrativas que ancoram-se em fatos isolados e acontecimentos específicos para discorrer sobre os assuntos cotidianos, situados no passado ou na atualidade. Correspondendo a uma construção mais desordenada, esta forma narrativa está associada, segundo Pollak (1992) ao baixo acesso à escolaridade, à experiência profissional e política, o que, invariavelmente, reflete a realidade da conjuntura sociopolítica e econômica da comunidade. Vê-se, nesse sentido, que as relações de pertencimento, aproximação e diferenciação, na Goiabal, ocorre, significativamente, em torno das narrativas sobre o antigo matadouro municipal, a pesca artesanal e as formas de ocupação do território, permeando assim a alteração na matriz econômica da comunidade.

Nesse sentido compreendi, no decorrer das conversas em campo e do momento em que as questões abertas na entrevista indagavam sobre a relação cotidiana com o bairro e a comunidade Goiabal, mas também sobre suas relações pessoais de trabalho, que a diferenciação e a aproximação feita e utilizada pelos moradores da Goiabal no que diz respeito às nomenclaturas e/ou tipologias descritas neste tópico, “nós”, “eles” e “o pessoal daqui”, estava para além da relação de pertencimento afetivo, mas relacionava-se também as formas de uso que se faz e pretende a partir da ocupação territorial.

### **3.5 Andanças e esquivanças: (re)inserção no campo e diálogos conquistados**

Hoje, o bairro Matadouro apresenta-se, em minha análise, dividido em três a quatro conformações territoriais, sendo: a comunidade Goiabal, a Portelinha e o entorno da Comporta (construção há aproximadamente 550 m da Portelinha, para desvio de água do Paraíba do Sul a fim de alimentar o Canal dos Coqueiros); mas que, por extensão do consenso da dinâmica social local abrange as proximidades da comunidade Tira Gosto, popularmente conhecida como TG ou Tia, que está em bairro limítrofe, o Parque Maciel, situado entre o bairro do Matadouro e da Lapa. Estas áreas sinalizadas apresentam demarcações de fronteira estabelecidas, física e socialmente, que se traduzem em dinâmicas comunitárias distintas. Há disparidade relacional entre os moradores com o entorno, sendo o rio Paraíba do Sul uma unanimidade interativa e a religião um aspecto distintivo, uma vez que, os pescadores da Goiabal, por exemplo, apresentam-se majoritariamente católicos, queixando-se quanto ao fechamento da única igreja católica construída na comunidade, a Capela Bom Pastor. Na qual havia celebração de missa semanalmente, nas manhãs de domingo.

A infraestrutura da capela é notória naquele trecho devido às mudanças ocorridas frente ao cenário de remoções, que, por exemplo, findaram a maior parte das casas com mais de um patamar. Entre as ruínas das antigas construções foram erguidas casas de pequeno porte que destoam da entrada ampla com fachada alta e pintura verde, ainda vívida, da capela Bom Pastor. Em trabalhos de campo realizados no decorrer da última década observava a capela ali mantida, porém, em abandono. Por vezes sendo ocupada para distintas atividades, mas que não eram, especificamente, para habitação. Neste último ano, no decorrer do segundo mês de idas a campo, observei em seu interior a presença de um cachorro de grande porte, preso por uma coleira e aparentemente bem cuidado junto a distinta limpeza do local, o que despertou minha atenção. Descobri, posteriormente, que a capela havia sido vendida, há semanas, para dois rapazes, ainda desconhecidos para os moradores com quem tive contato. Aspecto que será abordado a seguir.

As igrejas protestantes ali instauradas, por sua vez, apresentam maior manutenção. De maneira que, quando uma fecha, outra nova é reaberta. Hoje, há apenas uma em funcionamento na Goiabal. Encontra-se também em funcionamento, e com projeto de ampliação de sua infraestrutura, o centro de Umbanda<sup>10</sup> Xangô Menino (Fig. 13 e 14), com o qual os moradores apresentam relação amistosa, chamando-os, porém, de “casa da macumba”. Em contrapartida, a extensão ao longo da via que percorre as demais áreas sinalizadas, a Rua Adão Pereira Nunes, apresenta com ênfase na última década, a fixação de inúmeras igrejas protestantes, em instalações próprias e “em fundos de quintal”. De maneira que algumas que perduram os anos, ampliando e/ou reformando sua fachada e instalações internas, enquanto outras são fechadas.

Fig. 13 e 14 – Representação da fachada do centro de umbanda Xangô Menino/ O Ponto da rua onde situa-se o centro



Fonte: Acervo da pesquisa (2022).

O trecho que compõe as três principais territorialidades assinaladas no bairro Matadouro, a contar da Portelinha até a área onde situa-se a Tira Gosto, constam seis conformações religiosas de cunho protestantes. Três destas caracterizam-se por igrejas com instalações próprias de médio a grande porte e três marcadas pelo fundo de quintal ou outra instalação menor e improvisada. Considerando este segmento religioso, percebo que muitos moradores deste trecho são também frequentadores da unidade da Igreja Universal do Reino de Deus presente na região do centro popular da cidade, na beira rio, em frente ao principal terminal de ônibus da cidade e que por sua vez fica há poucos metros da Tira Gosto. Frente às dinâmicas observadas no território analisado, o discurso protestante apresenta relação mais próxima e amistosa com o cotidiano vivenciado pela população que convive, inevitavelmente,

<sup>10</sup> Religião brasileira com influências de matrizes africanas.

com o tráfico de drogas. Este último, apresenta-se enquanto a ponta varejista de um sistema de poder moderno maior e aparentemente oculto. Vejo-o, em última análise, como parte integrante e fundamental do espírito capitalista moderno apontado por Max Weber (2020).

Estas igrejas protestantes apresentam o discurso salvacionista agindo em conformidade com a percepção da existência do mal, diabólico e redutível sentimento da “matéria humana” que tem a escolha de filiar-se ao bem, a fim de se tornar honroso e ser salvo. Morfologicamente, essas igrejas apresentam amplas e/ou múltiplas portas de entrada/saída, com o interior geralmente visíveis ao público externo e apresentam-se aptos a receberem todos. Diferentemente, as dinâmicas que compõem o centro de umbanda, por exemplo, estão marcadas, mesmo frente ao aspecto do sincretismo, por uma atividade mais restrita, sem a presença do discurso de salvação, buscam contato entre ancestralidades e aqueles encarnados que o querem. É possível, nesse contexto, apontar uma certa seletividade de quem a frequenta, considerando a necessidade do uso de vestimentas em tons mais claros, com entrega de duas velas de sétimo dia para entrada, além de apresentar entradas menores e mais discretas, que é antecedida por um portão de grade.

### **3.6 Os pescadores, a pesca e o rio Paraíba do Sul**

O grupo que se reconhece enquanto pescadores artesanais remanescentes desta comunidade apresentam dinâmicas próprias com interações específicas junto a outros grupos de pescadores do rio Paraíba. A solidariedade em que constituem seu cotidiano apresenta o viés da solidariedade mecânica, como postulado por Durkheim (2000), em que as práticas em que modelam suas interações estão sob moldes pré-capitalistas, apresentando características de subsistência. A devoção a Nossa Senhora Aparecida, após uma “aparição” desta nas águas do rio para um pescador, pode ser apontada como um dos aspectos que permeiam a racionalidade do grupo quanto a proteção durante as jornadas da pesca e o amparo frente às mazelas socioambientais; o afã mítico-religioso é expresso na racionalização coletiva por meio de uma festa em homenagem a santa realizada anualmente em outra comunidade situada na margem esquerda do rio Paraíba do Sul. O tempo que estive em campo demonstrou que mesmo diante das novas dinâmicas de trabalho, agora direcionadas, na maioria dos casos, aos serviços de pintura e construção civil, não alteraram a relação destes sujeitos com a comunidade e entre si. Permanecem assim, utilizando em seu cotidiano, majoritariamente, o trecho no entorno das suas residências. Percorrendo, geralmente de bicicleta, a comunidade apenas para deslocamentos pontuais. Como ir a padaria às 6h40min, ir trabalhar, no entorno das 7h30min; retornar a casa por volta das 16h30min, ir ao centro da cidade no sábado pela manhã e

outras, pontuais, saídas que dão-se esporadicamente..

Em síntese, a racionalidade que integra este grupo apresenta-se como empecilho à racionalidade pública e privada que age sobre o entorno da comunidade. As constantes mobilizações e denúncias nos órgãos públicos — a exemplo do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e da Secretaria do Meio Ambiente — e midiáticos frente ao intenso processo de aviltamento do rio e descaso com a prática da pesca artesanal seguem sendo deslegitimadas, considerando que a cidade e as instâncias deliberativas permanecem de costas para o rio Paraíba, enquanto este grupo permanece de frente para tal. Situação observada tanto ao que tange às formas de edificação das residências, quanto às dinâmicas cotidianas. A legitimação destes trabalhadores enquanto profissionais da pesca é, por sua vez, mediada pelas burocracias que reconhece enquanto pesca a atividade de captura do pescado. Esta racionalidade apresenta uma assimetria frente a prática comunitária da pesca artesanal, na qual os processos pré e pós captura (a exemplo do beneficiamento do pescado) são identificados como intrínseco à pesca artesanal. Nesse processo as mulheres são as mais impactadas por esta racionalidade burocrática, tendo em vista a dificuldade de acesso ao registro geral da pesca e a benefícios, como o seguro defeso pago nos períodos em que a pesca é proibida — conhecido como época da Piracema. Ao longo do tempo, isto implicou, na Goiabal, em um significativo afastamento das mulheres em relação a esta atividade. De modo que, hoje, quando há relação com o pescado, consideram-se apenas auxiliando no preparo do que será destinado às refeições familiares.

Frente a este cenário, às primeiras semanas de trabalho de campo foi notória a dificuldade para acessar os pescadores artesanais que haviam sido meus interlocutores durante a pesquisa monográfica. Esta dificuldade, pareceu-me, inicialmente, está associada ao modo como retornei para iniciar uma nova pesquisa, sozinha. Diferentemente da graduação, quando cheguei até eles por indicação de um vizinho de longa data e, a este, por intermédio de minha orientadora à época. Ainda que houvesse a justificativa do trabalho informal, o que diminuía, significativamente, o tempo deles livre e/ou em casa, permanecia a minha incerteza quanto à amistosidade destes em relação ao meu retorno. Considerando que, as primeiras perguntas que me fizeram ao nos reencontrarmos foi: “Onde você vai levar isso? O que isso vai resolver? Porque se você não levar pro Ministério Público não resolve nada, não.”, minha dúvida não era em vão. Após realizar os procedimentos padrões e explicar a finalidade da pesquisa mostraram-se então solicitados a contribuir sem, porém, a mesma proatividade que encontrei em 2019.

Com persistência, retornando, semanalmente, em diferentes dias e em distintos horários consegui acompanhar parte das dinâmicas, principalmente de locomoção na comunidade, realizada atualmente por esses pescadores. Que, efetivamente, têm passado a maior parte dos

dias da semana fora das atividades relativas à pesca artesanal. Se antes, ao chegar na comunidade as 7h da manhã eu podia encontrá-los em seus quintais, retornando da pescaria e organizando os utensílios de trabalho, hoje, este é o horário em que estão se preparando para saída até o trabalho adquirido para semana, do qual retornam no fim do dia. No período que conferiu a etapa de campo, estes interlocutores realizaram apenas um trabalho na comunidade, relacionado a obra de um muro. O principal motivo sinalizado nesta alteração de atividades cotidianas foi a piora da poluição no rio e o desinteresse na compra do pescado após a pandemia de Covid-19. Que explicita-se a partir fala a seguir:

É isso, não está tendo jeito. Se for ficar [ em casa, no quintal, no rio] e depender da pescaria a gente num vai ter. Tem que ir fazer o que tem mesmo, porque a pesca, infelizmente, não está dando. A gente vai assim, então, se ajeitando numa coisa e outra. Aí pegamos um serviço grande e foi nessa que ainda estamos. Porque hoje em dia é assim, se não tem uma coisa a gente já arruma outra, porque de pesca não tá dando pra viver.

Percepção acentuada por outro interlocutor, que em tom de indignação afirmava:

Hoje é isso que você tá vendo aí, se você for lá [nos pontos do rio navegados em 2019] vai vê que está tudo muito pior. As autoridades não ajudam ai fica isso aí que a gente tá vendo, não tem jeito. Se você vai lá pra vê é só esgoto, é só lama, acabou tudo, coisa muito triste, mas a gente vai atrás e fica nisso mesmo.

Foi assim, de maneira fragmentada, nos breves momentos em que os encontrava na comunidade, que pude realizar as entrevistas com os três irmãos pescadores sem que, no entanto, os pudesse filmar. As anotações no caderno de campo e o gravador de áudio foram os principais instrumentos de coleta de dados primários junto a estes interlocutores. O que, ao longo do campo fez-se regra, uma vez que, os demais moradores a quem entrevistei, em sua maioria, não queriam ter os seus rostos e/ou falas arquivadas e expostas, tendo sido esta uma condição para muitos contatos estabelecidos. Aspecto já desenvolvido no capítulo acerca do percurso metodológico.

Restava-me, assim, apenas um pescador a quem procurar para tentar interlocução. Este, por sua vez, morador do trecho final da comunidade. Chegava ao fim do primeiro mês de trabalho de campo quando descobri a impossibilidade de entrevistá-lo devido a um problema de saúde que o havia ‘deixado de cama’, dito pelos demais moradores como algo grave, sem porém maiores informações. Continuei então realizando as idas a campo para observação da realidade cotidiana da comunidade. Busquei estar na Goiabal em dias consecutivos e também espaçados, durante os dias de semana, mas também em feriados e fins de semana. Percorri a comunidade caminhando, pedalando e de carro, no amanhecer e no entardecer do dia, acompanhando e sendo acompanhada pela dinâmica dos moradores.

No decorrer das semanas busquei informações sobre o estado de saúde do pescador com



quem eu gostaria de realizar uma entrevista, e assim, soube por intermédio dos demais pescadores, e também moradores com quem fui estabelecendo contato, que sua esposa, com quem mora, havia contraído Covid-19, de acordo com os relatos, já era a segunda vez que a moça se contaminava. Fato que pôs em pauta a incidência de casos de Covid-19 na comunidade, relatados como “um ou outro” havendo porém, o falecimento de inúmeros outros conhecidos. Dos 10 (dez) entrevistados, todos relataram ter tomado três doses da vacina contra o Covid-19, entre os mais velhos, porém, apenas um havia tomado a quarta dose, relatando receio com efeitos colaterais devido a quantidade de vacina.

### **3.7 As casas e os quintais**

Observa-se que há na Goiabal, atualmente, muitas casas de um só cômodo. Este modelo de habitação é comumente definido, dentro da comunidade, como “combinho”, sendo então o termo utilizado pelos moradores para se referir às casas que são compostas por apenas um cômodo no qual estabelecem as divisões internas por tábuas ou tecidos. De maneira geral, poucas apresentam acabamento externo e interno, como por exemplo, reboco e/ou com pintura, sendo estes, vistos, majoritariamente nas casas mais antigas, que precedem às demolições feitas em virtude das desapropriações ocasionadas pelo desenvolvimento do programa habitacional “Morar Feliz”. Os revestimentos, portas e janelas, onde existem, são antigos e despadroneados, indicando, não raro, sua reutilização. O teto das casas, com frequência, é feito com as chamadas “telhas de eternit e/ou brasilit”<sup>11</sup>. A construção dos combinhos, requer atenção na medida em que esta forma de habitar apresenta-se como temporária e transitória não apenas pela baixa disponibilidade financeira para aplicar na obra da residência mas, significativamente, pela incerteza frente às ações municipais. Observa-se que há o medo de perda frente a imprevisibilidade das ações públicas quanto aquele território, sendo o pouco gasto inicial uma estratégia para minimizar possíveis prejuízos futuros. Assim, o processo de desapropriação somado à recusa dos poderes de fazer um uso público daqueles espaços de remoção gera a ocupação gradativa das áreas de ruínas, com singelas construções iniciais que se desenvolvem com o passar dos anos e a sensação de segurança na permanência na comunidade do Goiabal..

De maneira geral, a comunidade constitui-se atualmente a partir de, aproximadamente, 65 (sessenta e cinco) residências, que encontram-se divididas em diferentes trechos da extensa rua que a define, a Adão Pereira Nunes. Percebo que uma parte significativa destas casas encontra-se no que podemos considerar como o ‘meio da comunidade’, entre a área que pode

---

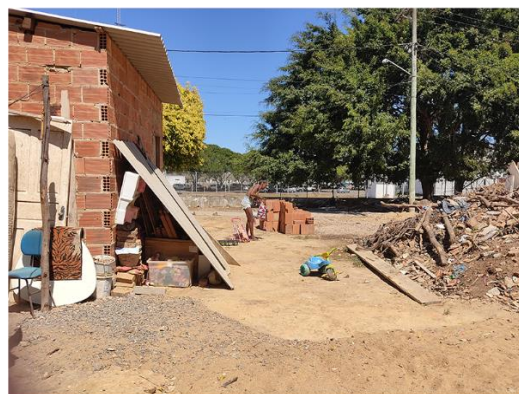
<sup>11</sup> Fabricantes de telhas em material de fibrocimento, que veio a substituir a utilização do amianto no mercado de construção. Popularmente, o nome denomina a própria telha, conhecida por ser leve, resistente, relativamente barata e, pela retenção de calor.

ser sinalizada a partir do portão e guarita da centrífuga da Uenf até o areal Anastácia. Essa contagem, no entanto, não leva em consideração as construções, geralmente, de madeira erguidas improvisadamente na calçada junto ao gradeado que cerca a Uenf — esta forma de ocupação será posteriormente descrita em tópicos que compõem este capítulo. Um quantitativo em torno de 40 (quarenta) a 45 (quarenta e cinco) residências estão no trecho descrito acima, estando o restante alocada entre a parte inicial da comunidade e seu trecho final.

A demarcação estipulada entre as casas e/ou os terrenos desocupados, quando existente, é feita com muros de alvenaria, ferro, madeira ou cercas de arame. O portão, quando há, é, corriqueiramente feito em tábuas e madeiras de demolição e/ou com chapa de ferro. Parte significativa de alguns quintais é marcada pelas ruínas de demolições ocorridas noutra tempo, no tempo da construção de conjuntos habitacionais a partir de projetos federais e municipais. De maneira que, evidencia-se o alastramento do descarte inadequado de resíduos sólidos nestas áreas, culminado em montanhas nas quais se confundem, em uma só paisagem, os lixos, os escombros e as casas. Parte significativa destas áreas mencionadas acima está, hoje, com algum tipo de demarcação indicando a pretensão de uso e ocupação, seja para moradia ou atividades econômicas que variam, geralmente, entre armazenamento e separação de materiais recicláveis, bem como a criação de animais para abate e venda (Prancha 2).

Prancha 2

- |  |   |   |
|--|---|---|
| 1) Fig. 15 – Construção da casa de um cômodo em terreno de demolição   | 1 |   |
| 2) Fig. 16 – Lateral da casa de um cômodo e dinâmica doméstica   | 2 | 3 |
| 3) Fig. 17 – Lateral da casa de um cômodo  | 4 | 5 |
| 4) Fig. 18 – Casa de um cômodo   | 6 | 7 |
| 5) Fig. 19 – Escombros de demolição de casas nas margens do rio Paraíba do Sul                                 |   |   |
| 6) Fig. 20 – A rua em trecho com mais terra e a divisão/muro com chapa de ferro entre as casas                 |   |   |
| 7) Fig. 21 – A rua com trecho de calçamento mais visível, o gradeado da Uenf, a divisão de madeira entre casas |   |   |



Fonte: Acervo da pesquisa (2022).

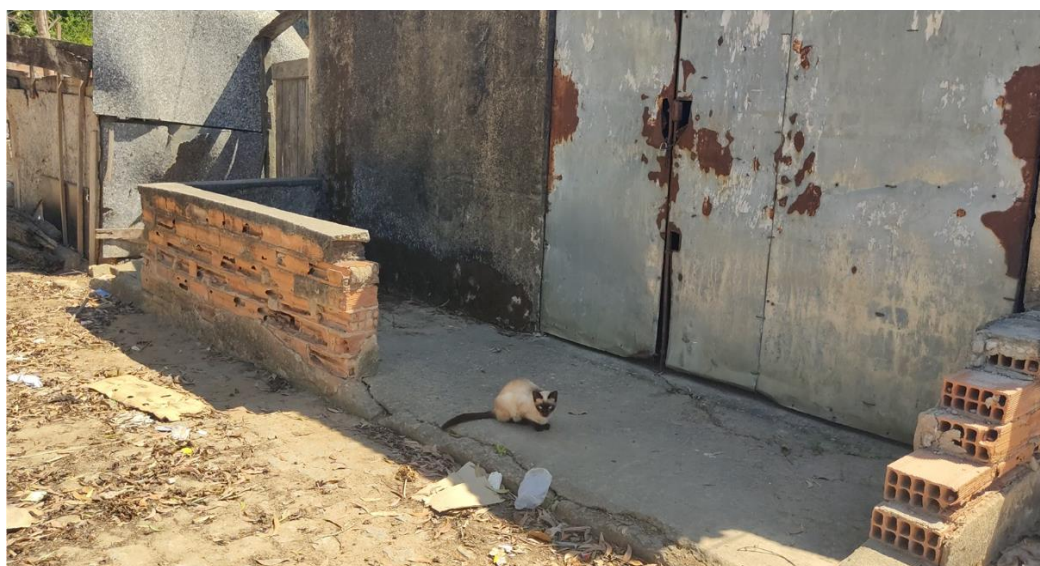


O conjunto de imagens trabalhadas no decorrer da prancha 1 buscou representar, de maneira sucinta, a dinâmica de ocupação e (re)ocupação dos espaços preenchidos pelas ruínas proveniente das demolições realizadas nas antigas residências da comunidade Goiabal, que, com frequência se inicia em pequenos trechos do terreno e vai, gradativamente, se expandindo de acordo com a limpeza/desobstrução da área ocupada.

Evidencia-se, nesse contexto, a construção das casas de apenas um cômodo que são, por vezes, as mais recentes no processo de reocupação do território da comunidade, os chamados “combinhos”. Entre os entrevistados, uma era residente deste tipo de habitação e outras duas pessoas relataram que o início de sua residência na comunidade deu-se da seguinte forma. Sendo a obra de expansão das casas e os materiais nela utilizados um elemento de troca que compõe a relação de subsistência dentro da relação cotidiana comunitária.

Segue-se assim para a representação da rua que compõe a comunidade, que se diferencia no decorrer dos três principais pontos identificados como principais acessos de entrada e saída da comunidade — já mencionados neste texto. Os muros e os portões aparecem também na Prancha 3 posta a seguir como um aspecto mais desenvolvido das residências com maiores/melhores infraestruturas, o que, associa-se também ao tempo que se reside na comunidade.

Prancha 3	1	2
	3	
1) Fig. 22 – Muro feito com materiais alternados, madeira e ferro	4	5
2) Fig. 23 – Muro e cerca de divisão entre terrenos feita de tábuas		
3) Fig. 24 – Portão em chapa de ferro		
4) Fig. 25 – Muro de alvenaria com cobertura de chapisco e portão em madeira	6	7
5) Fig. 26 – Muro de alvenaria sem cobertura e portão de madeira		
6) Fig. 27 – Reocupação de terreno com escombros e construção de muro de tábuas		
7) Fig. 28 – Muro de madeira/tábuas		



Fonte: Acervo da pesquisa (2022).

Nesse sentido, o padrão de habitação em que se apresenta a conformação atual da comunidade Goiabal está marcada pelos improvisos e constantes obras, como apontam os moradores. A maneira autônoma e irregular como são erguidas as construções acompanha as possibilidades advindas do auxílio e prestação de serviço dentro da própria comunidade, na qual dá-se de maneira corriqueira a troca e/ou escambo, ou seja, não necessariamente os serviços são pagos por meio do dinheiro, mas também frente a troca de qualquer tipo de excedentes que possam servir as necessidades de terceiros. Como observado em outros momentos de interlocução e exposto na fala a seguir.

Aqui a gente vai fazendo assim, uma coisinha aqui e outra mais ali. Conforme dá, né. Aí a gente vai fazendo, né, pega ai uma ajuda de um ou de outro vizinho, aí mesmo a gente já ajuda também a pessoa, né. Aí já dá pra [pessoa] levar uma madeira, uma fruta ou fazer também um precinho bom. Porque fazer de uma vez a gente não faz, né, não tem como. Aí vai fazendo com a necessidade. (29 jul. 2022).

A fala acima junto ao seu contexto narrativo, a saber, a troca de alimentos, roupas e objetos por serviços variados, leva-nos a um aspecto significativo em relação às dinâmicas entre vizinhos, casas e quintais. A relação de troca, venda, compra e reciclagem de telhas, tábuas e madeiras, de todo tipo, por exemplo, demonstrou-se corriqueira durante o campo. Esta dinâmica não só compunha a narrativa dos moradores como também podia ser observada, com frequência, frente às diversas pausas que as pessoas, ao transitarem, dão no decorrer da comunidade para pegar ou perguntar sobre alguma madeira que viram aglomerada. Tendo sido recorrente às madeiras empilhadas em diferentes trechos compondo a paisagem da comunidade. Com o passar das semanas e a maior proximidade com alguns moradores e casas, pude observar que a importância das madeiras e tábuas dáva-se não só por fazerem parte das construções, mas por fazerem parte, também, do preparo das refeições.

Atualmente, o recurso de inúmeros moradores para cozinhar é uma fogueira ou churrasqueira improvisada com tijolos no quintal ou na rua, geralmente em formato de um pequeno quadrado com uma abertura para colocar as madeiras recicladas, utilizadas como lenha para que alimentam o fogo, acompanhada de uma grelha, que, com frequência permanece junto a mesma (Prancha 4). Sendo este último aparato também, não raro, oriundo de reuso, como, por exemplo, gradeados que outrora compuseram as prateleiras de uma geladeira. Fazendo-se uso, do mesmo modo, do papelão reciclado a partir de caixas e embalagens. Este último, por sua vez, compõem um dos tipos de materiais reciclados por diferentes moradores da comunidade a fim de revender.



## Prancha 4

- 1) Fig. 29 – Fogueira em tijolo comum feita na frente de casa.
- 2) Fig. 30 – Fogueira em tijolo maciço feita no quintal.
- 3) Fig. 31 – Acúmulo de telhas junto ao gradeado da Uenf.
- 4) Fig. 32 – Acúmulo de tábuas junto ao gradeado da Uenf.
- 5) Fig. 33 – Acúmulo de telhas e tábuas junto ao gradeado da Uenf.
- 6) Fig. 34 – Acúmulo de madeiras, tábuas e caibros no portão de um interlocutor.

1	2
3	4
5	6



Fonte: Acervo da pesquisa (2022).



## Prancha 5

- 1) Fig. 35 – Caibros e tábuas na extensão da rua da comunidade
- 2) Fig. 36 – Caibros empilhados na entrada da casa do interlocutor
- 3) Fig. 37 – Urubus e cachorros alimentando-se entre os caibros e tábuas
- 4) Fig. 38 – Acúmulo de materiais de escombros junto ao gradeado da Uenf
- 5) Fig. 39 – Acúmulo de papelão e demais materiais reciclados junto ao gradeado da Uenf
- 6) Fig. 40 – Acúmulo de papelão junto ao gradeado da Uenf

1	2
3	4
5	6





A narrativa apresentada pelos moradores apontam que de maior parte dos quintais já não se vê mais o rio, apenas trechos assoreados com breves e estreitos braços de água escura e fétida, com grandes placas flutuantes, que indicam o acúmulo de sujeira e que variam, na cor esbranquiçada e/ou preta. Dos quintais que ainda se vê o rio observa-se a variação de cores e fluidez da água. O mal cheiro enfatizado pelos moradores apenas nos momentos em que vamos até o quintal e chegamos próximos à beira do rio é, no entanto, de presença constante. Após as idas e vindas a campo, principalmente quando eu ia a pé, passei a notar que sentia uma coriza e ardência nasal, significativamente, insistente. Que durava a semana toda, dependendo de quantas visitas eu fazia ao campo. O que me chamou atenção aos relatos de problemas respiratórios e a estreita — possível — relação com as consequências do mau cheiro oriundo da poluição do território, feita por exemplo, por contaminantes químicos da fábrica de laticínios e pela 6ª ETE. Conceção que podemos endossar a partir dos relatos expostos a seguir, oriundos de pessoas que residem há tempos distintos na comunidade. Dizia-me uma interlocutora:

A beirada do rio era aqui, óh, a berada da água do rio ela vinha aí oh. Olha lá a altura daquele alicerce, olha. Ali o alicerce era assim por causa da água, mais alto, entende?! De quando a enchente vim, não ir até lá. Mas o rio era aqui, óh, abaixo daquelas árvores lá, oh, é onde era o rio. Aí depois que secou, nessa parte aqui a água só vem na enchente, a água mesmo é só na enchente. E lá, do outro lado da usina São João é que passa o outro braço do rio. Bem, quando ele enche, a água clareia, quando ela seca ela fica preta assim. É uma coisa que não atrapalha porque a gente não usa a água lá embaixo né, então não mexe lá pra baixo. Mas tem, é assim, de vez em quando o mau cheiro que é, assim, bem forte. E sempre foi assim, há um tempão. Quando eu cheguei pra cá aqui já era assim. É, porque lá em cima tem uma fábrica lá, né, aí as águas vem pra dentro do rio e eu tenho pra mim que é isso aí. Porque fica fedendo a produto, a esgoto, a um tanto de coisa, catingoso abessa (Figura 41 e 42). (2 set. 2022).

Fig. 41 e 42 – Quintal de interlocutora onde passava leito do rio/Vista do rio Paraíba do Sul a partir do quintal



Fonte: Acervo da pesquisa (2022).

Estes pontos foram posteriormente reforçados a partir do relato prestado por outra moradora, que reside a alguns metros à frente em relação à residência da moradora do relato anterior, que pode ser demarcada considerando a direção de entrada da comunidade próxima a Portelinha. Dizia ela em tom de reprovação:

Olha aqui, por bem dizer, aqui só tem água mesmo é em época de enchente, né. Fora disso é só esgoto, 24h, só. 24h, desde que eu me mudei, aqui só dá esgoto. Desde que eu me mudei pra cá é assim, só dá água rio quando chove, fora disso é só o esgoto que passa. Porque aqui não sobe água. Já foi, fechou tudo e água aqui já nem passa não. Ela vai passando e dá a volta por trás da ilha, aqui mesmo não tem água mas não. Esse lado aqui é só pra passar esgoto. (2 set. 2022).

A fala mencionada acima, seu contexto narrativo e o cenário no qual se apresenta, frente a paisagem marcada pela poluição que assola, há algumas décadas, aquele ponto do leito do rio Paraíba do Sul chamam a atenção para a permanência e agravo do cenário observado e analisado em pesquisa realizadas no ano de 2019, onde evidenciou-se a contínua realidade de injustiça socioambiental vivenciada pela comunidade Goiabal (AZEREDO, 2019). Os elementos que constituem a condução das narrativas trazidas pelos interlocutores perpassam, em sua maioria, o descaso do poder público em relação àquele território e àquela população.

É nesse contexto que apresenta-se a elaboração da prancha abaixo (Prancha 6), onde por referência dos interlocutores foram registrados pontos que demarcam algumas das mais persistentes relações de conflito que subscreve as dinâmicas vivenciadas na comunidade Goiabal, a saber: a conjuntura de remoções e realocações somada a contínua poluição do rio Paraíba do Sul. Estes que, por sua vez, trazem novas demarcações e configurações no uso do território.

Prancha 6	
1) Fig. 43 – Trecho do rio assoreado, vista do quintal de outra interlocutora	1
2) Fig. 44 – Porcos bebendo água em estreito trecho do rio	2
3) Fig. 45 – Porcos andando e se alimentando entre escombros	3
4) Fig. 46 – Outro grupo de porcos entre escombros	4
5) Fig. 47 – Início de reocupação de terreno com escombros	5
6) Fig. 48 – Escombros de demolição as margens do rio Paraíba	6
7) Fig. 49 – Quintal de interlocutora onde ainda passa o leito do rio	7
8) Fig. 50 – Interlocutora abrindo portão de acesso a parte mais baixa do quintal	8
9) Fig. 51 – Faixa esbranquiçada na água do leito atrás do quintal da interlocutora	9





Fonte: Acervo da pesquisa (2022).

Os relatos apresentados acima demonstram que os processos que compõem o cenário de vulnerabilidade vivenciado pelas pessoas que habitam ou habitavam a comunidade Goiabal perpassa vários âmbitos. A situação de risco socioambiental a que estão expostos os moradores agrava-se diante dos aspectos característicos da comunidade. Nesse sentido, a partir da concepção crítica de justiça ambiental, considera-se que:

Os moradores próximos de cursos d'água são mais pobres, menos escolarizados, com menos acesso a serviços públicos e bens duráveis, residem em domicílios mais precários do ponto de vista construtivo e estão mais expostos a vetores de doenças transmissíveis, assim como têm mais frequentemente seus domicílios localizados em favelas. Nessas áreas, além da característica natural de risco ambiental, a ausência de urbanização, com falta de rede de esgoto, coleta de lixo etc., torna a população residente extremamente vulnerável. (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009, p. 63).

Os aspectos que constituem uma situação extrema de vulnerabilidade, sinalizados pelos autores acima, podem ser observados e, mesmo, separadamente analisados, em face ao cenário e às dinâmicas cotidianas da comunidade Goiabal. Assim, ao que se refere aos processos de vulnerabilização e as relações de vulnerabilidade (ACSELRAD, 2006a) entendo que estes são constituintes na conformação socioespacial da Goiabal, desdobrando-se às relações políticas-econômicas, de modo que, faz-se, assim, necessário buscarmos analisar os mecanismos de vulnerabilização, que operam na manutenção de projetos e formas desiguais de proteção, (ACSELRAD, 2006, p. 2).

A edificação das residências e a relação com o rio Paraíba do Sul, considerando os intensos processos de aviltamento, se analisados frente ao grupo específico dos pescadores artesanais que permanecem na comunidade, aparece, por fim, como uma relação de mediação. Deste modo, observa-se que os quintais e as dinâmicas cotidianas dos moradores que se auto reconhecem enquanto pescadores artesanais remanescentes da Goiabal seguem, por sua vez, diretamente relacionados e de frente para as águas do leito que margeia os fundos de suas casas. A proposta de confecção de mudas para reflorestamento das margens assoreadas, o plantio nos quintais para subsistência e a continuidade das navegações mesmo que, por vezes, sem a pescaria como propósito, frente ao baixo rendimento, são aspectos que podem ser observados nas distintas relações com o território. E que, em dada medida, compõem os processos de diferenciação e aproximação entre os moradores da comunidade.



## Prancha 7

- 1) Fig. 52 – Área de preparo de mudas
- 2) Fig. 53 – Descida no quintal de pescador com acesso a outros 2 quintais
- 3) Fig. 54 – Bambuzal e árvores frutíferas
- 4) Fig. 55 – Coqueiros e árvores frutíferas
- 5) Fig. 56 – Mudanças já desenvolvidas quase prontas para o plantio.

1	
2	3
4	5



Fonte: Acervo da pesquisa (2022).

A sétima prancha de imagens apresentada neste trabalho, busca representar o quintal do principal interlocutor que se reconhece enquanto pescador artesanal remanescente da comunidade Goiabal, com quem tive contato no decorrer do trabalho monográfico e também na dissertação. O intuito de apresentar seu quintal reside na possibilidade de referenciação que este tem em relação a como configura-se os quintais dos pescadores da comunidade Goiabal. O ponto representado pela figura 53, a segunda imagem da prancha acima, por sua vez, pode ser caracterizado como via de acesso a outros dois quintais de pescadores artesanais remanescentes, os quais compõem a mesma família, de três irmãos que resistem aos processos de remoção impostos sobre os moradores mais antigos deste território. Quintal com o qual os interlocutores mantêm relação política e afetiva apesar da modificação na matriz econômica da família.

### **3.8 O trabalho, a (in)formalidade e o comércio local**

No decorrer das conversas e entrevistas experienciadas um aspecto, relevante, a ser observado era a relação de trabalho e geração de renda vivenciada pelos moradores da Goiabal. Considerando as dez entrevistas formalmente registradas, três dos interlocutores são pescadores artesanais com registro na associação de pescadores do Parque Prazeres. Estes, no entanto, convivem com a atual realidade de dependência dos serviços informais para complementação da renda familiar, marcada pelo, popularmente conhecido, bico e biscate. Com frequência estes serviços referem-se à construção civil (Prancha 8).

Outros quatro interlocutores eram aposentados, os quais acompanhei por mais tempo devido a sua disponibilidade. De modo que, um destes trabalha com a coleta de resíduos sólidos e orgânicos, os quais recolhe em seu carro e reboque, além da criação de porcos para abate e venda. Atividades estas que são realizadas com auxílio de sua irmã, também aposentada, com quem também tive a oportunidade de interlocução no decorrer da pesquisa. Sendo este primeiro interlocutor mencionado um dos responsáveis pela vigente venda de terrenos na comunidade. Faz-se importante ressaltar que, no entanto, esta última atividade não foi por ele mencionada, tendo sido esta informação consolidada com o tempo de observação das dinâmicas e análise das entrevistas.



## Prancha 8

- 1) Fig. 57 – Reboque do interlocutor após recicle de resíduo orgânicos
- 2) Fig. 58 – Interlocutor guardando reboque para separação de resíduos
- 3) Fig. 59 – Interlocutora separa resíduo orgânico para lavagem dos porcos
- 4) Fig. 60 – Porcos presos em terreno específico para criação

1

2

3

4



Fonte: Acervo da pesquisa (2022).

Outra interlocutora componente do grupo dos aposentados é uma dona de casa que como forma de ajudar os filhos, se põe a cuidar de um dos netos que vai para casa todo fim do dia e retorna pela manhã, em que permanece sob cuidados da avó em sua casa, até o período escolar, retornando para mesma onde aguarda pela mãe. Além disso, auxilia o marido, pescador industrial, em sua manutenção de equipamentos quando retorna do trabalho. De modo que, o terceiro interlocutor deste grupo, e mais debilitado, é um dos primeiros moradores da comunidade e antigo trabalhador da fazenda que sediava àquelas terras da região até início dos anos 90.

Hoje, este último interlocutor mencionado, é o único que não exerce outras funções devido aos problemas de saúde. Lembra, porém, com nostalgia, da época em que acordava às 3h da manhã para tirar leite, cuidar do gado e das plantações, rotina esta que findou-se junto às transferências destas terras para o governo do estado, momento em que se deu sua transição para a margem do rio. Mesma época em que foi contratado como funcionário terceirizado no setor de serviços gerais da Uenf, no qual permaneceu por pouco mais de um ano devido a necessidade de uma cirurgia no abdômen, a partir da qual se aposentou. Este interlocutor é sogro de um dos pescadores artesanais com quem tive contato no decorrer da pesquisa monográfica realizada entre 2018/2019, fato que favoreceu sua receptividade a mim e minhas perguntas. Dito isto, a sua rotina, nos últimos anos, tem sido composta por varrer o trecho da rua próximo a sua casa, bem como a frente de casa, distribuir comida aos passarinhos, receber familiares e conhecidos. Além de contemplar a dinâmica da comunidade sentado junto às grades da Uenf.

Fig. 61 e 62 – Interlocutor varrendo a frente da casa/Área de lazer deste junto ao gradeado da Uenf



Fonte: Acervo da pesquisa (2022).



Neste contexto, três interlocutores realizam atividades autônomas. Uma exerce a função de faxineira, empregada e/ou diarista. Constata a interlocutora que, esta distinção é feita de acordo com a frequência frente à qual prestam o serviço em uma mesma residência, mas também diante da regularização formal do trabalho por meio do contrato via consolidação das leis do trabalho (CLT), o que, segundo ela, não ocorre há algum tempo, sendo esta última característica que confere a categoria de empregada doméstica. Ressaltando assim que, “[...] hoje a gente trabalha da maneira que dá, porque não tão querendo nem pagar o que a gente cobra quanto mais assinar carteira e dá direitos”.

Frente a este grupo que exerce trabalhos de maneira autônoma, há a interlocução com uma jovem panfleteira. Esta, conta que, com frequência, seu trabalho de panfletagem é realizado no centro da cidade, em virtude dos diferentes contratantes naquele bairro, o que a favorece a um melhor valor de recebimento e, conseqüentemente, uma melhor complementação da renda. Pontua que, apesar disso, com a chegada da pandemia de Covid-19 os serviços ficaram escassos, de modo que hoje, sendo a venda de balas uma alternativa para além de passar a maior parte do tempo em casa cuidando dos quatro filhos. Ressalto nesse sentido, que, o marketing através das ações de distribuição de panfletos configura-se enquanto uma estratégia barata e informal para atingir o público alvo do serviço ou produto ofertado.

Por fim, uma das interlocutoras com quem tive a oportunidade de estabelecer contato em distintas idas a campo é artesã e atualmente faz, também, de forma autônoma a fabricação e venda de seus produtos. Esta conta-me que, ao chegar na cidade de Campos trabalhava como faxineira em diferentes bairros da cidade, com ênfase ao bairro do flamboyant e da pelinca. E que, com o tempo de residência na comunidade Goiabal conheceu o projeto de extensão Caminhos de Barro sediado na Uenf, onde ingressou como aluna/aprendiz e após dois anos de curso foi convidada a integrar o grupo de bolsistas, do qual faz parte até hoje. Demonstrando, no entanto, a pretensão de ampliar os horizontes profissionais, de maneira que encontra-se, hoje, fazendo curso profissionalizante de desenho a fim de elaborar caricaturas de rosto humano em barro, ambicionando assim um diferencial para o seu artesanato. Nesse contexto foi, enfaticamente, pontuado por ela a sua autonomia na realização de seu trabalho, que hoje, é feito não só no quintal de casa, para além das instalações do Caminhos de Barro, mas também no ateliê que vem desenvolvendo em um espaço na frente de sua casa, construído junto ao gradeado que cerca a Uenf - forma de construção que será articulada mais a frente - utilizando madeiras recicladas, às quais lixou e pintou para melhor acabamento e durabilidade.

## Prancha 9

- 1) Fig. 63 – Interlocutora organizando peças artesanais em barro
- 2) Fig. 64 – Peças de barro terminando de secar na rua
- 3) Fig. 65 – Ateliê em tábuas construído junto ao gradeado da Uenf
- 4) Fig. 66 – Parte interna do ateliê feito pela interlocutora

1	
2	3
4	



Fonte: Acervo da pesquisa (2022).

Em síntese, observo que a relação de trabalho vivenciada na comunidade Goiabal perpassa, significativamente, o âmbito da informalidade e da precariedade. Outro fator

característico na narrativa dos moradores, que associa-se ao desenvolvimento deste tópico, é o fechamento dos estabelecimentos, geralmente bares, que serviam na complementação da renda de algumas famílias. Estes, por sua vez, findaram-se em sua maioria, junto ao processo de remoções e demolições, restando apenas o Bar da Regina, situado em um dos limites da comunidade, de esquina com a Portelinha e um outro na extremidade oposta da comunidade, na saída/entrada próximo ao Cepop, este, porém, não tem a mesma constância de funcionamento. De maneira que, a área representada pela imagem abaixo abrigava, até meados do ano de 2008, o antigo bar de Roberto, que era, preponderantemente, frequentado pelos moradores locais, ou seja, da comunidade Goiabal, segundo os relatos, era de preferência de muitos moradores devido a distância com o tipicamente chamado “movimento”, que é a nomenclatura local utilizada para definir o tráfico de drogas. Sendo considerado bem localizado.

Fig. 67 – Registro durante a pesquisa, em 2022



Fonte: Acervo da pesquisa (2022).

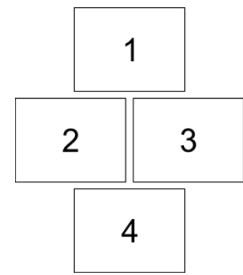
### 3.9 A calçada: entre a moradia, o lazer e as atividades domésticas

Na Goiabal, no decorrer de boa parte da extensão da rua Adão Pereira Nunes, mais precisamente até onde vai a demarcação final do gradeado que cerca a Uenf, podemos observar a tímida presença da calçada em terra de chão batido. Parte desta é marcada pelo mato baixo, outras por escombros e materiais reciclados, ou apenas com folhas e galhos que caem das árvores que estendem-se por alguns trechos da calçada da comunidade ou mesmo que penduram-se de dentro da Uenf para fora das grades, alcançando a caçada da Goiabal (Prancha 10).



## Prancha 10

- 1) Fig. 68 – Trecho em frente ao antigo Areal Ribeiro
- 2) Fig. 69 – Rua de calçamento e calçada em frente ao centro Xangô
- 3) Fig. 70 – Trecho próximo a antiga Capela Bom Pastor
- 4) Fig. 71 – Vista de dentro da Uenf para a calçada da comunidade



Fonte: Acervo da pesquisa (2022).

Destoa, em alguns trechos da comunidade, o vão presente no gradeado de cerca da Uenf. Feito de diferentes formas, por vezes apenas um buraco ou mesmo a retirada de todo um bloco de grade, são aberturas utilizadas, com frequência, pelos moradores da comunidade para acessar o campus, em detrimento de alguma função profissional, cortar caminho até a Av. Alberto Lamego ou mesmo para praticar atividade física no campus. Tais aberturas, no entanto, costumam ser criticadas por diferentes moradores, que alegam não ser o “pessoal da comunidade” quem faz e, apesar de se valerem de tal, discordam da prática. Como afirma um morador, em relação a essas aberturas, demonstrando contato e conhecimento burocrático na Uenf:

Olha, isso que tá aí, eu vou lá [na Uenf] falar com Pacheco. Porque isso aí assim a gente aqui não gosta não, a gente usa mas aí fica uns e outros também fazendo a gente sabe lá o que debaixo dessas árvores aí, entrando e saindo, aí já viu, fica ruim é pro pessoal que é daqui. Porque isso aí que tá aí não é a gente que faz não. Aí passa um e passa outro de madrugada e a gente num pode falar nada. Porque dá 4h da manhã eu tô aqui na frente, então eu vejo tudo (Figura 72).

Fig. 72 – Representação de trecho de calçada e da abertura feita no gradeado que cerca a Uenf



Fonte: Acervo da Pesquisa (2022).

Nesse sentido, transitar e observar a, e, na calçada significa experienciar não só às singularidades próprias da rua, da comunidade, da socialização e da calçada em si, mas significa também vivenciar as estratégias locais de ressignificação do espaço público em prol de suas necessidades particulares. Ver e ouvir a partir da calçada implica, na comunidade Goiabal, um contato que vai além das cores e movimentos dos transeuntes, das bicicletas, animais, carros, caminhões e seus sons.

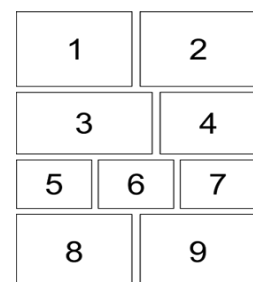
Ali a calçada abriga também pequenas residências improvisadas, que, diferente das

demais na comunidade, são compostas na maioria das vezes apenas por madeiras, plásticos ou lonas e telhas recicladas. Esta última identificação é feita considerando que estes telhados são compostos por pedaços emendados de telhas quebradas. Considerando então que esta forma de construção é muito presente na Goiabal, demarcando grandes trechos da comunidade, faz-se importante ressaltar que uma das laterais que compõem esse modelo de edificação é a própria grade que cerca o campus da Uenf. Com os que ali residem, não consegui contato, demonstram-se menos receptíveis a tal. O registro imagético, nos permite, porém, ter uma breve dimensão de tal forma de ocupação, que demonstra-se significativa na relação social da comunidade, uma vez que, esta para além da relação de habitação. Ou seja, além de moradia, de modo geral, essas construções realizadas na calçada servem como abrigo para alguns animais, garagem de carros e motos para os que não a tem em casa, servem também como lavanderia, sendo pontos particulares para lavar e estender/secar roupas. Por fim, são utilizadas também como área de lazer, onde podemos observar mesas, cadeiras e redes que se põem entre as árvores e o próprio gradeado que cerca a Uenf.

É considerando este cenário que fiz a articulação das imagens apresentadas na Prancha 11, disposta a seguir, frente a qual busquei representar as formas como se integram as construções e habitações que constituem a atual conformação sócio territorial de significativo trecho do que é popularmente conhecido como comunidade Goiabal. A composição da prancha a partir da escolha de imagens que tem como característica a ausência ou aparição parcial de transeuntes e interlocutores segue, aqui, uma escolha feita no decorrer da pesquisa, considerando a sensibilidade do tema da habitação para estes indivíduos. Ao que refere-se a este conjunto de imagens, especificamente, à distância presente em boa parte delas em relação aos pontos que estariam em primeiro plano dá-se em virtude de uma escolha para que o todo da imagem pudesse contemplar o contexto em que se inserem estas formas de construção.

#### Prancha 11

- 1) Fig. 73 – Cômodo de tábuas e madeira para armazenamento de carroça e ferramentas.
- 2) Fig. 74 – Construção em madeira para residência.
- 3) Fig. 75 – Cômodo de tábuas e madeira para lavar e secar roupa.
- 4) Fig. 76 – Casas de alvenaria e madeira em lados opostos.
- 5) Fig. 77 – A rua com uma sequência de construções de tábua/madeira.
- 6) Fig. 78 – Curral construído de tábuas e madeiras de demolição.
- 7) Fig. 79 – Cercado de tábuas dividindo residência e área de lazer.
- 8) Fig. 80: Cômodo construído com tábuas e lona.
- 9) Fig. 81: Área de lazer e descanso.







Fonte: Acervo da pesquisa (2022).



A dinâmica observada na comunidade Goiabal apresenta um modo específico de vivenciar a comunidade que difere-se da conjuntura observada no bairro Matadouro, como um todo. A significativa presença de animais na rua, o trânsito de caminhões de areia, o baixo tráfego de carros, motos e pessoas, são, por exemplo, aspectos que distinguem a comunidade do bairro. Nesse sentido, ao que tange uma comparação, a comunidade Goiabal distingue-se ainda pela pavimentação e iluminação pública, bem como pela proximidade com a Uenf. Sendo precário o fornecimento de energia elétrica na comunidade frente a deterioração dos postes de iluminação.

As formas burocráticas vigentes tendem a solapar ambas às experiências e modos de vida, descreditando a voz de tal população e, em última instância, pondo-os à mercê de diferentes tipos de exposição uma vez que tem o acesso a direitos básicos limitado e/ou privados. Os aspectos aqui desenvolvidos e os processos que deles decorrem corroboram ao cenário teórico apresentado no primeiro capítulo do texto. De modo que, não seria demais reafirmar a importância do recorte empírico frente a forma hegemônica de fazer pesquisa.

### **3.10 Venda e ocupação das áreas de remoção**

Parte deste terceiro grupo de moradores, acima mencionados, não transparecem nenhum tipo de preocupação em reafirmar a sua legitimidade de ocupar aquele território, o que é notório, fundamentalmente, nas falas dos pescadores remanescentes. Frente aos quais, três dos quatro que ainda habitam a comunidade contém parentesco com um funcionário, ainda vivo, da antiga fazenda que sediava todas as terras que compõem aquele trecho do bairro Matadouro.

Contrariamente, há aqueles que constroem suas narrativas, recorrentemente, a partir das justificativas frente as quais consideram ter o direito de estar e permanecer na comunidade. Estes são, geralmente, os moradores que encontram-se na segunda ou primeira categorias acima mencionadas. Há, em suas falas, a necessidade de afirmar que apesar de terem chegado depois dos primeiros proprietários dos terrenos, os quais foram comprados, segundo suas afirmações, são tão donos quanto os que ali estão anterior às remoções.

Segundo constam os relatos, o processo de reocupação de alguns terrenos logo após as demolições e remoções gerou uma contínua intensificação do drama vivenciados por aqueles proprietários que, por diferentes razões, deixaram as suas casas e aceitaram a realocação para conjuntos habitacionais. A narrativa em torno do falecimento de diferentes ex-moradores da Goiabal está, corriqueiramente, associada ao processo de remoção, que, como contam os interlocutores, quando não matava de desgosto e sofrimento era por inferir o agravamento de



problemas de saúde. A exemplo do falecimento de cinco pessoas de uma mesma família no ano seguinte às remoções.

Em contrapartida, com satisfação, uma friburguense que habita a Goiabal há pouco mais de 10 (dez) anos, conta, em ritmo espaçado, sobre a sua chegada à cidade de Campos e em seguida à Goiabal. Ela afirma:

Eu morei na Miguel Herédia, na casa da minha irmã, assim quando eu mudei pra cá [Campos]. Depois eu aluguei uma casinha ali na beirada, que é ali na beira rio, né. E de lá, eu soube que o pessoal tava invadindo aqui, aí eu vim e comprei um pedacinho aqui. E fui construindo e estou morando aqui. Quando eu vim pra cá, não morava mais ninguém, era só eu mesmo. Era só eu nessa escuridão aqui e esse chão. Era eu e o vizinho aqui, mas o vizinho não parava em casa, então era só eu mesmo. Era eu, a escuridão e o lixo, mas tava bom porque era meu. E eu ficava escondida aqui, sabe. E depois veio um, veio dois, veio três, veio quatro, e agora é isso, graças a deus, um monte de gente tá morando perto de mim. (2 set. 2022).

Em outra ocasião, uma capixaba, conta-me também sobre sua trajetória até chegar à cidade de Campos e os motivos de ter ido para a comunidade Goiabal. Seu esposo, pescador industrial, com quem eu obtive contatos breves devido aos longos períodos de viagem, também não é campista, tendo vindo para o estado do Rio de Janeiro na década de 1950 em busca de trabalho. E mais uma vez evidencia-se a chegada a Goiabal em busca da possibilidade de adquirir o terreno e a casa própria.

Eu vim pra cá em 2016. Eu morava de aluguel lá no Parque Aldeia, aí, consegui aqui, comprei um pedacinho e to aqui. Tô morando, fiz um barraco e tô morando. Eu comprei de um menino, que era dono desse pedaço aqui e aí vendeu pra gente. E o negócio é que agora, né, meu marido, a gente não tem mais que pagar aluguel, né. A gente tem a casinha da gente. Mal ou bem, né, a gente tem a casinha da gente. Então o que mudou muito mesmo em vir pra cá. foi isso. Melhorou muito. (4 set. 2022).

Nesse sentido, dois interlocutores, especificamente, chamaram-me a atenção. Estes, também oriundos de outra cidade, chegaram a Campos ainda pequenos frente a ânsia da família de encontrar novas oportunidades de emprego, tendo sido na Goiabal suas primeiras residências. Ambos passam os dias na comunidade apesar de já não morarem mais na Goiabal. A senhora, de aproximadamente 65 anos, foi contemplada por uma casa no conjunto habitacional do Jockey, mas ela diz que está se preparando para voltar a habitar a sua casa na comunidade, a qual vai cuidar diariamente. Bem como alimentar o cachorro que ali vive. O senhor, de mesma faixa etária, mora, atualmente, com a filha também no conjunto habitacional do Jockey. A sua rotina se configura em estar em seu terreno na Goiabal cuidando dos seus porcos (atualmente 12), cachorros (por ora são nove), galinhas, galos e gatos (inúmeros).

Este morador narra então, de diferentes formas e em diferentes dias, sobre seu compromisso na comunidade.

Eu não posso deixar de vir aqui, não porque se eu deixar, como vai ser? Quem vai cuidar deles? [referindo-se aos bichos]. Chega dezembro tem que estar com eles prontos, senão não tem negócio. E tem também o pessoal daqui, né, e tem aí os terrenos que eu tenho aqui. Mas é tudo próprio, não é nada de ocupação, não, viu. (2 ago. 2022).

Ao longo da entrevista e de distintos diálogos com este senhor, pude compreender que ele é um dos dois criadores responsável pelos grandes grupos de porcos que vez ou outra estão a andar pela Av. Alberto Lamego. Os quais são criados na comunidade Goiabal e abatidos para revenda aos açougues da região, no período dos festejos de fim de ano. As cabras também são recorrentes, neste contexto, porém, haviam sido todas vendidas. Para além deste empreendimento, há a venda de terrenos, destinados aos moradores do bairro ou que chegam por indicação até a comunidade.

Uma outra atividade significativa na comunidade, realizada por estes dois senhores, é a coleta de resíduos orgânicos em um restaurante e dois hortifrutis da cidade, em bairros próximos ao Matadouro. Há nesse sentido, a coleta destes mesmos resíduos no restaurante universitário da Uenf. O destino dado a estes resíduos é, geralmente, o preparo da lavagem dos porcos. E, com o decorrer do campo, entendi que há, também, a finalidade de doação aos moradores que encontram-se passando maiores necessidades. Aspecto que será retomado.

A experiência do período que estive em campo, junto a análise dos dados primários obtidos, revelou que a compra de terrenos, muitos ainda com resquícios das demolições oriundas do processo de remoção iniciado no ano de 2007 frente a construção do conjunto habitacional do Matadouro, é algo corrente na comunidade Goiabal. As ruínas do que outrora foram casas, bares, galpões e igrejas compõem o cenário de negociações, que se dão, não necessariamente com os proprietários anteriores realocados para os conjuntos habitacionais. Falar em documentação pareceu algo inconveniente, o que corrobora a hipótese de que os moradores não tenham escritura dos lotes. O que, porém, não inibe a certeza da legalidade da habitação. Reafirmada nos diálogos estabelecidos, rotineiramente, com antigos moradores que retornam à comunidade a visita e nos conjuntos de significados compartilhadas, cotidianamente, com àquelas que permanecem na comunidade.

### 3.11 Dinâmicas comunitárias e infra estruturas locais

O conjunto de dinâmicas que compõem o processo de satisfação de necessidades básicas na comunidade Goiabal está envolto por diferentes atores e escalas de relações. Observa-se, frente ao desenvolvimento das narrativas locais, que a articulação entre os moradores e distintos setores da sociedade civil, com ênfase ao entorno, fazem parte da possibilidade de manutenção das necessidades cotidianas daqueles que habitam a Goiabal. As recorrentes buscas por resolução e intermédio das instâncias e atores políticos frente às mazelas comunitárias como, por exemplo, a iluminação pública e o abastecimento de água aparecem, com frequência, como “perda de tempo”.

Nesse sentido, a realização de serviços que compõem as infraestruturas centrais das cidades modernas apresentam-se, ali, como uma providência advinda de articulações pessoais como, por exemplo, o abastecimento domiciliar de água potável. No decorrer das visitas a campo e a algumas residências fez-se evidente a permanência da instabilidade e/ou ausência de abastecimento de água potável na comunidade, de maneira que, os principais meios de aquisição deste recurso dá-se na Goiabal através da abertura de poços artesianos nos quintais, captação da água do rio, fornecimento cedido por vizinhos ou pela Uenf, além do abastecimento pela concessionária que atende a região, Águas do Paraíba.

Considerando a última forma de abastecimento mencionada no parágrafo anterior observa-se, frente aos dados veiculados pelo Mapa da Água<sup>12</sup> a partir de estudos realizados entre os anos de 2018 e 2020, que a água fornecida ao município de Campos dos Goytacazes apresenta elevada quantidade de substâncias que se caracterizam por maiores riscos à saúde e/ou de gerar doenças crônicas, estando assim, acima dos limites de segurança estabelecidos. Tendo em vista que o acesso à água tratada é um direito básico, primordial a vida humana, salienta-se a intensificação das desigualdades de acesso e precarização do serviço uma vez que este passa pela privatização. Desdobram-se nesse contexto, por exemplo, processos de vulnerabilização como os mencionados por Acselrad (2006a), que ampliam-se frente à soma de outros fatores de vulnerabilidade, como o desemprego e a ausência de alimentação regular.

A fim de suprir essas lacunas vivenciadas pela ausência de amparo das instâncias públicas e governamentais frente às mazelas sociais da comunidade é que observa-se as estratégias (CERTEAU, 1998) acionadas pelos moradores para lidar com contingências impostas cotidianamente por fatores externos. Para além das distintas relações frente a infraestrutura da água em prol de seu fornecimento, destaco as dinâmicas que envolvem a

---

<sup>12</sup> <https://mapadaagua.reporterbrasil.org.br/>

oportunidade de empregos e serviços informais para complementação de renda e/ou subsistência. Considerando estes últimos aspectos destaco a absorção de moradores mais jovens como mão-de-obra para os areais e empreendimentos do entorno. O acesso a empregos e vagas de bolsista em projetos de extensão da Uenf, por sua vez, também compõem essas estratégias. Sendo a coleta e distribuição de resíduos orgânicos, geralmente direcionados a alimentação das criações locais de porcos, um adentro no subsídio às refeições de muitos moradores em momentos mais difíceis, como os meses mais críticos da pandemia de covid-19.

## CAPÍTULO 4 - INTERSEÇÕES SOCIOANTROPOLÓGICAS FRENTE AO CAMPO EM ANÁLISE: aspectos sócio-identitários e político-culturais em escala local

### 4.1 A concepção relacional da ideia de identidade

Para o processo de construção da fase analítica junto aos dados primários, a pesquisa de dissertação apresentada ao longo deste texto segue as proposições apresentadas por Cuche (2002) que traz a identidade como negociação entre a ideia que se tem de si, definida por si mesmo, e a definição de terceiros, de maneira que o grau de legitimidade da primeira depende da relação de força — que pode ser simbólica — entre esta e os grupos que mantêm contato, tendo em vista que “[...] a identidade é o que está em jogo nas lutas sociais. Nem todos os grupos têm o poder de identificação, dependendo da posição que se ocupa no sistema social de relações que liga os grupos.” (CUCHE, 2002, p. 184-6).

A partir de uma perspectiva bourdieusiana, tem-se que o sistema de classificação que fixa as posições sociais de cada grupo são fundadas nas legitimidades conferidas pelo poder, que pode ser simbólico, o qual favorece a imposição de definições frente aos aspectos que determinam enquanto variável de diferenciação. De maneira que "O poder de classificar leva à etnicização dos subalternos" vistos apenas em seus aspectos culturais exteriores e enquanto distintos da direção desejada da sociedade, que funda-se sobre identidades únicas e legítimas, a dos grupos dominantes (CUCHE, 2002, p. 186-7).

[...] chamamos grupos “étnicos” aqueles grupos humanos que, em virtude de semelhança no *habitus* externo ou nos costumes, ou em ambos, ou em virtude de lembranças de colonização e migração, nutrem uma crença subjetiva na procedência comum, de tal modo que esta se torna importante para a propagação de relações comunitárias, sendo indiferente se existe ou não uma comunidade de sangue efetiva. (WEBER, 2004, p. 270).

Seguindo este nexos conceitual, vinculam-se às contribuições de Denys Cuche (2002) ao que tange ao aspecto relacional na construção das culturas e identidades. Para o autor, a identidade social é vista enquanto conjunto de vinculações em um determinado sistema social, que permite aos indivíduos socializarem e serem identificados dentro desse sistema, desta maneira, a identidade social diz respeito a um grupo e ao processo de inclusões e exclusões pelo qual este passa, na medida em que se identifica e difere de outros, onde a identidade cultural aparece como forma de categorização da distinção entre “nós/eles”, baseada na diferença cultural (CUCHE, 2002, p. 176-77).

Cuche (2002) atenta-nos então ao fato de que, a perspectiva da identidade como uma manifestação relacional vem das contribuições feitas pelo antropólogo social Fredrik Barth

(1969), em um processo de superação da dualidade entre objetivismo e substantivismo, de modo que para o autor a identidade não é um elemento resultante de uma cultura em particular mas sim, da interação entre os grupos. Desta maneira, a identidade é construída e reconstruída de forma dinâmica, continuamente, e por isso, para os autores, o foco das investigações nas pesquisas sociais deve romper com a ideia de identidade, supostamente, definida em essência focalizando assim nas relações dinâmicas que a compõem (CUCHE, 2002, p. 181-84). Frente a esta conjuntura bibliográfica deu-se a análise das dinâmicas observadas quanto ao processo de destituição da identidade produtiva da pesca artesanal na comunidade Goiabal. Sendo importante salientar que, frente a esta perspectiva relacional, fez-se indispensável, no decorrer da etapa que conferiu ao trabalho de campo, a ampliação dos interlocutores da pesquisa, de maneira a abranger os demais moradores da comunidade, para além da instância empírica da investigação, a saber, os moradores que se autorreconhece como pescadores artesanais remanescentes.

Observa-se, por tanto, para desenvolvimento deste capítulo, as substantivas contribuições de Cuche (2002) ao que tange a noção de identidade e cultura nas ciências sociais. Frente a qual, a ideia de “fronteiras” da identidade dá-se diante da relação “nós” e “eles”, em uma construção de fronteira social e simbólica — marcada pela vontade da diferenciação — que não necessariamente tem compensação territorial (CUCHE, 2002, p. 200). Nesse sentido, considero a etnização como um produto do processo de identificação, podendo ser definida como organização social da diferença cultural, em que, o que importa no processo construtivo é o aspecto do significado que se tem ao recorrer a uma forma de identificação e não, efetivamente, saber-se o que é, uma vez que “[...] não existe uma identidade cultural em si mesma.” (CUCHE, 2002, p. 201-2).

Observo assim que o processo de descontinuidade da pesca artesanal como parte significativa da matriz econômica na comunidade Goiabal ocorre havendo, porém, a manutenção desta identidade produtiva enquanto enfrentamento às contingências de um grupo social demarcado com memórias e vivências específicas em relação a constituição da comunidade e em sua relação com o território na contemporaneidade. De maneira que, a potência de unidade deste grupo social reside nas memórias que resguardam suas manifestações socioeconômicas e respaldam as especificidades de seus modos de habitar.

## **4.2 Mediação de fronteiras e dinâmicas locais de pertencimento**

A população não branca que habita a margem da periferia do mundo, ou seja, em países subdesenvolvidos, com capitalismo dependente, em Estados receptores de lixo tóxico



interestadual, em municípios de cultura agrária e origem familiar subalternizada, como a comunidade Goiabal, buscam diariamente estratégias e lógicas locais de permanência frente aos territórios ocupados e ao direito à cidade.. Nesse sentido, observa-se que a organização dos pescadores artesanais em associações e sua identificação com registro em carteira específica é o que legitima sua luta por permanência no território frente ao poder público e sociedade civil. Os demais moradores que encontram-se sem uma associação específica, uma vez que, não compõem a associação do bairro e nem do conjunto habitacional do matadouro, a Portelinha, amparam sua voz pela legitimidade em suas formas de habitação na convicção da regularidade da compra realizada do terreno. Assim, o grau de pertencimento ao grupo da pesca artesanal incide sobre aqueles indivíduos e a comunidade como um fortalecimento e cooperação aos modos de vida ali estabelecidos, haja vista que, frente às constantes mudanças no entorno, a Goiabal consegue manter alguns de seus sinais originários.

A Goiabal, diferentemente das outras áreas sinalizadas ao longo do texto, não apresenta incidência do tráfico de drogas, o que me leva a percepção de ser essa uma das principais estratégias organizacionais dos pescadores artesanais, frente suas narrativas, que influem diretamente na manutenção dos aspectos convencionais da comunidade. O crime organizado, compreendido através do tráfico, em contrapartida, aparece também enquanto estratégia social organizacional das pessoas — majoritariamente negras — que residem nas demais áreas apontadas do bairro. Considerando sua origem familiar, por vezes oriunda da lavoura de cana-de-açúcar, a insalubridade que se faz perceptível na ausência ou oferta parcial dos eixos de serviços que compõem o saneamento básico e de outros serviços públicos essenciais, residindo em aglomerados de construções irregulares, com ausência de suporte escolar e profissionalizante, somada a ausência de empregos, que se intensifica na cidade e no Estado do Rio de Janeiro, há neste tipo de organização um amparo às necessidades básicas do cotidiano, que incluem a sociabilidade, para manutenção da vida. São, assim, recorrentes os relatos das providências comunitárias e sociais realizadas pelos trabalhadores do tráfico, a exemplo da compra e distribuição de remédios, concessão de dinheiro para festas e reformas no bairro.

Constato que é nesse cenário que se apresenta a proposta leffiana, em vista de um redirecionamento do poder às vias de saber, Leff (2012, p. 81-83) ancora-se em perspectivas foucaultianas para dialogar estratégias capazes de 'internalizarem' os múltiplos saberes, a exemplo dos ambientais, aos paradigmas científicos possibilitando assim “[...] revelar as estratégias de poder que o discurso do desenvolvimento sustentável põe em jogo”. A racionalidade ambiental está, portanto, pondo em pauta o questionamento à ‘jaula de ferro’ da racionalidade moderna apontada por Weber (2020), a fim de incluir as racionalidades subjugadas e descreditadas, redimensionando as vias de poder. Deste modo, podemos pensar a

conciliação da racionalidade ambiental (LEFF, 2012) em relação a razão cosmopolita e a justiça cognitiva (SANTOS, 2002) como caminhos alternativos às formas de estruturação e manutenção das relações de vulnerabilidade, das quais trata Acselrad (2006a), buscando assim a superação dos processos imperialistas impostos pelos modelos hegemônicos de cidade e sociedade.

### **4.3 A infraestrutura da água frente às relações locais**

As infraestruturas hídricas compõem um dos aspectos substanciais no processo de manutenção das cidades, das formas de organização social e modos de vida nela presente. O tema da infraestrutura com ênfase na questão da água, possibilita, nesse sentido, a construção de uma categoria analítica no processo de investigação na pesquisa social empírica que reavalia as formas políticas e de exercício de poder, tendo em vista que, infraestruturas são usadas pelos Estados modernos para a demonstração de desenvolvimento e produção de diferenças (ANAND *et al.*, 2018). Assim, que a pesquisa apresentada buscou trabalhar indagações sobre como, por exemplo, distintos atores sociais lidam com esses aspectos nas margens do rio mais industrializado do Brasil, com ênfase aos pescadores artesanais? Tendo em vista que:

Infraestruturas são redes construídas para facilitar o fluxo de bens, pessoas e ideias, permitindo o intercâmbio dos mesmos no espaço. Enquanto formas físicas, moldam a natureza de uma rede, a velocidade e a direção de seus movimentos, assim como sua temporalidade e sua vulnerabilidade às falhas. Elas constituem a arquitetura de circulação que, literalmente, sustenta as sociedades modernas e, conseqüentemente, cria o ambiente das interações da vida cotidiana. (LARKIN, 2020, p. 28).

Observa-se, frente a perspectiva apresentada pelos dados secundários que o conjunto de intervenções humanas no rio Paraíba do Sul e os impactos socioambientais gerados por ações ao longo das últimas décadas tem agenciado mudanças sociais e ambientais significativas em cidades como Campos dos Goytacazes e em comunidades como a do Goiabal. Desta maneira, tais mudanças constituem processos de reconfiguração sócio-políticas e culturais, incidindo diretamente em questões básicas da manutenção cotidiana da vida em territórios que margeiam as cidades brasileiras, incidindo continuamente sobre as dinâmicas e modos de vida que os compõem.

Destaco que os dados primários apontaram para a manutenção, na comunidade Goiabal, da oferta parcial e instável dos serviços que compõem o saneamento básico, o que vem sendo posto em pauta desde a pesquisa monografia realizada em (AZEREDO, 2019, no prelo). O abastecimento de água potável, por sua vez, aparece como um dos aspectos que constituem os

mecanismos que compõem os processos de vulnerabilização (ACSELRAD, 2006) dos moradores da Goiabal, tendo em vista a ausência do fornecimento deste serviço à parte significativa da população da comunidade. A comunidade Goiabal tem, nesse contexto, diferentes formas de lidar com a necessidade do abastecimento de água, considerando que este dava-se em torno de duas décadas atrás, essencialmente, pelas providências diretas do rio Paraíba do Sul, sem necessidade do agenciamento/fornecimento por parte de concessionária ou terceiros. Hoje, no entanto, o acesso à água para consumo diário nas residências da Goiabal, dá-se, majoritariamente, pela abertura de poços artesianos no solo dos quintais, pelo fornecimento solidário da Uenf ou abastecimento pela concessionária privada Águas do Paraíba. Observa-se assim que, as formas de acesso à água variam de acordo com as especificidades dos moradores e de sua relação com a comunidade.

Para fins conclusivos, deste tópico, destaco que os dados primários indicam que, os moradores mais antigos da Goiabal, aqueles que antecedem aos processos de remoção/relocação, com ênfase aos pescadores artesanais, são atendidos pelo fornecimento de água oriundo da Uenf, mas também pelo fornecimento da concessionária Águas do Paraíba e/ou dos próprios poços artesianos. Aqueles que compõem o grupo de moradores que chegaram após as remoções abastecem-se, geralmente, por meio do poço artesiano e da água da concessionária. Os moradores mais recentes, por sua vez, usam, com frequência, água cedida por vizinhos em sistemas próprios de encanamento. Deste modo, ressalto as alterações e distinção entre as dinâmicas que constituem uma única comunidade, sublinhando que o grupo que compõem os pescadores remanescentes mantém, mesmo frente ao processo de descontinuidade da atividade da pesca local, acordos tácitos e laços simbólicos com as infraestruturas do entorno, o que o envolve a infraestrutura da água.

#### **4.4 As crianças da Portelinha: o campo e outras relações**

Durante as visitas a comunidade Goiabal muitos aspectos foram sutis e precisaram de tempo e minúcia para absorção de certos detalhes frente ao tempo que levei para retornar à comunidade, um período de dois anos. Dentre os quais o que muito me chamou atenção e que foi sensível às minhas experiências naquele território e em seu entorno foi o reencontro com muitos, hoje, adolescentes, mulheres e rapazes que outrora percorriam o campus sede da Uenf, seja brincando, vendendo coisas (geralmente doces fabricados pelas avós ou comprados para revenda), pedindo outras (como comida e atenção) ou apenas como transeuntes, que estavam, corriqueiramente em grupo, trio ou dupla.

Na medida em que se davam os reencontros, geralmente à beira das estreitas calçadas de chão batido da comunidade, ou caminhando pelo bairro, considerando que estes rapazes, homens e mulheres são, em sua maioria, filhos, sobrinhos, netos ou conhecidos de moradores da Goiabal, lembrava-me de muitos deles apenas como “uma das crianças”. As características físicas se alteraram e os reconheci por meio dos seus trejeitos junto a notável dificuldade de nomeá-los. Os olhares, jeitos e gestos tornaram-se, porém, os parâmetros para recordar alguns nomes. Esta dificuldade foi diretamente expressa em um momento de entrevista, quando, ao entrevistar uma jovem de 27 anos, mesma idade que tenho atualmente, tivemos a certeza de que da Uenf nos conhecíamos, da época em que eu era parte dos que eles chamavam de “tios” e “tias”, sem que eu conseguisse, no entanto, recordar de seu nome.

Encontrar com os que, àquela época eram, crianças de aproximadamente quatro a dez anos de idade apresenta-se como uma experiência bem diferente de reencontrar com aqueles que eram, em 2019, já pré-adolescentes e/ou adolescentes. Os primeiros ainda vistos na relação do caminhar em grupo pelo bairro, já os últimos, hoje, são adultos que compõem outras dinâmicas no bairro e na comunidade. Participando de diferentes relações sociais, territoriais e de trabalho, considerando a interdependência entre estas três. O contato com os rapazes fazia-se, assim, mais raros e pontuais.

Ao recordar-me de como estas crianças e adolescentes eram classificados ao frequentar o campus Leonel Brizola da Uenf, ressaltando que, havia e ainda há, uma alta rotatividade de crianças e adolescentes que frequentam o campus universitário, pude compreender a violência simbólica vivenciada por tais pessoas cotidianamente. O termo “crianças da portelinha” aparecia, corriqueiramente, como uma espécie de categoria que os agrupava sem distinção, revelando o caráter de homogeneização social pelo qual passam, a exemplo desta classificação geral que se sobrepõe às faixas etárias, o gênero e as especificidades desses meninos e meninas em processo de tornarem-se adolescentes e/ou adultos.

A relação estabelecida com os alunos, professores, guardas, demais funcionários e com o próprio campus Leonel Brizola está ligada, inteiramente, às questões de ordem básica do cotidiano, vinculadas, por exemplo, à manutenção de uma limpeza e higiene dessas crianças e adolescentes, que, por vezes, utilizam a água do campus para tomar banho. Tendo em vista que o saneamento básico, com ênfase aqui ao abastecimento de água é um problema constante aos moradores da Portelinha e da Goiabal, explicita-se assim a importância de espaços e serviços públicos às questões particulares frente às relações de vulnerabilidades (ACSELRAD, 2006a) socialmente constituídas e mantidas. Parto assim, da concepção de que há um processo de vulnerabilização, a partir do qual os sujeitos têm suas capacidades de autodefesa continuamente

diminuídas e solapadas, gerando uma superposição de carências (ACSELRAD, 2006a, p. 2-3) vivenciadas desde a infância.

As intervenções realizadas por policiais militares dentro do campus sede da Uenf, nas quais estas crianças e adolescentes eram alvos constantes, justamente, por estarem fazendo uso do patrimônio público — de maneira indevida, diziam, eles —, sob ameaças de reclusão em centros de detenção para menores, traduzem a conformação da teia de relações que constituem a experiência cotidiana desses meninos e meninas. Tal qual nos dizia Hélio Silva e Cláudio Milito (1995) essas crianças são, com frequência, caracterizados pelo abrangente e insuficiente termo "menino de rua", que se pretende condensador de regularidades e padrões, utilizado para designar meninos, meninas e adolescentes que ocupam a rua intermitente, temporária ou permanentemente (1995, p. 9). Sem considerar, porém, as especificidades e subjetividades destes sujeitos e as respectivas situações que os levam às ruas, que é, por sua vez, parte crucial dos seus processos de socialização cotidiana. Especificidades sobre as quais podemos refletir a partir da percepção de uma senhora, de setenta anos, moradora da Goiabal.

As crianças daqui, infelizmente, não têm muitas oportunidades de estudo. Aí quando vão na escola, muitas vezes não tem nem aula. Mas são também igual as outras todas, acontece que crescem e vão se revoltando com as coisas, vendo elas [as coisas] tudo como são. Porque filho de pobre e preto não tem oportunidades. Aí acabam entrando pro tráfico, infelizmente, porque assim podem conseguir as coisas mais rápido e terminam nisso aí que a gente vê. É o que eu digo, sua liberdade e sua vida não tem preço. Mas tem jeito? Num tem, depois que cresce acham que sabem da vida. (30 ago. 2022).

Articulada para pensar situações contemporâneas que compõem os conflitos socioambientais, a ideia de vulnerabilidade como relação apresenta-se como aspecto teórico de relevante contribuição para refletir sobre a conjuntura cotidiana que representa (e se apresenta na) à comunidade Goiabal. Assim, a vulnerabilidade como relação, e não como uma mera carência que seria capaz de ser superada com a oferta de bens compensatórios, onde considera-se a dimensão societal da vulnerabilização, a exemplo da contextualização histórica, do momento e lugar junto a caracterização da vulnerabilidade relativa (ACSELRAD, 2006a, p. 04-5) revela a importância de superar a restrição de mobilidade dos sujeitos a circuitos de vulnerabilidade. Tal importância pode ser também observada noutra fala desta mesma senhora do relato anterior.

Eu falo com os meus, vai procurar viver direito, encarar as dificuldades da vida. Saiu agora da faculdade mas ta aí, já falei pra ir lá naqueles prédios [Curumim], eles tão pegando gente, tão aceitando e no areal também, sempre tem [serviço]. Eu tenho o currículo dele aqui, falei: Pega e leva lá. Foi? Foi nada. E nem se eu for lá levar e

chamarem ele, ele num vai também. Porque não quer passar por certas coisas. Mas eu digo: jovem eu também já fui, também já fui brigona. Ficava revoltada quando via que era destrutada ou achava que tinha sido ofendida, mas hoje eu digo: fica tranquila que a vida ensina e devolve, não pode é a gente achar que vai resolver tudo. A gente tem mesmo é que se movimentar pro que é certo, mesmo difícil. (30 ago. 2022).

Em momentos posteriores, em outras ocasiões de contato com a mesma interlocutora, tive a oportunidade de ter breves experiências de diálogo com rapazes que compunham o antigo grupo de adolescentes que frequentavam a Uenf, uma vez que, esta interlocutora os viu, em suas palavras, “[...] ainda na barriga, antes de chegarem nas fraldas”. Foi quando na primeira semana de setembro, durante uma conversa que tínhamos em frente ao portão de sua casa por volta das 7h00 da manhã, fomos surpreendidas por um rapaz que chegou sorrateiro por nossas costas. Ele estava de bicicleta, carregando na garupa uma moça que, nos braços, carregava um bebê. Sorridentes nos cumprimentaram e animado o rapaz contava que estava indo ver um serviço. Em tom saudosos ela o parabenizou, em seguida abraçou-o. O apoiou a ir ver o serviço, afirmando que daria tudo certo. E que era pra ele ir confiante na busca de fazer as coisas certas. Foi então quando o perguntou pela faculdade, como tinha sido. E em tom de incômodo ele respondeu: “[...] ah tive lá, foi até tudo bem, mas eu num quero isso mais não, nunca mais, se Deus quiser”. Foi quando entendi a relação metafórica utilizada entre a faculdade e a cadeia. Onde, segundo a interlocutora, se aprende pra não voltar mais.

\*

Alguns destes aspectos observados no decorrer dos trabalhos de campo levaram-me a refletir que, os acontecimentos narrados por Hélio Silva e Cláudia Milito (1995) face a experiência com o cotidiano de crianças e adolescentes que ocupam as ruas da cidade do Rio de Janeiro não se diferem, em essência, dos vivenciados pelos meninos e meninas do bairro Matadouro e na cidade de Campos, de modo geral. A abordagem policial descrita pelos autores (SILVA; MILITO. 1995, p. 34-7) muito se assemelha às que outrora foram narradas pelas crianças e adolescentes do Matadouro, bem como as diretamente assistidas devido a proximidade destes meninos e meninas com a Uenf. Os dramas socialmente experimentados por essas crianças e adolescentes perpassam, no entanto, a relação com o espaço público, fazendo-se presente na construção doméstica e comunitária. Seja pela ausência de aparatos básicos e governamentais ou pelo dia-a-dia de proximidade com o crime organizado. A



exemplo de duas situações, expostas a seguir, vivenciadas espaçadamente com crianças residentes do Matadouro que integram faixa etária distintas.

O exercício da escuta e a paciência frente às adversidades representadas, geralmente, pela violência física constituem a linha tênue que conduz a relação de proximidade com estas crianças e adolescentes. Era abril de 2014, numa manhã de céu nublado, eu estava no prédio da reitoria por volta das 7h30min da manhã quando chegou um grupo de aproximadamente cinco crianças, sendo três meninos e uma menina de mesma faixa etária, junto a uma adolescente. Esta última, ainda era, para mim, desconhecida, ela acompanhava seu irmão mais novo, de cinco anos, já habituado a frequentar a Uenf. Ainda com os rostos sonolentos e inchados, os olhos repletos de remela e a bochecha esbranquiçada de baba seca, o grupinho se pôs a correr pelo entorno. Ao indagá-los se já haviam tomado café e se iam pra escola naquele dia, um dos meninos prontamente respondeu: “Não, hoje não teve como. Os policiais bateram lá, empurraram as portas e botaram a gente para fora. Não pode mais entrar, tão perguntando e fazendo revista lá”. O episódio narrado pelas crianças ocorreu, naquela ocasião, nos apartamentos da Portelinha. A batida policial durou toda a manhã, estendendo-se a uma movimentação hostil de camburão e viaturas de sirenes ligadas durante parte da tarde daquele dia.

Cerca de quatro anos depois, uma cena repetia a mesma lógica de abordagem: primeiro impõe-se a violência e excesso de poder, depois indagam o que precisam. Em 2018, ao entrar na Uenf por volta das 14:00h de um dia ensolarado que marcava o início da semana, avistei três meninos, entre nove e onze anos, sendo abordados por dois policiais. Os meninos estavam em pé, sem camisa, molhados e chorando ininterruptamente à beira da piscina. Ao me aproximar ouvi as indagações dos policiais, que com o cacete na mão e tom ríspido perguntava: “Qual o nome de vocês? Cadê o documento? Onde vocês moram? Fala!”, os meninos choravam e pediam “por favor” enquanto eles repetiam enfáticos as mesmas perguntas e os dizia que ia levá-los e depois chamar o conselho tutelar. Ao chegar ao lado deles, os cumprimentei, pedi licença, me identifiquei e perguntei sobre o que havia sido o ocorrido que gerou todo aquele inconveniente. Os policiais pediram minha matrícula e tentaram me dissuadir, enquanto os meninos corriam para trás de mim e acuados pediam: “[...] tia, ajuda a gente, por favor, que a gente não quer ir ser preso, não. Eles falaram que vão prender a gente”, pondo-se a justificar que haviam ido tomar banho de piscina porque estava muito calor e sem água em casa. Com muita conversa, direcionada aos policiais, e um pedido meu de promessa de que não mais entrassem na piscina, os meninos foram “liberados”. Meses depois um desses meninos foi retido no Departamento Geral de Ações Socioeducativas (Degase) por matar, sem querer, com

um disparo na cabeça um amigo da mesma faixa etária, enquanto brincavam com uma arma encontrada em um apartamento do tráfico ao irem realizar a entrega de um fardo de cerveja em troca de alguns trocados.

Os acontecimentos acima relatados, junto às experiências de campo durante a pesquisa de mestrado me levam a pensar que estar na Uenf, para estes meninos, significa o acesso a aparatos básicos, como a água, mas também a possibilidade de vivenciar outros espaços, realidades e formas de socialização, ainda que muitas vezes tratados pejorativamente e/ou hostilizados há, ali, a possibilidade de acesso à universidade, a faculdade real. Ainda que o acesso limite-se, por vezes, ao espaço físico da instituição. Assegurar o direito de presença dessas crianças e adolescentes no campus universitário apesar de não trivial é uma possibilidade de amenizar ou, no mínimo, não ampliarmos os processos que constituem e fomentam as relações de vulnerabilidade (ACSELRAD, 2006a) e o duplo padrão de mobilidade (ACSELRAD, 2006b) que compõe seus cotidianos estendendo-se a vida adulta. Sendo esta uma forma prática de romper com a lógica e os processos de produção de não-existência de sujeitos, experiências e realidades sociais (SANTOS, 2002, p. 246-7).

#### **4.5 Relação de saúde e doença:** a estruturação dos ambientes em relações coloniais, o espaço, a saúde e a doença

Foi rapidamente perceptível, no decorrer das visitas aos moradores, e mesmo durante as idas como transeunte na comunidade que há, de forma geral, uma ausência de aparatos básicos para primeiros socorros. A constante aparição de moradores com machucados, queixando-se de dores e/ou relatando diferentes idas a postos médicos na tentativa de marcar consultas e/ou exames para acompanharem problemas de saúde, como por exemplo, diabetes, problemas cardíacos, na coluna, na vista, no estômago, mas também para cuidados simples, como membro quebrado ou uma gripe, chamam atenção a vulnerabilidade, e o quão suscetíveis a doenças, estão expostos.

Em pesquisa de campo realizada anteriormente, no ano de 2019, a narrativa de dificuldade ao que tange o tratamento e acompanhamento de problemas de saúde, principalmente, os que eram relacionados aos idosos, mostrou-se significativa entre os pescadores artesanais remanescentes da comunidade Goiabal. Nesse contexto evidenciou-se, à época, os diferentes moradores, por eles conhecidos, que haviam contraído problemas respiratórios e de pele com difícil tratamento. Leia-se problemas persistentes, frente aos quais os primeiros tratamentos não deram resultados significativos. O que gera, de forma prática,

uma tarefa a mais para as mulheres da comunidade, pois são, com frequência, elas que precisam dispensar cuidados aos doentes, idosos e crianças. O que perpassa o acompanhamento ao hospital, a atenção ao ministrar remédios ou mesmo o enfrentamento de filas para aquisição de senhas para consulta médica.

De modo que, é imprescindível olharmos estas situações, que são corriqueiras em comunidades como a Goiabal, a partir de bibliografias que pontuam as variáveis que compõem os processos, consequências e transformações da expansão e dominação europeia sobre relação entre saúde e doença nos demais territórios para podermos refletir sobre relações locais e situações cotidianas. Autores que nos apresentam o contexto em que se sustentam e convergem os pressupostos da saúde pública, da medicina coletiva, os discursos e aparatos de poder ainda vigentes, a exemplo de Lima e Hochman (2004), indicam que a ideia de fortalecimento nacional, no Brasil, deu-se em distintos momentos da história da colonização fundamentada na ideia da fragilidade de uma população miscigenada frente à hostilidade dos ambientes. Magalí Sá (2013) direciona-nos, por sua vez, ao entendimento de que está na conformação de uma medicina tropical, forjada na importância da intervenção europeia para superação das mazelas da população e do território brasileiro, a incidência de mais um espectro dos mecanismos colonizadores.

O processo de espoliação e apropriação patriarcal, típico dos sistemas coloniais, encontram-se em constantes adequações. A domesticação dos seres e ambientes, mas também a domesticação das sensações (FLIKKE, 2018) é parte basilar deste processo. Alguns entes, grupos e territórios apresentam-se em maior desvantagem diante da imposição do poder de inserção das concepções, valores, conhecimentos e modos de vida ocidentais. Regiões edificadas a partir do que outrora foram as colônias carregam, compulsoriamente, em suas arquiteturas e dinâmicas marcas impressas pelo regime escravista. As políticas públicas permanecem voltadas à higienização e embranquecimento das áreas urbanas, onde o racismo ambiental traduz-se frequentemente nas lacunas e limitações dos planos diretores das cidades e metrópoles. Populações não branca e de baixa renda permanecem alvos de políticas habitacionais e saneamento, por exemplo, que revelam-se excludentemente inadequadas. Estes sujeitos enquadram-se, assim como a população residente fora dos centros urbanos da cidade, como fatores de resistência ao processo de mudança e modernização brasileira, forjado junto a ideia de cultura e identidade nacional (LIMA; HOCHMAN, 2004, p. 523-5).

Observo assim que os aspectos em torno do pós-colonialismo e/ou de(s)colonialidade junto às discussões críticas empreitadas quanto ao Antropoceno, apresentam a importância de pensarmos a colonialidade além da época histórica do sistema colonial. Refletindo, sobre as suas continuidades, mecanismos e técnicas próprias de manutenção, progressivamente

atreladas ao capitalismo. Este último, em seu caráter moderno apresenta-se como uma consequência e forma complementar, não como maneira de superação colonial. Onde o patriarcado e o racismo de estado atuam substancialmente nos processos de regulamentação, por exemplo, da identidade e cultura nacional, frente ao pressuposto de que precisamos superar os males brasileiros, em que, o que nos falta, assim como ao progresso e civilização latino americana como um todo, encontra-se no modelo europeu. Às ciências sociais, a antropologia ambiental contemporânea e mais especificamente às suas construções críticas, o confronto e interseção entre os distintos aspectos que compõem as variáveis sociais, políticas, sanitárias, econômicas, ontológicas, culturais, etc. são substanciais à análise da realidade socioambiental contemporânea. De maneira que, superar os processos de degradação socioambiental implica, necessariamente, em superarmos o modelo de administração e desenvolvimentismo europeu. Reconhecendo que o global constitui-se localmente, nas fronteiras e diferenças.

#### **4.6 O ‘nós’ e o ‘outro’: margens do império e outras possibilidades**

Consideremos adiante autores(as) que nos convidam a analisar, de maneira criticamente prática, a conformação social em que vivemos e nos estruturamos enquanto seres pensantes e, logo, teoricamente, dotados de extraordinariedade frente aos demais seres. A crítica atravessa às práticas e mecanismos imperiais que se (re)articulam globalmente em uma sistêmica dominação, que permeia todos os âmbitos da vida contemporânea, traduzida pela estratificação social e ontológica. Em uma estrutura de poder que permeia todas as nossas relações e modos de vida, mesmo os que julgamos ética e moralmente ponderados. Concomitantemente, em contrapartida, há a perspectiva investigativa que nos chama atenção aos entes que configuram-se enquanto sujeitos de resistência aos processos modernos de colonização e monopólio da mente e do corpo, por exemplo. Ao passo que demais sujeitos políticos que também compõem as margens das sociedades põem-se em posição de constante vigília e ação crítica frente aos ordenamentos patriarcais hegemônicos.

Ao tratar das espécies companheiras, por exemplo, Tsing (2015) apresenta-nos o termo como uma extensão do conceito articulado por Donna Haraway no âmbito do companheirismo doméstico/familiar, de maneira que situa-nos frente a admirável diversidade de seres e espécies que compõem o mundo que habitamos, sem os quais seria impossível a manutenção e produção da vida humana. Ou seja, Anna Tsing (2015) chama-nos atenção para a interdependência interespecies que sustenta a sobrevivência da vida humana na Terra, nesse sentido, nos leva à um campo analítico que prioriza, teórico metodologicamente, o que a autora chama de “bordas indisciplinadas” ou “margens indomáveis” frente as quais constituem-se as resistências às

vicissitudes do sistema capitalista moderno, no que pontua como as “costuras do espaço imperial”.

Considerando esse nexos conceitual, a ideia de “decrecimento” (AZAM, 2019) e “desglobalização” (SOLÓN, 2019) vão de encontro às proposições articuladas por Beltran (2019) quanto ao conceito de “ecofeminismo” que compartilham, igualmente, de uma contundente crítica ao modelo de (re)produção material e simbólica que substanciam o capitalismo em suas continuidades e limitações. As concepções imperiais normativas estão para além de um tempo e lugar histórico, o descompasso contemporâneo entre a realidade do nosso período histórico e social evidencia a manutenção do discurso de superioridade masculina sobre a mulher e, conseqüentemente, sobre a natureza. Nesse sentido, encontramos na ideia de ecofeminismo a conciliação entre as lutas e reivindicações feministas e ambientais. De modo que, pensar os direitos da mulher e a percepção de gênero para além da caixa dualista imposta pelos mecanismos imperiais exigem, involuntariamente, uma atenção ao que tange a renovação dos nossos modos de vida, outrora estruturados por tal modelo. Assim, um prognóstico favorável às pautas feministas incidem diretamente sobre uma articulação mais sustentável da vida humana, comprometida com o respeito à diversidade. Fórmula necessária para a superação do colonialismo como hábito, onde regiões de capitalismo periférico e dependente tem suas conquistas subalternizadas frente a estratificação das relações de poder na sociedade de consumo, onde a equidade social é forjada junto a constante necessidade de expansão do mercado e em detrimento da justiça ambiental.

## CONCLUSÃO

O desenvolvimento do trabalho de pesquisa apresentado no decorrer desta dissertação perpassa caminhos abertos e expostos pela sociologia clássica, urbana, das ausências e das emergências mas também da sociologia da imagem, da antropologia urbana, política e visual, bem como da ecologia política latino americana. A transdisciplinaridade na qual se desenhou o estudo apresentado traduz a magnitude das possibilidades analíticas que envolvem as pesquisas em ciências sociais. Assim, a definição objetiva da pesquisa se deu, efetivamente, frente ao seu desdobramento, quando percebi, em campo, a necessidade de expandir o alcance da pesquisa a fim de melhor contemplar e analisar o aspecto escolhido ao recorte inicial.

A etapa que conferiu ao trabalho de campo foi decisiva na compreensão da viabilidade de cumprimento do projeto de pesquisa proposto, possibilitando desvelar os caminhos pelos quais sua execução poderia ser promissora e/ou inviabilizada. Deu-se, então, a ampliação do escopo inicialmente proposto. A empreitada de procurar, encontrar e conversar com pescadores artesanais remanescentes da Goiabal demonstrou a necessidade de buscar novos interlocutores e observar o cotidiano geral da comunidade para que pudesse buscar compreender a realidade contemporânea da identidade produtiva da pesca na comunidade.

Busquei, então, com o desenvolvimento do trabalho apresentado, investigar e descrever analiticamente a atual conformação social da comunidade Goiabal, tendo como ponto de partida a análise do processo de (des)continuidade da identidade produtiva da pesca artesanal nesta comunidade. Frente ao estudo qualitativo, de inspiração etnográfica, desenvolvido ressalto a importância da análise nas pesquisas sociais dos diferentes modos de habitar e vivenciar um mesmo espaço, neste caso, urbano. Este aspecto analítico possibilita a identificação das distintas teias de relações que compõem e viabilizam a conformação cotidiana da vida de diversos grupos e suas respectivas especificidades em um dado território. Deste modo, um intuito do trabalho foi aglutinar dados primários de uma comunidade em constante processo de modificação e (re)ocupação, evidenciando a dinâmica de conflitos socioambientais que solapam os modos de vida local.

Destaco que, para desenvolver analiticamente o que foi empreendido em campo quanto ao processo de apagamento e resistência da identidade produtiva da pesca artesanal na comunidade do Goiabal, na cidade de Campos dos Goytacazes, priorizei o nexos conceitual em torno da perspectiva que pretende expandir o presente e contrair o futuro, pensando outras temporalidades e compreensões de mundo, além da Ocidental, e em oposição ao indiscriminado uso e criação de leis gerais (SANTOS, 2002, p. 239-40). Uma vez que, com a sociologia das



ausências e a sociologia das emergências, Boaventura propõe-nos a criação de um espaço-tempo construtivo, necessário, para creditarmos e valorizarmos a riqueza da vasta experiência social que compõe a América Latina e o mundo (2002, p. 339) a fim de superarmos, sobretudo, o engessamento das estruturas e os problemas socioambientais anunciados.

Os caminhos percorridos, as observações e experiências vivenciadas no decorrer dos itinerários empreendidos e das entrevistas semiestruturadas realizadas com os interlocutores trouxeram dados primários que, frente a etapa analítica indicam o contínuo processo de descontinuidade da atividade local da pesca artesanal na comunidade Goiabal. A manutenção e auto reconhecimento da identidade produtiva da pesca artesanal dá-se, assim, por um grupo específico composto por quatro moradores que antecedem ao período das políticas habitacionais e remoções, de maneira que a memória aparece como aspecto de manutenção desta identidade produtiva e da ideia de pertencimento a um grupo. Nesse contexto, a reocupação territorial da comunidade Goiabal por pessoas com perfis distintos, em sua maioria não associados à atividade da pesca artesanal, é um dos aspectos mais pertinentes dos resultados obtidos na pesquisa e que, por sua vez, coaduna ao resultado geral obtido.

O aspecto da reocupação da comunidade Goiabal, com ênfase aos terrenos que apresentam, ainda hoje, os escombros dos processos de remoção e realocação de moradores implementado por políticas públicas habitacionais, municipais e federais, entre os anos de 2007 e 2016 apresenta-se também como um fator fundamental na alteração da matriz econômica da comunidade, uma vez, os novos moradores, com frequência, não são associados a cadeia produtiva da pesca artesanal ou as dinâmicas históricas que compõem a conformação da comunidade e do bairro Matadouro. De maneira que, não há um padrão conciso que possa ser construído frente a esta nova população, sendo um público diverso em faixa etária, gênero, lugar de origem e ocupação profissional. Convergindo apenas na baixa escolaridade e autodeclaração racial.

Nesse contexto, outro ponto importante a se destacar enquanto elemento de conclusão alcançado neste estudo é a manutenção das atividades nocivas ao que tange o leito do rio Paraíba do Sul que, somada a sucessão de relações de discenso quanto ao uso e apropriação do solo daquele território e seu entorno incidem diretamente sobre as dinâmicas da comunidade e da atividade local da pesca artesanal. Identifico assim, que, o principal fator de afetação na descontinuidade da pesca artesanal e na alteração da matriz econômica da comunidade é a conjuntura de conflitos socioambientais. Os conflitos e crimes ambientais que assolam a Goiabal tem, por sua vez, um vasto histórico no cenário das últimas duas décadas. Fatores que somam-se à contínua precariedade na oferta dos serviços que compõem o saneamento básico

que, por sua vez, agravam os níveis das relações de vulnerabilidade da sua população e das dinâmicas de trabalho no território investigado.

Dito isto, percebo que a efetiva alteração na matriz econômica da comunidade dá-se em consonância ao conjunto de modificações sociopolíticas vivenciadas pelo território e seus moradores. No que refere-se ao grupo que compunha, em primeiro momento, a instância empírica desta investigação, a principal fonte de renda tornou-se o trabalho informal com ênfase ao ramo da construção civil. De modo que, os pescadores artesanais com quem tive contato durante esta pesquisa, estão utilizando a pesca artesanal como fonte de complementação de renda e subsistência, sendo basilar o rendimento proveniente dos serviços prestados, geralmente, por diária em serviços de pintura residencial e/ou pedreiro.

Evidenciou-se assim, para além do contínuo e efetivo processo de descontinuidade da atividade local da pesca artesanal, uma realidade de diferenciação estabelecida pelos próprios moradores da comunidade para indicarem seus aspectos de aproximação e/ou de diferenciação frente aos contínuos processos de reocupação do território. Ressaltando que os moradores que se auto reconhecem enquanto pescadores artesanais remanescentes da Goiabal valem-se do registro geral da pesca, bem como das memórias que envolvem esta identidade produtiva enquanto prerrogativa de legitimidade de permanência no território investigado. Tendo em vista que a área da comunidade é alvo de políticas públicas de remoção e realocação.

Observo então que as reivindicações dos interlocutores que se auto reconhecem como pescadores artesanais remanescente junto aos órgãos públicos dá-se, em última instância, em defesa e em prol do reconhecimento e manutenção saudável de um território pesqueiro que vem sendo sucessivamente suprimido em virtude de crimes ambientais que, sejam estes em micro ou macro escala, paulatinamente interferem na fauna e flora local. E na medida em que vemos que o ecossistema pertencente aquela área encontra-se adoecido e em contínua exposição a ações nefastas, observa-se, também, que são solapados os modos de vida específicos de grupos que ali residem/residiam. Deste modo, a resistência pela permanência na Goiabal está para além da habitação, envolvendo o pertencimento e a luta na resistência contra o processo de apagamento da identidade produtiva da pesca artesanal na comunidade.

A categoria da memória aparece, assim, durante a pesquisa, enquanto um elemento referencial frente às prerrogativas que legitimam a permanência da comunidade do Goiabal e seus moradores ante as colocações do setor público quanto ao território está situado em uma área de risco. No entanto, o risco anunciado pelos moradores reside, em suas palavras, na falta de assistência social e fiscalização da poluição do rio Paraíba do Sul e suas margens pelos órgãos responsáveis. A memória aparece, então, enquanto tática de permanência no território

investigado. Ainda que haja uma vinculação institucional, dos interlocutores que se autodeclaram como pescadores artesanais remanescentes, junto a associação de pescadores artesanais, bem como o registro geral da pesca (RGP) é o conjunto de memórias cultivadas e narradas que ainda aglutina o grupo social dos pescadores artesanais na Goiabal, frente ao baixíssimo rendimento da atividade no local em consequência da gradativa poluição do rio e das margens, do assoreamento e alargamento destes, simultaneamente. Estes, que geram, por sua vez, a mudança nos pontos de desova, alteração das espécies, mortandade, entre outras nefastas consequências a dinâmica socioambiental daquele território.

Por fim, importante sublinhar que, entre as táticas e estratégias adotadas pelos moradores mais antigos da comunidade do Goiabal com ênfase ao grupo que se auto reconhece como pescadores artesanais remanescentes, identifiquei a inibição feita por parte destes sujeitos às investidas do crime organizado local — instalado no bairro Matadouro, comandado pelo Terceiro Comando Puro (TCP), de se inserirem no trecho que pertence ao território da comunidade. Sendo este um fator de grande diferenciação, feita pelos moradores, quanto às distinções entre a Goiabal e as demais comunidades que compõem o bairro Matadouro e seu entorno. Além de representar um aspecto de distinção, majoritariamente, entre os moradores da Portelinha, os quais são por vezes descritos de maneira generalizada pelos moradores do Goiabal. Ao passo em que são subjugados pelos modos de vida e aproximação espacial com o tráfico de drogas, além da discordância quanto a prioridade destes moradores nos atendimentos do Cras, uma vez que, são beneficiários do governo e automaticamente cadastrados em programas sociais. A ausência do crime organizado e da venda de drogas apresenta-se, assim, como uma conquista à Goiabal e seus moradores mais antigos, tendo em vista a busca destes pela superação e diferenciação frente a proximidade física que também têm com as instalações do tráfico do bairro Matadouro.

## REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, H. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. *In*: ACSELRAD, H. (org.). **Conflitos Ambientais no Brasil**. Sindicato Nacional dos Editores de Livros. Rio de Janeiro, RJ: Relume Dumará: Fundação Heinrich Böll, 2004. (p. 13-35).
- ACSELRAD, H. Vulnerabilidade ambiental, processos e relações. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PRODUTORES E USUÁRIOS DE INFORMAÇÕES SOCIAIS, ECONÔMICAS E TERRITORIAIS, 2., 2006, Rio de Janeiro. **Anais** [...]. Rio de Janeiro, RJ: Fibge, 2006a.
- ACSELRAD, H. Tecnologias sociais e sistemas locais de poluição. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, a. 12, n. 25, p. 117-138, jan./jun. 2006b.
- ACSELRAD, H.; MELLO, C.; BEZERRA, G. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro, RJ: Garamond, 2009.
- ANAND, N. *et al.* **The Promise of Infrastructure**. [s. l.]: Duke University, 2018.
- ARRUDA, A. **Política habitacional e direito à cidade**: a experiência do programa “Morar Feliz” em Campos dos Goytacazes - RJ. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Uenf, Campos dos Goytacazes, 2014.
- AZEREDO, P. **Justiça socioambiental e memórias da pesca artesanal**: impactos da poluição e assoreamento do rio Paraíba do Sul em Campos dos Goytacazes-RJ. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Ciências Sociais) – Uenf, Campos dos Goytacazes, 2019. (no prelo).
- ARCHER, M. Explicação e compreensão podem ser ligadas em uma única história? *In*: VANDENBERGHE, V. (org.). **Além do habitus**: Teoria social pós-bourdiesiana. Rio de Janeiro, RJ: 7Letras, 2016. (p. 73-94).
- AZAM, G. Decrescimento. *In*: SOLÓN, P. (org.). **Alternativas sistêmicas**: bem viver, decrescimento, comuns, ecofeminismo, direitos da Mãe Terra e desglobalização. São Paulo, SP: Elefante, 2019. (p. 65-84).
- BALDIN, N.; MUNHOZ, E. Snowball (Bola de Neve): uma técnica metodológica para pesquisa em educação ambiental comunitária. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 10., 2011, Curitiba. **Anais** [...]. p. 329-341. Curitiba: Educere, 2011.
- BARBOSA, A.; CUNHA, E. **Antropologia e imagem**. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar Editora, 2006.
- BELTRÁN, E. P. Ecofeminismo. *In*: SOLÓN, P. (org.). **Alternativas sistêmicas**: bem viver, decrescimento, comuns, ecofeminismo, direitos da Mãe Terra e desglobalização. São Paulo, SP: Elefante, 2019. (p. 113-131).
- CARDOSO DE OLIVEIRA, R. **O trabalho do antropólogo**. Brasília, DF: Paralelo 15; São Paulo, SP: Editora da Unesp, 2000. (220 p.).

CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

CUCHE, D. Cultura e identidade. *In*: CUCHE, D. (org.). **A noção de cultura nas Ciências Sociais**. São Paulo, SP: Edusc, 1999.

DIEGUES, A. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo, SP: Ática, 1983.

FLIKKE, R. Domestication of air, scent, and disease. *In*: HEATHER, S. *et al.* (ed.) **Domestication gone wild: politics and practices of multispecies relations**. Durham/London: Duke University, 2018. (p. 176-194).

FOUCAULT, M. Aula de 17 de março de 1976. *In*: FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2010

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro, RJ: Graal, 1971.

FRANCE, C. Introdução. *In*: FRANCE, C. **Cinema e Antropologia**. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1998. (p. 19-54).

GIDDENS, A. Introdução. *In*: GIDDENS, Anthony. **Consequências da Modernidade**. São Paulo: Unesp, 1991.

KILOMBA, G. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro, RJ: Cobogó, 2020.

LAKATOS, E. Técnicas de pesquisa em sociologia. *In*: LAKATOS, E. **Sociologia Geral**. 6. ed. São Paulo, SP: Atlas, 1996.

LAPERRIERE, A. Os critérios de cientificidade dos métodos qualitativos. *In*: POUPART, Jean *et al.* (org.). **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2015. (p. 410-435).

LEFF, E. **Aventuras da epistemologia ambiental: da articulação das ciências ao diálogo de saberes**. Traduzido por Silvana Cobucci Leite. São Paulo, SP: Cortez, 2012.

LIMA, N. T.; HOCHMAN, Gilberto. **Pouca saúde e muita saúva: sanitarismo, interpretações do país e ciências sociais**. Em: HOCHMAN, Gilberto (org.). *Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2004, p. 493-534.

LARKIN, B. A poética e a política da infraestrutura. **Anthropológicas**, [s. l.], a. 24, v. 31, n. 2, p. 28-60, jan./dez. 2020.

MARTINS, J. **A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala**. São Paulo, SP: Contexto, 2013.

MARTINS, J. **Uma sociologia da vida cotidiana: ensaios na perspectiva de Florestan Fernandes, de Wright Mills e de Henri Lefebvre**. São Paulo, SP: Contexto, 2014.

- MARTINS, J. **Sociologia da fotografia e da imagem**. São Paulo, SP: Contexto, 2019.
- MINAYO, M. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.
- NUNES, A. G. **Os argonautas do mangue**: uma etnografia visual dos caranguejeiros do município de Vitória-ES. Dissertação (Mestrado) – Mestrado em Multimeios, Unicamp, Campinas, 1998.
- SÁ, M. R. Migração e saúde nos trópicos. *In*: NODARI, E. S.; CORREA, S. M. S. (org.). **Migrações e natureza**. São Leopoldo: Oikos, 2013. (p. 71-92).
- SANTOS, B. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, [s. l.], p. 237-280, v. 63, out. 2002.
- SANTOS, B. **Um discurso sobre as ciências**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- SANTOS, M. O território e o saber local: algumas categorias de análise. **Cadernos IPPUR**, Rio de Janeiro, a. 13, n. 2, p.15-26, jan./dez. 1999.
- SELL, C. Racionalidade e Racionalização em Max Weber. **RBCS**, [s. l.], v. 27, n. 79, jun. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcso/a/dfHssfC47pSqrtW5Fgzwb9f/?lang=pt>. Acesso em: 17 maio 2023.
- SILVA, A. **Boletim de pesquisa e desenvolvimento, 3**: pesca artesanal brasileira. Aspectos conceituais, históricos, institucionais e prospectivos. Palmas: Embrapa pesca e agricultura, 2014. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/108691/1/bpd3.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2020.
- SILVA, H.; MILITO, C. **Vozes do meio-fio**. Rio de Janeiro, RJ: Relume-Dumará, 1995.
- SOUZA, J. **A elite do atraso: da escravidão à lava jato**. Rio de Janeiro, RJ: Laya, 2017.
- SOLÓN, P. Desglobalização. *In*: SOLÓN, P. (org.). **Alternativas sistêmicas: bem viver, decrescimento, comuns, ecofeminismo, direitos da Mãe Terra e desglobalização**. São Paulo, SP: Elefante, 2019. (p. 175-194).
- PEIRANO, M. Etnografia não é método. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, a. 20, n. 42, p. 377-391, jul./dez. 2014.
- PEIXOTO, C. Etnografando com imagens. *In*: PEIXOTO, C; COPQUE, B. **Etnografias Visuais**. Rio de Janeiro, RJ: Garamond, 2015.
- PIERUCCI, A. **O desencantamento do mundo**: todos os passos do conceito em Max Weber. 34. ed. São Paulo: Editora da USP, 2003.
- POLLAK, M. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, jan./dez. 1989.



POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, jan./dez. 1992.

RIGON, N. **Diálogos com jovens e suas imagens**: estudo etnográfico com oficinas na Grande Cruzeiro em Porto Alegre (RS). Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, UFRGS, Porto Alegre, 2021.

TSING, A. Margens indomáveis: cogumelos como espécies companheiras. **Ilha**, [s. l.], v. 17, n.1, p. 177-201, jan./dez. 2015.

WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. Traduzido por Tomas da Costa. Petrópolis: Vozes, 2020. (Coleção Vozes de Bolso).

WEBER, M. Relações comunitárias étnicas. *In*: COHN, G. **Economia e Sociedade**. São Paulo, SP: Editora da UnB, 2004.